



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. "D" AO Nº 061 TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AÇ)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

Ata da 1ª Reunião, realizada em 25 de março de 2015 4

Ata da 2ª Reunião, realizada em 31 de março de 2015 13

1.1.2 – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher - CMCVM

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de março de 2015 20

Ata da 3ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2015 37

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
DE INSTALAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS,
NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL**

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quinze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do **Deputado Roberto Balestra**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Sandra Braga, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, dos Deputados Eros Biondini, Roberto Balestra, Sérgio Souza, Carlos Henrique Gaguim, Angelim, Alessandro Molon, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Eventual, Deputado Roberto Balestra, declara aberta a presente Reunião destinada à instalação e à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Em seguida, a Presidência anuncia os nomes dos Senhores Parlamentares que compõem as chapas para os cargos. O Senador Fernando Bezerra Coelho concorre à Presidência, o Deputado Sarney Filho à Vice-Presidência e o Deputado Sérgio Souza à Relatoria. Após, a Presidência sugere a eleição por aclamação, que é aceita pelo Plenário da Comissão. São declarados eleitos o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra Coelho, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho e o Relator, Deputado Sérgio Souza. Encerrada a eleição, o Presidente Eventual pede que a nova Mesa assuma os trabalhos da Comissão imediatamente. Ao assumir a Presidência, o Senador Fernando Bezerra Coelho expressa seus agradecimentos pelos votos recebidos. Usam da palavra os senhores parlamentares Flexa Ribeiro, Ricardo Tripoli, Angelim, Fernando Bezerra, Sarney Filho, Sérgio Souza, Eros Biondini, Sandra Braga e Roberto Balestra. A Presidência submete à apreciação o seguinte Requerimento extrapauta, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 1, de 2015-CMMC** que “Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas para discutir a questão das mudanças climáticas e seu impacto na Amazônia, bem como questões relevantes para a região relacionadas ao clima, com a presença do Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável, Professor Virgílio Viana.” Autoria: **Senadora Sandra Braga**. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Congresso Nacional*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Deputado **Fernando Bezerra Coelho**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. PP – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião de Instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, destinada à instalação e eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator para este ano.

Com fundamento nos arts. 7º e 9º da Resolução nº 4, de 2008-CN, as funções de Presidente serão exercidas por um representante do Senado Federal. Por sua vez, as funções de Vice-Presidente e Relator caberão a representantes da Câmara dos Deputados.

Foi registrada, até o momento, a candidatura do Senador Fernando Bezerra Coelho para o cargo de Presidente desta Comissão; para o cargo de Vice-Presidente, a candidatura do Deputado Sarney Filho; para o cargo de Relator, o candidatura do Deputado Sergio Souza.

Coloco para o plenário que a votação seja realizada por aclamação e deixo em discussão se assim o faremos ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente Deputado Roberto Balestra, não só concordo com a votação por aclamação como quero parabenizá-lo pelas escolhas. O candidato a Presidente, o nosso Senador, tem toda a competência e conhecimento para presidir esta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, assim como o Deputado Sarney e o Relator, nosso sempre Senador Sergio Souza.

Parabenizo a escolha e vamos aprová-la por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. PP – GO) – Mais alguém? (*Pausa*.)

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Presidente, aqui, Deputado Ricardo Tripoli.

Presidente Balestra, queria cumprimentá-lo pela Presidência desta reunião em que elegeremos os membros que irão presidir e fazer a relatoria desse importante. Neste ano extremamente importante, que é o ano da COP 21, temos o relatório extenso dos trabalhos que já foram realizados nos últimos anos. Como vários que aqui já participaram e alguns novos que estão iniciando o trabalho agora, vejo que poderemos dar uma grande contribuição desta Comissão para que o Brasil dê um grande salto de qualidade nessa questão, que é discutida mundialmente. Mudanças climáticas hoje interferem na vida da agricultura, na vida dos administradores, na vida dos ambientalistas, enfim, na vida de todos os cidadãos. Sabemos que o ser humano vive sem petróleo, mas não vive sem água.

Os cientistas dizem que 65% da composição do corpo humano é água. Portanto, esta Comissão é uma das mais importantes do Congresso Nacional. E, com certeza, o resultado desse trabalho será o sucesso da população brasileira em termos de buscar alternativas no sentido de apresentarmos um trabalho que vá ao encontro daqueles que esperam de nós, com o empenho de todos e daqueles que obviamente poderão vir aqui ministrar palestras, fazer suas audiências públicas, um grau e um conteúdo programático elevados para oferecer na COP 21, que se realizará na cidade de Paris, na França, ainda no final deste ano.

Fico muito feliz e me empenho para que possamos eleger, por aclamação, o Presidente, o Vice-Presidente, o Ministro Zequinha Sarney, e o Relator da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. ANGELIM (PT – AC) – Sr. Presidente, boa tarde.

Concordo plenamente com a eleição por aclamação do nosso Presidente e do nosso Relator. Quero dizer que este é um dos anos, talvez, mais importantes para esta Comissão em função da atipicidade, da crise hídrica na região de São Paulo e, no meu Estado do Acre, uma cheia, uma enchente histórica, que nunca aconteceu na Região Amazônica.

Então, este será um ano da maior importância para o nosso trabalho nesta Comissão.

De antemão, quero desejar aos nossos Presidentes, titular e vice, bem como ao nosso Relator, uma boa gestão neste ano na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. PP – GO) – Quero pedir ao Deputado que se apresente para ficar registrado aqui nas notas taquigráficas.

O SR. ANGELIM (PT – AC) – Deputado Angelim, do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. PP – GO) – Muito obrigado.

Mais algum parlamentar? *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que aprovam, por aclamação, os nomes do Senador Fernando Bezerra Coelho, para Presidente, do Deputado Sarney Filho, para Vice-Presidente, e do Deputado Sergio Souza, para Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados. *(Palmas.)*

Declaro eleitos o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra Coelho; o Vice-Presidente, Deputado Sarney Filho; e o Relator, Deputado Sergio Souza.

Convido-os para tomarem assento à Mesa dos trabalhos.

Quero pedir permissão para cumprimentá-los e fazer um registro muito importante para mim.

Senador Fernando Bezerra, temos uma história longa de périplo pelos Ministérios na busca de recursos e, hoje, vejo que aquele trabalho que fazíamos com tanta dedicação se transformou no orçamento impositivo. Então, diminuiu muito o nosso trabalho, que, primeiro, era de nos apresentarmos, criar uma relação de amizade com os assessores, para, depois, investirmos na busca de recursos para os Municípios.

Agora, a natureza, às vezes, é sábia para uns e, às vezes, cruel para outros. Ele já foi a Senador, já foi Ministro e eu continuo Deputado até hoje. *(Risos.)*

Mas ele foi por competência.

Meus cumprimentos e, tanto V. Ex^a quanto o Deputado Sarney, meu colega há tantos anos, e o Sergio, que também será Presidente da Frente Parlamentar do Setor Sucroenergético, também um dos assuntos de ponta do Congresso Nacional e que tem recebido uma crítica muito grande com relação ao que o governo pode fazer pelo setor, os meus votos de que todos façam uma bela gestão.

Gostaria muito de ser convidado para ir à França. Vou ficar na expectativa desse convite, Fernando. *(Risos.)*

Muito obrigado.

Passo a presidência ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Deputado Balestra.

Queria, inicialmente, agradecer ao meu amigo, companheiro de caminhada, de jornadas política, o companheiro Deputado Roberto Balestra, pelas palavras e pelos trabalhos aqui realizados nesta reunião de instalação desta importante Comissão do Congresso Nacional.

Quero agradecer a confiança dos meus pares, dos meus companheiros, com quem tenho a alegria de compartilhar a convivência durante todo este ano aqui nesta Comissão de Mudanças Climáticas.

Quero também agradecer o apoio e a confiança do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, das Lideranças dos partidos com assento no Senado Federal, ao proporem o meu nome representando o meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, para me desincumbir dessa importante missão. Missão essa muito facilitada, porque aqui, ao meu lado, como 1º Vice-Presidente, o Deputado Sarney Filho, que tem toda uma trajetória, toda uma luta, toda uma militância voltada para a questão da sustentabilidade, para a questão ambiental, que

é de todos conhecida, não só no Congresso Nacional como também na sociedade brasileira, sobretudo dos movimentos organizados que acompanham de perto as políticas públicas do Governo nacional e dos demais entes federados no sentido de que a gente possa, de fato, criar uma cultura de preservação, de sustentabilidade, para que a gente preserve o nosso meio ambiente para as futuras gerações.

E também, como relator, que acaba de ser designado pela confiança das Lideranças partidárias e com o consentimento de todos os membros desta Comissão, um companheiro com quem tive o privilégio de poder conviver na condição de Senador pelo Estado do Paraná, e eu à frente do Ministério da Integração. Assim que cheguei a esta Casa, eu soube, Senador Sérgio, também do seu interesse, da sua familiaridade, da sua curiosidade e da sua busca por políticas públicas voltadas para a questão ambiental e para a questão da sustentabilidade.

Portanto, eu tenho absoluta certeza de que esse trabalho que nós estamos agora apenas iniciando será bastante facilitado pelas trajetórias dos dois companheiros que compartilham comigo a direção desta Comissão.

Eu queria propor como sugestão para o trabalho desta sessão de instalação que a gente pudesse se debriçar sobre uma agenda de trabalho para a Comissão durante todo este ano.

O Deputado Ricardo Tripoli já colocou que este é um ano importante, um ano diferenciado. Nós vamos ter já a reunião da COP 21, em Paris, no final do ano. Esta Comissão já vem fazendo uma série de trabalhos e iniciativas no sentido de preparar a presença brasileira nessa reunião, envolvendo não só o Governo, não só o Congresso Nacional, mas todos os movimentos da sociedade que militam com esse tema e que estão dispostos a apresentar as suas iniciativas e as suas sugestões para esse importante encontro mundial.

Mas eu queria, até me valendo da provocação feita pelo Deputado Angelim, dizer que eu acho que nós também temos um ano especial que poderia servir de reflexão para o nosso trabalho durante este ano. Nós estamos vivendo no Brasil uma conjugação de crises a um só tempo. Nós temos uma crise política, uma crise econômica, uma crise ética, uma crise federativa, mas também estamos tendo uma crise hídrica e uma crise energética. E esta Comissão é de mudanças climáticas e de energias renováveis. Então, me parece que aí está dada a oportunidade para que a gente possa explorar uma agenda, para que a gente possa debater a questão da crise hídrica e da crise energética no seio desta Comissão.

Na realidade, nós somos sempre tentados a tratar da questão hídrica, ou da questão da energia, ou da questão da produção de alimentos, de forma isolada, quando na realidade esses três temas estão interligados, estão integrados. E essas políticas públicas não podem ser estanques, elas não podem estar sendo pensadas de forma separada.

Então, a minha proposta é que a gente pudesse trazer, ao longo dos próximos dias, ouvindo todos os membros da Comissão – desde logo, eu gostaria de receber sugestões que pudessem ser encaminhadas ao nosso gabinete ou aos assessores aqui da Comissão –, uma proposta de agenda de trabalho. A gente poderia centrar o nosso esforço sobre um diagnóstico de por que nós chegamos a esta situação.

O primeiro dado: nós lá do Nordeste já estamos acostumados, há mais de século, a conviver com o fenômeno da falta de água, da estiagem, que é algo recorrente. Mas, para a nossa perplexidade, nós estamos assistindo a uma crise hídrica nas principais metrópoles brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Isso tudo remete a se fazer uma avaliação sobre políticas que não foram feitas, ou não foram implementadas, ou não foram debatidas, ou não foram discutidas.

Então, a minha sugestão é que a gente pudesse movimentar a Comissão não só convidando autoridades sobre o assunto, sobre o tema, ligadas a essa questão hídrica. E a visão da questão hídrica como consequência também, porque também é, em função do aquecimento global, da mudança climática que está sendo experimentada no mundo inteiro. Mas que a gente pudesse não só trazer autoridades, especialistas no tema, que pudessem contribuir com sugestões para o aperfeiçoamento de políticas públicas, mas que a gente pudesse fazer um diagnóstico um pouquinho mais aprofundado.

Na realidade, a gente precisa saber se a questão água está sendo tratada de forma apropriada nos diversos entes da federação. Quem é que cuida de água no Governo Federal? São diversos Ministérios. Está correto ter essas distintas atribuições dos diversos Ministérios em relação à questão da água? Só agora recentemente é que o Governo Federal tratou de discutir, e está em fase ainda de execução, a elaboração de um plano nacional de recursos hídricos.

Eu vivenciei, como Ministro da Integração, a completa ausência de projetos. Abriam-se janelas orçamentárias, por exemplo, no PAC, para a construção de adutoras, de barragens, de transposição de água, e quase sempre a gente enfrentava a dificuldade de não ter projeto algum. Esperava-se meses a apresentação de um projeto básico, de um estudo de viabilidade. E às vezes, quando se tinha um estudo, era um estudo incompleto, que não dava base para uma tomada de decisão, como, por exemplo, a licitação de serviços ou de obras para a execução daquele empreendimento.

Então, eu penso que é importante a gente também fazer um olhar de como é que estamos organizados do ponto de vista administrativo e do ponto de vista institucional legal. Nós temos os instrumentos institucionais e legais para lidar com o desafio da questão hídrica? Nós temos planejamento? Nós temos uma visão estratégica sobre a questão hídrica?

Por exemplo, na área de energia, a gente convive, desde a década de 60, com os planos decenais de investimento para o setor elétrico. Então, a carteira de investimento do setor elétrico é muito previsível. Mas na área hídrica, na área de abastecimento, na área de reservação, de construção de barragens, nós não temos nenhuma carteira de investimento definida. Para os senhores terem uma ideia, nos últimos 22 anos, nenhum manancial importante foi construído nas três principais regiões metropolitanas do País. Há algum planejamento por detrás disso? Como suprir com oferta d'água os próximos 50 anos?

O consumo de água no Brasil ainda é muito baixo. É um dos mais baixos do mundo. E não é baixo porque a gente saiba economizar, não; é baixo porque nós não temos acesso a água potável, sobretudo nas regiões do interior do Brasil, nas zonas rurais do Brasil, e até mesmo nas regiões metropolitanas.

Recentemente, um artigo do Presidente da Sabesp, Jerson Kelman, mostrava que milhões de pessoas na periferia de São Paulo não têm acesso a água, de forma institucional, legal, em função do ordenamento do espaço urbano, que não permite que a rede da Sabesp possa abastecer as comunidades que habitam a periferia da maior cidade brasileira.

Então, a minha proposta é que a gente pudesse ouvir algumas autoridades na área, para que a gente possa entender. De fato, estamos vivendo um período hidrológico muito desfavorável no Brasil. Segundo especialistas, nos últimos 80 anos, é o pior período de chuvas que se verificou.

No Nordeste, nós estamos indo para o quarto ano de seca. Imaginem os prejuízos que não vem acarretando do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da produção agrícola, da produção pecuária, para uma região que tem mais de 22 milhões de pessoas que habitam o Semiárido nordestino, que é a área mais seca do Nordeste.

Por outro lado, há a contradição da qual o Deputado Angelim pode aqui ser melhor testemunha do que eu. Onde nós temos a maior bacia hidrográfica do mundo nós temos populações que também não têm acesso ainda a água potável. Essas são as contradições da realidade brasileira.

Então, a minha proposta, evidentemente, nós precisamos elaborar. Por isso é que acho que esse intervalo de hoje até a próxima sessão serviria para que a gente pudesse unificar uma visão comum de toda a Comissão, de como é que poderia ser essa agenda de trabalho. E a gente poderia abrir os nossos trabalhos aqui na Comissão de Mudanças Climáticas convidando umas duas ou três grandes autoridades especialistas na área, no tema, que pudessem trazer aqui uma visão e um diagnóstico de como nos encontramos e os desafios que temos pela frente.

Na sequência, a gente poderia fazer depois um olhar sobre essa questão institucional legal, como é que o Governo Federal está organizado, como é que os Estados estão organizados, como é que os Municípios estão organizados e quais são as sugestões de mudanças no campo da legislação, para que a gente possa aperfeiçoar o nosso arcabouço jurídico-legal para enfrentar esse desafio.

Outra proposta que eu traria é que a Comissão pudesse visitar algumas regiões do País, para conhecer de perto as realidades, que são diferenciadas e distintas. Certamente, teríamos que fazer visitas a essas principais metrópoles brasileiras. Certamente, teríamos que fazer uma visita à região semiárida ou ao Nordeste brasileiro. É evidente que também visitaríamos o Norte, o Centro-Oeste. Então, quatro ou cinco visitas que pudessem mobilizar a sociedade civil organizada para esse tema que estaremos querendo aqui priorizar, debater, para que, ao final, a gente possa fechar com contribuições concretas.

Há um Plano Nacional de Recursos Hídricos que está em elaboração, que está em construção pelo Governo Federal. Este pode ser um instrumento com o qual a gente possa dar luz, para se materializar como instrumento de planejamento e de ação para vencer esse desafio. Ou até outros instrumentos que a Comissão possa concluir como sendo mais adequados para que a gente possa vencer esse desafio.

Então, eu quero, mais uma vez, agradecer o apoio, o carinho, a confiança dos meus companheiros e das minhas companheiras que formam esta Comissão Mista do Congresso Nacional.

Deixo essa proposta para reflexão, com o compromisso de que, na próxima semana, mais precisamente na próxima quarta-feira, com o concurso do Deputado Sarney Filho e do Deputado Sergio Souza, a gente possa, em conjunto, ouvindo os nossos colegas, trazer aqui uma agenda de trabalho para a Comissão durante todo este ano, a fim de que possamos ter já, de forma clara, um cronograma de trabalho sobre o qual possamos nos debruçar durante o transcorrer deste período legislativo.

Eu queria oferecer a palavra... Não sei quem pediu primeiro.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu pedi primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Coelho, caro Relator, Deputado Sérgio Souza, colega Senadora Sandra Braga, senhoras e senhores aqui, consultores, assessores, funcionários da Comissão Permanente de Mudanças Climáticas, antes de tudo, eu gostaria de agradecer a confiança em mim depositada pelos meus pares, pela indicação também dos partidos majoritários da Casa, com o apoio imprescindível do Senador Fernando Coelho, para a minha indicação como Vice-Presidente. Foi uma surpresa, mas eu me sinto muito honrado e gratificado, porque, na realidade, eu sou o autor da proposta da criação desta Comissão Mista do Congresso e pela primeira vez estou assumindo um cargo no comando da Comissão. Eu já fui relator, e fizemos um trabalho muito importante. Mas agora estou no comando da Comissão. Quero dizer que colocarei a experiência, os conhecimentos e todas as amizades que tenho aqui em função de a gente melhorar e dar qualidade ao nosso trabalho.

Presidente, nós estamos vivendo um ano que talvez seja um dos anos mais difíceis da história recente do nosso País, não somente pelos motivos que V. Ex^a elencou, mas também pela grave crise ambiental que estamos passando.

O Brasil talvez seja o primeiro país de grandes dimensões a sofrer consequências graves das mudanças climáticas. Nós temos aí pequenos países do Pacífico, aquelas ilhas do Pacífico já sofrendo com o aumento do nível do mar. Mas nós agora, tudo indica, estamos passando por uma crise hídrica que não vai diminuir, vai se agravar. Isso se dá, evidentemente, pela mudança climática, pelo aquecimento global, que faz com que os extremos climáticos sejam mais constantes – chuvas mais intensas em menor período, secas prolongadas em áreas que antes não atingia.

Associado a isso, Presidente, até fazendo um paralelo não muito feliz a respeito do acidente de avião que houve hoje, um avião não cai por um motivo só, ele cai por uma série de erros, equívocos, defeitos. A nossa crise da água, a nossa crise hídrica também se dá por uma série de circunstâncias. A primeira é a mudança climática. Mas a segunda, e não menos importante, é a maneira como nós tratamos os nossos biomas.

A grande crise hoje da água, que atinge a maior parte da população brasileira – e só por isso ela está sendo tão comentada, porque, no Nordeste, nós já estamos acostumados –, ela vem de um bioma chamado Mata Atlântica, que hoje já não existe mais; são pequenos maciços florestais espalhados em regiões. E essa Mata Atlântica é que gera, é que conduz a água.

Ora, na medida em que o Congresso, na Legislatura passada, ao invés de sinalizar no sentido de fortalecer os nossos biomas, para que os ecossistemas pudessem continuar prestando serviços, para que as margens dos rios pudessem ser protegidas, para que as nascentes dos rios não fossem desmatadas, enfim, ao invés de flexibilizar a legislação, ao invés de darmos anistia àqueles que, ilegalmente, persistiram no erro, nós facilitamos, flexibilizamos, sinalizamos de uma maneira equivocada.

Estudos recentes, publicados na *Folha de S. Paulo*, dizem que as bacias menos protegidas da Região Sudeste são as responsáveis pelas águas que São Paulo consome. Então, há uma relação direta. Costumo dizer que as civilizações, meu querido Deputado Sergio Souza, começaram na margem dos rios, mas, hoje, os rios não precisam mais de homens nem de agricultura; eles precisam de árvores para protegê-los, porque as mudanças estão aí e vieram para ficar.

Tenho certeza de que esta Comissão terá um papel muito importante na discussão, na sensibilização desse novo Congresso. É preciso que se use de todas as brechas legislativas... E, dentro daquilo, Sr. Presidente, que foi falado, a Câmara já saiu na frente. Fizemos uma comissão geral sobre recursos hídricos; a Frente Parlamentar Ambientalista fez um café da manhã. Temos batido nesse tema. Eu e o Deputado Tripoli, aqui também, já estivemos com o Ministro Fux, na companhia do Deputado Jordy também, pela Frente Parlamentar, pedindo que ele revisse a inconstitucionalidade patente de parte da lei que reduz as áreas de preservação permanente. Mandamos ofícios para os Governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, pedindo para que eles, baseados numa brecha legal que existe, pudessem determinar que as áreas das nascentes e as áreas de proteção dos rios, as matas ciliares, pudessem ser novamente protegidas em dimensões e metragens até maiores do que antes da reforma do Código Florestal.

Todos esses são assuntos que temos que trazer para cá para discussão. E, evidentemente, já tenho absoluta certeza de que, hoje, grande parte do agronegócio é sensível a essa realidade. Quando a gente vê estudos do Professor Antônio Nobre, por exemplo, sobre a importância das águas da Amazônia...

Em 1999, eu era Ministro do Meio Ambiente e estive na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Naquela época, o desmatamento era muito grande, muito maior do que é hoje. Dali que começaram a ser tomadas as atitudes e as providências legais para que esse desmatamento viesse, ao longo dos anos, diminuindo na Amazônia. E, ali, quando eu disse que o desmatamento da Amazônia iria afe-

tar, Deputado Victor Mendes, o regime de chuvas da Região Centro-Oeste, iria afetar até São Paulo, foi uma gargalhada geral, isso em 1999! Ninguém acreditava nisso; diziam: “Isso é uma loucura! Imagina se o clima da Amazônia vai atingir o clima aqui!” Hoje, quando você assiste ao Jornal Nacional, você vê “a umidade que vem da Amazônia...” Aparece lá que os satélites constataam... Quer dizer, hoje, ninguém mais tem dúvida da importância. A gente sabe que as chuvas, que garantem a fertilidade do solo, que garantem a nossa agricultura e a nossa pecuária, são, em grande parte, vindas da Amazônia, formadas pela umidade da Amazônia. Na hora em que estamos perdendo a umidade da Amazônia, estamos comprometendo esse regime de chuvas e, mais ainda, associado à mudança climática.

Então, Sr. Presidente, não vou me alongar muito, mas esses são temas sobre os quais a gente deveria se aprofundar e que, certamente, servirão para essa sua ideia.

Creio que o Deputado Sergio Souza, nosso relator, poderia, baseado nas ideias do Presidente e naquelas que vão surgir ao longo dessa discussão aqui, fazer uma proposta de atuação da Comissão. Também acho que essa ideia de a gente sair daqui e ir às regiões é importante. Fizemos isso na Rio+20, o que foi muito bom. Fomos às Assembleias Legislativas, que, quase todas, têm televisões, o que faz com que haja uma participação maior da sociedade local.

É lógico que, naquela época, foi a Frente Parlamentar Ambientalista que patrocinou, mas, hoje, como o tema é diferente, como a reunião de Paris vai ser, talvez, a mais importante desse século, pelo menos deste começo de século, então, a meu ver, isso seria de grande importância.

Era isso.

Mais uma vez, agradeço a todos e me disponho como um soldado desta Comissão e da causa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Há vários parlamentares inscritos.

Assim, vou oferecer a palavra à Senadora Sandra Braga, e, na sequência, ao nosso Relator. E estou anotando as novas inscrições.

Por favor, Senadora Sandra.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo pela sua escolha para a direção desta importante comissão. Contudo, fiquei curiosa, porque olhei para um lado, olhei para o outro, e sou a única mulher aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – E a única de verde também. *(Risos.)*

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – E de verde! Autêntica e do Amazonas.

Gostaria de parabenizar o Deputado Sarney Filho, que é um estudioso, uma pessoa que certamente vai contribuir muito para os nossos trabalhos. Apenas para ilustrar o que ainda há pouco ele falava, quando falamos, pela primeira vez, de “rios voadores”, que é exatamente o que ele falava ainda há pouco, foi também uma gargalhada. Mas, hoje, este é um outro momento; há uma compreensão maior da importância desse tema.

Portanto, participo desta Comissão com bastante entusiasmo.

Gostaria de parabenizar também o Deputado Sergio Souza, Relator.

E, aproveitando a sua sugestão, Sr. Presidente, já encaminhei à Mesa um requerimento exatamente sugerindo a vinda de um especialista, de um professor, que, creio, é até de conhecimento de todos aqui, o Professor Virgílio Viana. Então, já se encontra sobre a Mesa esse requerimento para que seja apreciado.

O Virgílio Viana é um especialista nesse tema, que pode contribuir muito para o nosso estudo. Ele tem um currículo muito extenso nessa área. Portanto, creio que seja uma indicação acertada para nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Agradeço à Senadora Sandra Braga.

Já estou com o requerimento em mão. Certamente esse requerimento vai ser submetido, apreciado e aprovado ainda nesta reunião, como um item extrapauta, já que não tínhamos uma pauta específica.

Pediria apenas a compreensão no sentido de que vamos formatar essas audiências e os convidados. De qualquer forma, o Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável, Professor Virgílio Viana, será um dos nossos convidados em um desses painéis que montaremos aqui para animar o nosso debate.

Muito obrigado.

Vou oferecer a palavra ao nosso Relator, Deputado Sergio Souza e, em seguida, ao Deputado Eros Biondini.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB – PR) – Boa tarde a todos!

Primeiramente, queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Fernando Bezerra.

Parabéns pela eleição!

Não tenha dúvida V. Exª: o seu propósito, acredito, é a ideia, se não de todos, mas da grande maioria desta Comissão, porque precisamos definitivamente aproximar o Congresso Nacional das causas das pessoas.

Uma pesquisa que vimos, recentemente,, dá conta de que a sociedade, que acaba de eleger os seus representantes no Congresso, os desaprova com uma margem superior a 90%. Isso mostra que estamos distantes das causas das pessoas. As pessoas, lá na ponta, estão sofrendo todas as consequências e o Estado não tem, na mesma velocidade, demonstrado o interesse nas suas causas.

E, neste momento, Deputado Sarney Filho, tenho o privilégio de compor esta Mesa com V. Ex^a – e já estivemos aqui em outros momentos, nesta Comissão... Aproveito para cumprimentar também aqui o meu amigo Flexa Ribeiro e a Senadora Sandra Braga.

Senadora Sandra, estive aqui no Senado junto com seu marido, por três anos. É um privilégio retornar a esta Casa agora como Deputado.

Queria cumprimentar a todos, o Deputado Balestra, nosso decano, experiente, que conduziu brilhantemente a instalação desta Comissão; enfim, cumprimento a todos os Deputados aqui presentes.

Não há nada mais urgente para as pessoas do que a sua necessidade imediata. Não passei por isso na minha vida, mas imagino a aflição de uma família que, ao chegar à sua casa, vê que não há água para lavar a louça, para tomar banho e até mesmo para dar de beber aos filhos.

Li, hoje, uma nota na *Folha de S.Paulo*, dizendo que um estabelecimento comercial negou água a um andarilho, a um pedinte porque ali não haveria água para dar de beber. Vocês vejam que coisa absurda! E isso num País que tem qualquer coisa em torno de 12% da água fluvial ou de superfície do Planeta! Isso num País em que temos aqui enormes jazidas de água no subsolo, como o Aquífero Guarani, por exemplo, que pega toda essa região do Centro-Oeste e desce ao Sul, pegando a Argentina, Paraguai, Uruguai, e assim por diante. Isso é um absurdo, de verdade!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Tapajós.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim; o Tapajós.

Também existe o Aquífero, que está embaixo do Amazonas.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. *Fora do microfone.*) – É maior que o Guarani.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB – PR) – Talvez não tenhamos, como disse o Deputado Zequinha Sarney, planejado, porque vivemos todos o imediatismo, e não há como você tratar dessa questão de clima, de sustentabilidade, se você não pensar isso no longo prazo. Acho que é um pouco do brasileiro agir quando a água bate na bunda, não é? É quando a coisa está no último momento, não tendo mais outra solução, na pressão, você tem que agir.

Então, esta questão do estresse hídrico do nosso País será a nossa prioridade, não tenha nenhuma dúvida, e também a questão da cogeração da energia. A energia renovável... Temos vários outros fatores energéticos que podemos utilizar, que não só o da hidroelétrica, porque um estresse hídrico como este traz também a consequência energética. E sabemos que o Brasil, nestes últimos anos, decresceu a produção industrial e, mesmo assim, foi ao limite do consumo energético.

Se não fosse a importação do Uruguai, da Argentina e a empresa Itaipu, a parte do Paraguai, cedendo ao Brasil o seu excedente, teríamos tido apagão. E imagine: se tivéssemos continuado crescendo aos patamares dos anos 2007, 2008 até 2011, como vínhamos crescendo, nós teríamos aí uma falta de energia de qualquer coisa em torno de 20%. Temos, lógico – e aí o Deputado Balestra lembrou muito bem – vários fatores que podemos utilizar, como a biomassa, a cogeração no setor sucroalcooleiro, porque, nas usinas de álcool e açúcar, há um desperdício enorme, e talvez por falta de incentivo.

Queria sugerir aqui, meu Presidente, que façamos um plano de trabalho, e não gostaria de apresentar isso sozinho. Acho que esse não é um plano de trabalho do Relator; é um plano de trabalho da Comissão.

E como que poderíamos fazer isso aqui? Esses pontos, com toda a certeza, estarão dentro do nosso plano de trabalho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. *Fora do microfone.*) – Poderia fazer uma pré-proposta para todo mundo e, depois, nós nos manifestamos.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB – PR) – Isso.

Então, vou elaborar uma pré-proposta para a próxima reunião e, na próxima reunião, colhemos de todos os membros... E até solicito à Secretaria da Comissão que solicite aos parlamentares que não estiverem presentes que encaminhem à Presidência, à Relatoria as suas sugestões, para que a gente elabore e aprove, logo após o feriado, o plano de trabalho e crie uma agenda, inclusive propositiva, para que possa esta Comissão... O Congresso Nacional só tem duas – somente duas – Comissões Permanentes, Senador Flexa Ribeiro: a do Orçamento e esta Comissão. Vejam o tamanho da importância que o Congresso Nacional deu a este tema!

Mas, para que esta Comissão e para que o Parlamento tenham não só presença na COP 21, mas que tenha voz, que tenha atividade... Estive em algumas COPs – e acho que alguns dos senhores também já estiveram –, e, às vezes é uma presença: a gente corre, para ir à audiência do Ministério A, do Ministério B. Acho que tínhamos que ter uma voz.

Vamos promover, de repente, lá na COP; vamos conversar aqui com o Ministério das Relações Exteriores, conversar com o Itamaraty, conversar com a Ministra Izabella Teixeira e sugerir que façamos uma pauta da Comissão sobre Mudanças Climáticas, chamando o Parlamento europeu, outros Parlamentos também, para fazermos não um fórum paralelo, mas, dentro da COP, uma ação da Comissão sobre Mudanças Climáticas, passando o retrato do nosso trabalho aqui no Congresso Nacional e aproveitando as experiências que os Parlamentos ao redor do Planeta têm vivenciado nos últimos anos do ponto de vista das mudanças climáticas.

Essa é a minha posição.

Vou pedir licença, porque nós estamos com uma reunião na Comissão do Pacto Federativo e estão pedindo a minha presença agora lá na Câmara.

Mais uma vez, muito obrigado a todos os meus colegas, tanto do Senado quanto da Câmara, pela confiança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Há outros inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu aguardo.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Como o Relator vai embora, se houver alguma sugestão pontual para o Relator, que se faça agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – O problema é que temos que obedecer a ordem de inscrição, senão os parlamentares vão se sentir atropelados.

O SR. EROS BIONDINI (PTB – MG) – Presidente, a minha intervenção será muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Deputado Eros Biondini com a palavra.

O SR. EROS BIONDINI (PTB – MG) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Deputado Sérgio Souza, nosso Relator, nosso Vice-Presidente Deputado Zequinha Sarney, amigo, demais colegas Deputados, Senadores, nossa Senadora.

Sr. Presidente, primeiro quero dizer da satisfação de ter sido indicado pelo meu Partido, o PTB, como membro titular desta importantíssima Comissão.

Parabenizo V. Ex^{as} pela eleição, por terem sido escolhidos para conduzir os trabalhos desta Comissão e desejo-lhes todo êxito.

Não medirei esforços para colaborar, com a minha pouca experiência, mas intensa, desses últimos 8 ou 9 anos de vida pública como representante do nosso povo. Pela força do segmento que represento, cuja capilaridade é muito grande, tenho oportunidade de praticamente em 100% dos finais de semana do ano estar no interior de Minas Gerais, em áreas remotas. Nesses locais podemos constatar, a exemplo do que V. Ex^{as} nos trouxeram, o sofrimento de famílias pela falta de água e outros prejuízos decorrentes da mudança climática – não só em Minas Gerais, pois tenho tido oportunidade de estar nos Estados de V. Ex^{as}.

Todas as comissões importantes que nós temos no Senado e na Câmara dos Deputados trazem questionamentos cujas respostas esta Comissão Mista, com certeza, protagonizará. Existem muitos debates e temáticas em outras comissões importantes cujas respostas dependem de debates nesta Comissão. Então, esta Comissão se desdobrará para dar respostas aos anseios da nossa sociedade, anseios que chegam até as demais comissões, seja de Agricultura, seja de Defesa do Consumidor, da qual sou Vice-Presidente.

Portanto, Sr. Presidente, vejo com um olhar muito positivo e de muita esperança a condução neste ano de 2015 desta Comissão Mista Permanente.

Boa sorte e que Deus nos conduza e nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Deputado Eros.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli e, na sequência, ao Senador Flexa Ribeiro, pedindo apenas para serem breves nas suas intervenções, uma vez que, muito embora o Relator e o Vice-Presidente tenham outros compromissos, desejam ouvi-los.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Presidente, eu acho que V. Ex^a foi muito feliz na sugestão que fez logo no início dos trabalhos desta Comissão. V. Ex^a tocou num assunto que entendo ser fundamental, que é iniciarmos o processo desta gestão com um diagnóstico em função das dificuldades que nós temos.

Eu iria fazer a sugestão, se os senhores me permitissem, do nome do Professor Antonio Nobre, que é um climatologista, um dos melhores do País hoje. Ele pode dar o quadro geral não só do Brasil, mas do Planeta

como um todo, para que iniciemos um processo e, a partir desse diagnóstico, possamos debater. Não confundi-lo com seu irmão, Carlos Nobre, que está lá no Ministério da Ciência e Tecnologia. Aliás, quando eu presidi a Comissão lá na Câmara, ele nos ajudou muito. Lembro ainda a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que também, com certeza, poderá oferecer algum nome. Mas o Professor Antonio Nobre seria um nome muito bom para o início desse processo de identificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado. Muito boa sua sugestão. Eu também tinha pensado no nome do Professor Antonio Nobre.

Vamos ouvir o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente Senador Fernando Bezerra, vi que o nome de V. Ex^a no Parlamento é Fernando Coelho, mas vou sempre chamá-lo de Fernando Bezerra!

Deputado Sarney Filho, Deputado Sérgio Souza, Srs. Membros da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, eu já parabeneizei os que estarão no comando e na relatoria desta Comissão Permanente Mista de Mudanças Climáticas, da maior importância. Os pronunciamentos do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e dos que aqui se manifestaram já demonstram a importância dos debates que aqui vamos fazer. Eu queria só acrescentar, Senador Fernando Bezerra, que nós possamos colocar também, com destaque, a questão da geração de energia solar.

O Brasil tem a maior incidência de raios solares do mundo, eu acredito, principalmente na região Nordeste e na Amazônia também. Eu acredito, e tenho me pronunciado com bastante frequência sobre esse tema, que o Governo precisa criar o programa do autogerador de energia, para que qualquer cidadão possa, em sua casa, trocar o vidro de sua janela, trocar telhas do seu telhado, colocar uma placa fotovoltaica, de tal forma que ele passe a ser gerador de energia. Há equipamentos, há tecnologias já que permitem...

O grande problema dessas fontes renováveis, seja a solar, seja a eólica, é que não há como você fazer a reserva, guardar a energia que for gerada, ela tem que ser imediatamente transferida para a rede. A solar: a rede já está passando na residência, é uma questão só de tecnologia, e já existe isso, do aparelho que vai definir a energia gerada e a energia consumida. O autogerador de energia pode até receber a diferença se o seu consumo for menor que a geração que ele introduziu no sistema já interligado.

Esse tema é importante, e o Brasil precisa adotar, como fez na geração eólica, um programa pelo Brasil. Hoje já temos alguma coisa não tão importante, mas alguma coisa já significativa de energia eólica, mas da energia solar nós não temos praticamente nenhuma experiência. Que possamos iniciar com um programa de governo que incentive cada um dos brasileiros a passar ser um gerador de energia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito boa a proposta, Senador Flexa Ribeiro. Certamente nós iremos abordar durante este ano a questão das energias renováveis procurando dar um foco, uma prioridade, para a energia solar, tal como V. Ex^a sugeriu.

Eu vou colocar em votação o requerimento da Senadora Sandra Braga.

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas para discutir a questão das mudanças climáticas e seu impacto na Amazônia, bem como questões relevantes para a região relacionadas ao clima, com a presença do Superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável, Professor Virgílio Viana.

Autoria: Senadora Sandra Braga.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Nós vamos, oportunamente, marcar a data mais conveniente para essa palestra do Professor Virgílio Viana.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, vou reforçar a solicitação para que todos os Srs. Membros da Comissão encaminhem sugestões para a nossa agenda, não só de palestrantes, como fez aqui o Deputado Ricardo Tripoli e a Senadora Sandra Braga – o Deputado Ricardo Tripoli lembrando do nome do Professor Antonio Nobre –, mas também de como deva ser a sistemática das nossas reuniões, os painéis, sugestões de painéis temáticos, visitas, em que regiões, em que áreas, para que possamos traçar, com a coordenação do nosso Relator, um cronograma, uma agenda de trabalho para que, no final, possamos sair com produtos do trabalho da Comissão, sugestões de alteração, de aperfeiçoamento dos mecanismos jurídicos e legais, como também de propostas para eventuais programas ou iniciativas dos diversos entes da Federação.

Peço também aos nossos assessores que contatem os membros que porventura estiveram ausentes desta primeira reunião de instalação para que eles participem da construção dessa agenda. Vamos fazer um esforço para que, já na próxima reunião, possamos trazer aqui, mesmo que não seja a proposta final, acabada, mas já um esboço de uma agenda que vamos tentar implementar ao longo deste ano.

Muito obrigado.

Encerrada a sessão, convoco a próxima para a semana que vem.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.)

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015,
NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL**

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia trinta e um de março do ano de dois mil e quinze, Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sandra Braga, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Douglas Cintra, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, e dos Deputados Sérgio Souza, Angelim, Leônidas Cristino, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Dá-se início à apreciação do item único da Pauta: Discussão e votação do Plano de Trabalho de 2015-CMMC. Passa-se a palavra ao Relator, Deputado Sérgio Souza, para a apresentação do Plano de Trabalho. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Donizeti Nogueira e os Deputados Sérgio Souza, Angelim, Leônidas Cristino, Ricardo Tripoli, Sarney Filho. Em seguida, faz uso da palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho, que coloca em discussão e votação o Plano de Trabalho de 2015, consolidado com as sugestões dos parlamentares. Resultado: Aprovado A Presidência submete à apreciação os seguintes Requerimentos extrapauta, no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 2, de 2015-CMMC** que “Requer, nos termos regimentais, que os temas *áreas verdes urbanas, mobilidade urbana, gestão da água e gestão de resíduos sólidos* passem a compor a agenda de trabalho desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas no presente exercício, para discutir a questão das mudanças climáticas e seu impacto nas cidades brasileiras, bem como as estratégias de mitigação e adaptação perante os possíveis cenários para o meio urbano.” Autoria: **Senador Ronaldo Caiado**. Resultado: **Aprovado**. **Requerimento nº 3, de 2015-CMMC** que “Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário no âmbito desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em abril, local a definir, para debater sobre os preparativos, posicionamento e metas brasileiras para a 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 21, a realizar-se em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015.” Autoria: **Deputado Sarney Filho**. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente e publicada no *Diário do Congresso Nacional*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Fernando Bezerra Coelho**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta desta reunião, como já tínhamos decidido na reunião anterior, destina-se à apreciação do Plano de Trabalho desta Comissão.

Houve uma série de sugestões, de indicações, propostas por todos os membros da Comissão. Elas foram sistematizadas pelo nosso Relator, Deputado Sergio Souza, que contou com a colaboração de nosso Vice-Presidente, o Deputado Sarney Filho, e também com minhas sugestões. Eu gostaria, portanto, de conceder a palavra ao nosso Relator, Deputado Sergio Souza, para ele apresentar uma proposta de agenda que procurou aproveitar todas as indicações e todas as sugestões que chegaram até a Comissão, à nossa equipe técnica, e que foi alvo de um trabalho de sistematização por parte de nosso Relator.

Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Deputado Sarney Filho, Srs e Srs. Deputados, todos que acompanham esta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Consultoria e todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado e pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Na semana passada, fizemos a instalação desta Comissão e eu tive a honra de ser indicado por S. Ex^a o Senador Fernando Bezerra para ser o Relator desta Comissão e elaboramos aqui, juntamente com a Consultoria e com a sugestão dos membros desta Comissão, um plano de trabalho para o ano de 2015.

Eu consulto se todos receberam o Plano de Trabalho previamente.

Eu vou fazer um resumo, porque ele tem umas dez páginas, para que a gente possa abreviar nossos trabalhos e abrir para a discussão dos colegas.

Desde 2007, o Congresso Nacional intensificou o acompanhamento e o debate das questões que se referem aos cenários de mudanças climáticas, divulgadas pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, da Organização das Nações Unidas.

Inicialmente, foi instituída a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Posteriormente, foi criada a presente Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas por meio da Resolução nº 4, do Congresso Nacional, em 30 de dezembro de 2008.

O último relatório do IPCC, lançado em setembro de 2013 e novembro de 2014, declara que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e que a influência humana sobre o clima é clara. As temperaturas médias globais da superfície terrestre e oceânica aumentaram em 0,85°C entre 1980 e 2012. A neve e o gelo têm diminuído, o nível do mar subido, e as mudanças climáticas devem ter impactos generalizados sobre os sistemas naturais humanos.

O acordo aprovado na COP 20, em Lima, em 2014, prevê que cada país deve enviar ao Secretário da Convenção as Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas, que representam a proposta de cada um para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Essas intenções devem ser registradas até junho de 2015, quando o Secretário da Convenção deve avaliar seus compromissos propostos no seu conjunto são suficientes para manter o aumento da temperatura do Planeta no limite de 2°C até 2050.

A vigência do Protocolo de Kyoto foi renovada até 2020, e o objetivo da COP 21, que vai ocorrer em Paris, no final deste ano, é aprovar um novo acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2020. Portanto, este é um ano muito especial. Do ponto de vista das negociações climáticas, o Plano de Trabalho desta Comissão para 2015 não pode fugir ao debate sobre as questões em torno das negociações.

Por outro lado, o Brasil vive um momento complexo. Somos o primeiro grande País a enfrentar as consequências das mudanças climáticas com a crise hídrica que afeta diversas regiões, especialmente o Sudeste e as enchentes que assolam os Estados do Norte. Paralelamente e também como efeito desses eventos diversos, estamos na iminência energética.

Portanto, esta Comissão não pode se furtar a debater tais problemas que afetam de forma dramática a vida da população. Notadamente, a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas deve promover um diagnóstico da organização institucional, relativamente à gestão dos recursos hídricos, do planejamento a longo prazo do abastecimento público de água e dos desafios do setor elétrico. Espera-se, com essas ações aqui propostas, fortalecer o diálogo com a sociedade na busca de soluções para esses problemas.

Assim, Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares membros desta Comissão, este Plano de Trabalho prevê a realização das seguintes ações:

1. Audiências públicas em Brasília, dentro do Congresso Nacional, para debater as crises hídrica e energética nacional e as negociações em torno do novo acordo climático a ser estabelecido em Paris, com a presença de autoridades técnicas nessas matérias;
2. Audiências regionais, visando ouvir as lideranças locais e promover o debate com a sociedade, sobre os temas da Comissão, além de visitas técnicas que promovam a possibilidade de analisar os temas tratados com experiências práticas;
3. Seminário Fundamentos Científicos das Mudanças Climáticas, destinado a divulgar o conhecimento técnico sobre os fenômenos climáticos e a influência antropogênica sobre eles, o qual poderá ser desenvolvido em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal;
4. Participação na COP 21, em Paris, para debater com os negociadores internacionais um novo protocolo sobre o clima; e
5. Criação de um fórum de discussão no *site* e-Democracia, da Câmara dos Deputados, sobre os temas debatidos na Comissão, tendo em vista ampliar os espaços de diálogo com a sociedade.

E aí, Sr. Presidente, eu gostaria só de citar quais seriam as audiências públicas sugeridas, sem mencionar aqui, ainda, os convidados que já constam do Plano de Trabalho, que pode, inclusive, vir a receber novas sugestões dos membros desta Comissão.

Audiências públicas a serem realizadas em Brasília:

1. Diagnóstico da crise hídrica no Brasil;
2. Estrutura institucional para a gestão dos recursos hídricos;
3. Combate ao desperdício de água no Brasil;
4. As contribuições do Cerrado e da Mata Atlântica para oferta de recursos hídricos no Brasil e o impacto das mudanças climáticas sobre os biomas;
5. Instrumentos inovadores de indução à proteção e recuperação de recursos hídricos no Brasil: sistemas de pagamentos por serviços ambientais e implantação do Código Florestal;
6. Diagnóstico da crise energética no Brasil;
7. Perspectivas para expansão da energia solar, biomassa e outras fontes renováveis no Brasil;
8. Principais conclusões do 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC);
9. A COP 21 e as possibilidades de negociações em torno de um novo acordo climático global;
10. A proposta brasileira relativa às Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas;
11. O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas;
12. Reunião Preparatória para a COP 21.

Essas seriam as audiências públicas no Congresso Nacional.

E, quanto às audiências regionais e visitas técnicas, foi sugerida, pelo Relator, uma audiência no Paraná, em que poderíamos debater os impactos dos reservatórios nos regimes hídricos, com visita a Itaipu, para conhecer o Programa Cultivando Água Boa, que é um programa, inclusive, que está sendo muito bem divulgado pela mídia nacional, em face da escassez hídrica no Centro-Oeste, entre outros programas que temos nesse sentido.

Em São Paulo, uma audiência para tratar do planejamento do abastecimento hídrico no Brasil, com visita técnica a reservatório, como o da Cantareira, a sistema de tratamento de água e assim por diante.

No Acre ou no Amazonas, no Norte, a gente define isso numa sequência, mais uma audiência pública para estudar o impacto das mudanças climáticas no bioma amazônico, a oferta de recursos hídricos e políticas de proteção e defesa civil, também com visita técnica ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), entre outros a serem sugeridos por V. Ex^{as}.

Um quarto evento externo, no Ceará ou em Pernambuco – também pode ser definida aqui outra cidade, outro Estado –, “Desafios para o abastecimento hídrico do Nordeste: o regime das chuvas e as transposições de rios”.

Quinto, em Goiás, ‘Desafios do setor elétrico: contribuição da cogeração para a redução de emissões de gases de efeito estufa do Brasil’.

Em Tocantins, uma sexta reunião: “A importância do plantio em nível e da proteção de matas ciliares para a proteção dos recursos hídricos no contexto das mudanças climáticas”.

O Item 3 é um seminário, que ocorreria aqui no Congresso Nacional, sobre fundamentos científicos das mudanças climáticas. A programação deve contemplar a difusão do conhecimento técnico sobre os fenômenos climáticos e a influência antropogênica sobre eles.

O Item 4 é sobre a participação do Parlamento brasileiro na COP 21, em Paris, uma reunião dos Deputados e Senadores presentes na COP21, com Parlamentares franceses e membros das delegações. Seria já um ato preparatório para a COP.

E, por fim, um fórum de debates no portal e-Democracia, na Câmara dos Deputados, para o qual vamos atrair, inclusive, a participação popular.

Este é o relatório, Sr. Presidente, da proposta de Plano de Trabalho para esta Comissão no ano de 2015. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.

Antes de abrir para debate, para discussão, quero informar aos senhores membros desta Comissão que temos, sobre a mesa, dois requerimentos. Um requerimento, do Senador Ronaldo Caiado, requer, nos termos regimentais, que os temas abaixo relacionados passem a compor a agenda de trabalho desta Comissão. As sugestões do Senador Ronaldo Caiado são áreas verdes urbanas, readequação da biomassa vegetal e recupe-

ração da biodiversidade nativa, arborização viária, matas ciliares e telhados verdes, visando ao aumento dos serviços ambientais, minimização das ilhas de calor, fixação de CO₂ e resiliência a eventos climáticos extremos.

A segunda sugestão é em relação à mobilidade urbana. “A preferência histórica do transporte urbano individual é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa nas cidades brasileiras. Alternativas de transporte não poluentes, através de ciclovias ou calçadas plenamente acessíveis, precisam ser propostas, assim como transporte público de qualidade”.

A terceira sugestão: gestão da água. “Com as mudanças climáticas, esse quadro pode se tornar ainda mais grave e generalizado. Gestão de resíduos sólidos. A destinação incorreta dos resíduos sólidos nos Municípios brasileiros é fonte importante nas emissões de gases de efeito estufa”.

Essas sugestões do Senador Ronaldo Caiado, certamente, serão agasalhadas na nossa agenda de trabalho, mas, de qualquer forma, vou colocar em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O segundo requerimento é do nosso 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Deputado Sarney Filho...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, eu havia falado antes que retiro esse requerimento, assim como quero sugerir que o requerimento do Senador Caiado também seja retirado, para que sirva como subsídio, como sugestão, para que o Relator possa incorporar ao seu plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – E aí...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas nós podemos aprovar, até para valorizar o requerimento, e eles serão atendidos na própria redação final do plano de trabalho. Todos se sentirão atendidos.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Porque, inclusive, a minha sugestão vem em virtude de uma sugestão que recebi de alguns órgãos da sociedade civil. Então, agora, eu pedi que transformasse em requerimento, mas, na realidade, é preciso que a gente aprofunde essa discussão.

Então, poderíamos votar a do Senador Caiado, e o meu eu retiro, de ofício, e nós entregamos ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer um apelo: vamos aprovar seu requerimento, Excelência.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Então, pronto. Então, vamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos aprovar os dois requerimentos.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Está bom, serve como base. E entra como subsídio para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, os que aprovam os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora, o requerimento do Deputado Sarney Filho nos remete, digamos, a uma primeira discussão. É que a posição brasileira está sendo construída pelo Governo Federal, envolvendo diversos Ministérios, e a agenda proposta pelo Deputado Sergio Souza teríamos que observar qual seria a precedência dessas reuniões que estão sugeridas para a agenda.

Então, parece-me que, agora, em abril e maio, a gente deveria focar nas reuniões que estão sugeridas de preparação para a COP 21. Se não, a gente perde o *time* de construir uma proposta coletiva, uma nossa, e também de entender como está evoluindo a posição do Governo Federal, que vai, digamos, submeter a posição brasileira lá durante a COP 21.

Então, a minha sugestão é que o requerimento do Deputado Sarney Filho já, de certa forma, determine que a gente avalie, com aquiescência do Relator, uma ordem cronológica para o cumprimento da nossa agenda.

Então, abro para o debate a proposta de agenda de trabalho e vou dar a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar para cumprimentar o Relator pelo brilhante trabalho que ele apresenta hoje, o nosso plano de trabalho para o ano de 2015. É extremamente abrangente, eu entendo que vai exatamente dentro das expectativas que os membros da Comissão têm e com o objetivo central, que é, obviamente, trabalharmos nessa vertente que é exatamente buscar a contribuição brasileira para a COP 21.

Só a título de colaboração, no Item 2, das audiências públicas em Brasília, eu vejo aqui o representante do Ministério das Cidades. Eu tenho uma sugestão a fazer: o Dr. Paulo Ferreira, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Ministério das Cidades, que já foi diretor e Vice-Presidente da Sabesp, de São Paulo, Professor de Engenharia do Mackenzie, e um profundo conhecedor da área. Então, como vi aqui que para o representante do Ministério das Cidades ainda não tem um nome, eu sugiro o nome do Dr. Paulo Ferreira.

É o Item 1.2, Estrutura Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos.

Era só esta a minha sugestão, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não. Ofereço a palavra, agora, ao Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Senadores.

Eu fiquei impressionado positivamente pela consistência do plano de trabalho apresentado pelo nosso Relator, focando em temas complexos, que exigem um estudo aprofundado. Preocupa-me a formatação do cronograma para que nós possamos cumprir com profundidade, com bastante esclarecimento, que sejam audiências e seminários esclarecedores e que fiquem para os anais da nossa Comissão.

Eu queria fazer uma sugestão aqui, no Item 2.3, de audiências regionais. Apesar de ser Deputado do Acre, para mim, não importa, pois o mais importante é escolhermos um Estado da Amazônia para que seja mais fácil a mobilidade dos demais interessados Estados da Amazônia. Se for o Amazonas, não tem problema. No Acre, nós temos um pesquisador, um cientista da Embrapa, que acaba de passar um ano e meio em Harvard estudando essa questão do bioma amazônico: o Dr. Judson Valetin, da Embrapa. Eu queria apenas sugerir que ele possa participar desse painel, dessa audiência sobre o impacto das mudanças climáticas no bioma amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não. Muito obrigado.

Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para parabenizar pelo trabalho e agradecer a inclusão dos nosso dois pedidos, o 1.5 e o 1.6.

Eu gostaria de colocar Palmas à disposição para fazermos lá uma audiência dessas, que considero muito relevante.

Meus parabéns pelo trabalho. Estamos começando muito bem esta tarefa, que é de grande responsabilidade para todos nós Parlamentares aqui da Câmara e do Senado para o Brasil como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Deputado Leônidas Cristino, na realidade, nós estamos com uma sugestão, com uma ideia que vai ter que ser trabalhada, para que, nessas audiências regionais, a gente possa ter sempre um Ministro de Estado convidado. Por exemplo: no Tocantins, a Ministra Kátia Abreu, que poderia oferecer o transporte para que os membros da Comissão possam estar em maior número no Tocantins ou em Goiânia, para quando a gente fizer esse movimento. Da mesma forma, o Ministro Eduardo Braga, quando formos ao Amazonas; e, quando formos ao Nordeste, tentar ter a presença do Ministro Occhi, porque é ele que está envolvido com a grande obra da transposição. E aí vamos tentando identificar, porque facilitaria o deslocamento da Comissão, e ao mesmo tempo, procurar também prestigiar esses encontros regionais com a presença de um representante do Governo Federal, o que só iria enriquecer as nossas atividades externas.

Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, eu queria parabenizá-lo pelo relatório, pela proposta de plano de trabalho. É claro que isso aqui não é uma coisa pronta e acabada ainda, a gente pode dar uma mexida para melhorar.

Eu digo isto porque esse problema de recursos hídricos que aconteceu nos últimos seis meses ou no último ano só clareou para o Governo e para a grande mídia nacional quando aconteceu no Sudeste e no Sul. O Nordeste já passa por esses problemas há muitos e muitos anos, aliás, a vida toda. E o Ceará, Rio Grande do Norte e a Paraíba são os únicos Estados do Brasil que não têm nenhum rio perene. Pernambuco tem, Alagoas tem, Sergipe tem, Piauí tem e o Maranhão tem vários. Aliás, o Maranhão tem uma especialidade: ele não tem a desvantagem da Amazônia, só tem as vantagens, e não tem as desvantagens do Nordeste, só tem as vantagens. É por isso que o Maranhão é essa potência, não é, Deputado Sarney? (*Risos.*)

Por isso, fico assim muito feliz, porque começa a se fazer um trabalho sistêmico no Brasil com relação aos recursos hídricos e também, agora, com relação às mudanças climáticas, porque, repito, o Nordeste passa por momentos complicados, embora a gente tenha feito o dever de casa. No Nordeste, principalmente no Ceará, faz três anos que não chove, e nós estamos ali da mão para a boca, mas estamos suportando.

O Nordeste todo tem 39 bilhões de metros cúbicos de água armazenados ou armazenáveis; o Ceará tem 19, quase a metade. Quer dizer, nós fizemos o dever de casa. Agora, nós queremos avançar também nesse setor, tanto no de mudança climática, para que a gente não vire um deserto, mas, acima de tudo, no de controle dos recursos hídricos. O Ceará está fazendo cinturão das águas. O que é isso? É captar a água do São Francisco, na transposição das águas do São Francisco, e levar para todas as bacias hidrográficas importantes do Ceará. É uma obra importantíssima. O Senador Fernando Bezerra sabe disso, pois, quando Ministro, contribuiu para que a gente pudesse pensar naquele primeiro momento, e hoje já é uma realidade.

Por isso, eu queria também sugerir – e sugeri isso, Presidente Fernando, na Bancada do Nordeste – uma comissão permanente de engenheiros para acompanhar as obras da transposição das águas do São Francisco. Aqui e acolá, lemos no jornal e vemos na televisão coisas totalmente fora de lógica e sem nexo com relação àquela obra tão importante para a vida do povo nordestino.

Por isso, eu queria sugerir também que ouvíssemos permanentemente essa mesma comissão, para que tenhamos ideia do que realmente está acontecendo nessa obra do século para nós, nordestinos, e também, é claro, para o Brasil, que é a transposição das águas do São Francisco.

Eu fico satisfeito por participar desta Comissão, liderada pelo meu amigo Fernando, mas também quero, para finalizar, enfatizar um ponto que o Sarney falou aqui, acho que em relação ao requerimento do Senador Caiado, que é a gestão das águas.

Ontem, ouvi uma reportagem dizendo que quase 40% da água tratada no Brasil é desperdiçada. Onde é que está essa lógica? Como é que não começamos a trabalhar já nesse setor? De cada metro cúbico que o Ceará trata, 60% são usados e 40%, desperdiçados. Onde isso tem cabimento? Por que ninguém trabalha diretamente, com ênfase, captando recursos, principalmente, do Governo Federal? É muito mais barato fazer isto, economizar água, do que, às vezes, construir uma barragem. Nova York fez isso há 30 anos. Está concluindo a obra agora, se não me engano, mas começou a pensar nisso há 30 anos, recuperando, substituindo os dutos, as aduções, para que não acontecesse esse desperdício.

Eu queria só deixar essas preocupações, com a certeza de que nós vamos fazer um belo trabalho no sentido de avançar nessa área de mudanças climáticas, mas, acima de tudo, de respeito ao meio ambiente, economizando as águas do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu quero agradecer a contribuição do Deputado Leônidas Cristino chamando a atenção para o fato de que, na agenda de trabalho apresentada pelo nosso Relator, o Item 1.3 tem um painel específico sobre a questão do combate ao desperdício de água no Brasil.

Quero subscrever o testemunho do Deputado Leônidas Cristino em relação a uma coisa que me parece muito importante. Daí aquela sugestão de uma visita ao Ceará e a Pernambuco, porque o Ceará, além de ter uma legislação, do ponto de vista de recursos hídricos, a mais avançada do País, é também o Estado que tem uma liderança efetiva na gestão de recursos hídricos. Acredito até que essa ida ao Nordeste vai ter que passar pelo Ceará e por Pernambuco, talvez, no Ceará, dando destaque à gestão de recursos hídricos, à parte de legislação, e em Pernambuco, talvez, à parte mais voltada ao acompanhamento das obras da transposição e das obras complementares que integram essa importante infraestrutura hídrica que está em fase de construção.

Eu ofereço, agora, a palavra ao Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, apenas para complementar aquilo que V. Ex^a já alertou e está explícito no meu requerimento, nós temos um tempo muito um curto, se quisermos realmente influenciar no que o Governo brasileiro vai colocar na COP 21. Então, de qualquer forma, sem descaracterizar o espírito proposto pelo Relator da discussão – eu acho que isso se inclui adequadamente nesse espírito –, poderíamos priorizar a COP 21. Alguns pontos cruciais necessitam ser definidos para a efetiva participação do Brasil.

Pergunto:

Quais as novas metas que devem ser adotadas de redução?

Como ficam as chamadas obrigações comuns, mas diferenciadas?

Como fica a proposta brasileira de círculos concêntricos?

Como fica a perspectiva de reduções mais intensas de emissões na agricultura, energia e desmatamento?

Então, essas questões estão sendo discutidas agora pelo Governo brasileiro. Se não nos inserirmos nessa discussão, vamos ficar somente assistindo.

Por uma questão até de economia de tempo, talvez fosse, sim, melhor fazermos um seminário em um dia só para dissecarmos essas questões que estão aqui colocadas. Poderíamos também já colocar a nossa opinião, a opinião da Comissão, a partir desse seminário. Só para que o Relator possa levar isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vou passar a palavra ao nosso Relator. Mas, antes de dar a palavra ao Deputado Sergio Souza, já pela provocação do Deputado Sarney Filho, eu queria trazer uma sugestão.

Temos que iniciar a agenda proposta. Ela não está ainda 100% finalizada, mas está muito próxima disso. Evidentemente, ainda vamos aprimorar, fazer os ajustes necessários. A minha sugestão é que estabelecêssemos os dias 15 e 29 de abril, duas quartas-feiras, para iniciarmos o debate sobre a questão hídrica, e no dia 29 fazermos o primeiro grande encontro sobre a questão de mudanças climáticas e a preparação da nossa posição sobre a COP 21. Já aí teremos ideia de quantas reuniões vamos precisar enfrentar em maio e junho, para que, quando o

Governo Federal tiver uma posição, a Comissão já esteja bastante avançada para expressar uma posição, que precisa ser encaminhada para as várias instâncias daqueles que estão sistematizando as propostas de vários países.

Acho que é importante que esta Comissão procure ter um protagonismo perante os outros dois países que são importantes na definição daquilo que vai substituir o Protocolo de Kyoto, o que poderá ensinar uma visita tanto aos Estados Unidos quanto à China. Esses são os países que, ao lado do Brasil, de certa forma, definem a posição desse importante fórum internacional que vai tomar lugar em Paris em dezembro próximo.

A minha sugestão ao Relator é que trabalhássemos no dia 15 a abertura do diagnóstico da crise hídrica no País, e no dia 29, o que nos dá tempo de fazermos visita – o Relator, eu, o 1º Vice Presidente, Sarney Filho – a uma série de órgãos do Governo Federal, para podermos organizar esse primeiro grande encontro, a fim de sabermos como ocupar a nossa agenda de forma prioritária, em relação à COP 21, durante o mês de maio.

Com a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Sr. Presidente, apenas um pequeno informe.

Hoje, pela manhã, foi criada uma comissão especial sobre a crise hídrica, na Câmara dos Deputados. Também já houve uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente no fim do ano passado. Houve também a transformação de uma sessão em comissão geral para tratarmos disso. Então, esse é um assunto em que temos alguma base para podermos avançar aqui e fazer bem objetivamente uma discussão. Só para que o Relator e também, talvez, a assessoria, que está aqui presente, possam ter acesso a essas discussões.

O primeiro café da Frente Parlamentar Ambientalista foi sobre a crise hídrica. Eu vi que há, entre algumas das propostas de chamada, muita gente já participou dessas discussões. Então, é bom pegarmos essa memória para podermos avançar.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Presidente, pelo que percebo dos colegas, estamos dividindo os trabalhos deste ano em duas partes. A primeira delas é nunca esquecer a importância de nos aprofundar cada vez mais no tema das mudanças climáticas no sentido amplo e o impacto que isso traz para nós, neste momento e nas vidas futuras, ao Planeta como um todo.

O segundo é tratar em questões pontuais o que está acontecendo conosco e é o reflexo do efeito das mudanças climáticas. Aí vem a questão hídrica e, por consequência, a questão energética, que vai afetar não só a saúde do nosso País, do nosso Planeta, do ponto de vista ambiental, mas também a saúde do bolso do cidadão, porque ele está pagando essa conta de forma direta ou indireta.

Todas as sugestões aqui colocadas são muito bem-vindas. Elas vêm iniciar o plano de trabalho, que vai ser aprimorado durante o ano, durante os trabalhos. A maioria delas, especialmente as colocadas pelo Senador Caiado, já estão dentro do plano de trabalho de certa forma. Nós vamos ajustar, junto com a Consultoria, em que momento devemos colocar cada uma delas, em qual audiência pública, se aqui, no Congresso, ou nas nossas audiências externas. E, com relação às colocações feitas pelo Deputado Tripoli, pelo Deputado Leônidas, pelo Senador Donizeti, pelo Deputado Angelim, todas elas são muito bem-vindas e estão acatadas no nosso plano de trabalho. Se não estão, serão colocadas de agora em diante.

Eu queria só fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Relendo o plano de trabalho, vi que nós estamos falando, como temas principais aqui, é lógico, sempre, de um lado, da questão das mudanças climáticas, de uma maneira maior, mas, de maneira mais pontual, da questão energética e do regime hídrico. E nós não colocamos aqui a questão da irrigação. Então, vou sugerir à Comissão que tentemos, dentro das audiências que vamos fazer, tratar dessa questão, porque há vários estudos que demonstram que grande parte da água utilizada vai para a agricultura, para a irrigação, e acho que é importante tratarmos também desse tema. É lógico que a prioridade é o abastecimento das pessoas, mas isso pode trazer também uma consequência para a agricultura, para a alimentação, e assim por diante.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer a todos os meus colegas Senadores e Deputados pelas colocações com relação ao nosso plano de trabalho e dizer que não é um plano de trabalho do Relator, mas um plano de trabalho da Comissão, e nós vamos, durante o ano, aprimorá-lo com as sugestões de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Feita essa manifestação do nosso Relator, consideramos que a proposta está aprovada.

Não havendo mais oradores inscritos, encerro a nossa reunião, convidando-os para a próxima reunião, que será na quarta-feira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Dia 15 será a reunião, mas dia 8, quarta-feira, às 14h30, apresentaremos a versão final do plano de trabalho.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 7 minutos.)

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14H00,
NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL**

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Rose de Freitas, Sandra Braga, Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Regina Souza; e das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Elcione Barbalho, Jéssica Sales, Jozi Rocha, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Bruna Furlan, Carmem Zannotto, Keiko Ota, Mariana Carvalho, Flávia Morais, Raquel Muniz, Simone Morgado e Soraya Santos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida a Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente da Comissão, para tomar assento à mesa. A Presidência comunica que há sobre a mesa requerimentos para realização de audiência pública. A Presidência inverte a ordem dos requerimentos e procede à leitura do Requerimento nº 5, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 5. Fica atendido o Requerimento nº 2, de autoria da Senadora Simone Tebet, por estar incluído no Requerimento nº 5. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 3, de autoria da Senadora Simone Tebet. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 3. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 7, de autoria da Senadora Rose de Freitas. É aprovado o Requerimento nº 7. É feita a leitura do Requerimento nº 1, de autoria da Deputada Carmem Zannotto. O Requerimento nº 1 é aprovado. A Presidência faz a leitura do Requerimento nº 6, de autoria da Deputada Carmem Zannotto. É aprovado o Requerimento nº 6, com adendo aprovado pelo Plenário da Comissão para incluir na Audiência Pública a Confederação Nacional dos Municípios. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 4, de autoria da Deputada Keiko Ota, solicitando que as reuniões desta Comissão sejam realizadas preferencialmente às terças-feiras, no período da tarde. O Requerimento nº 4 é aprovado. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Angela Portela, Senadora Rose de Freitas, Deputada Clarissa Garotinho, Deputada Erika Kokay, Deputada Carmem Zannotto, Deputada Conceição Sampaio, Deputada Dulce Miranda, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada Luizianne Lins e Deputada Moema Gramacho. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Simone Tebet**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Boa tarde a todas as Srªs Senadoras e Deputadas Federais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Convido a Vice-Presidente desta Comissão, Keiko Ota, para tomar assento à Mesa.

Quero dizer às Srªs Deputadas e às Srªs Senadoras que há, sobre a mesa, inúmeros requerimentos que eu gostaria de colocar em discussão e votação.

Fiz apenas uma inversão. Os meus requerimentos estavam em primeiro lugar, mas, como a Senadora Vanessa Grazziotin fez um requerimento mais completo que o meu, eu gostaria de colocá-lo em discussão e votação e, consequentemente, considerar o meu prejudicado.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin solicitando, nos termos constitucionais e do Regimento Interno, a realização de uma audiência pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, com a finalidade de traçar o quadro sobre a situação atual no enfrentamento de violência contra a mulher, discutindo, na ocasião, os avanços conseguidos neste campo desde a aprovação da Lei Maria da Penha e as dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação desse tipo de violência.

Nesse sentido, ela sugere a participação dos seguintes Ministros:

- Ministra de Estado Eleonora Menicucci, Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e
- Ministro de Estado José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça.

Neste momento, o requerimento encontra-se em discussão.

Para discutir, concedo a palavra à autora do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Simone, Deputada Keiko e minhas companheiras Senadoras, penso que seria interessante que esta Comissão, que é uma comissão da mais extrema importância, iniciasse os trabalhos contando com a presença dos Ministros. Acho que seria muito importante.

Listamos dois Ministros Eleonora e José Eduardo Cardozo, porque o Ministério e a Secretaria deles é que têm um vínculo mais direto com a questão da violência.

Acho que V. Exª, como Presidente da Comissão, caso acatada a sugestão, poderia entrar em contato com os Ministros e fazer uma belíssima audiência a respeito do assunto, principalmente porque acabamos de aprovar a mudança da lei estabelecendo o feminicídio. Então, a presença dos dois Ministros seria uma demonstração também do envolvimento do Governo em ações de combate à violência.

Era basicamente isto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu queria parabenizar a Senadora Simone, Presidente desta Comissão, por ter visto a importância e a abrangência do requerimento da Senadora Vanessa. Acho um ato muito bonito e ético. Sem dúvida nenhuma, com a realização dessa audiência pública com a presença de Ministros de Estado, vamos poder acolher e acatar sugestões vindas a partir das Senadoras, Senadores e Deputados desta Comissão, a fim de implementar medidas de combate à violência contra a mulher.

Mas também não podemos deixar de destacar que a CPMI de Combate à Violência contra a Mulher fez um importante trabalho visitando 20 Estados, inclusive o meu Estado de Roraima, o que nos permitiu, Presidenta, constatar a omissão do Poder Público no combate à violência contra a mulher. Então, é de fundamental importância que esta Comissão de Combate à Violência contra a Mulher leve em consideração todo o trabalho realizado pela CPMI e identifique e resgate todo o histórico, todas as informações, para que, na realização dessa audiência pública sugerida pela Senadora Vanessa, possamos fortalecer e apresentar todas as sugestões que foram colhidas durante o processo da CPMI de Combate à Violência contra a Mulher.

Sem dúvida nenhuma, o trabalho realizado pela Presidente da Comissão, a Deputada Jô Moraes, pela ex-Senadora Ana Rita e por todos os demais membros daquela Comissão foi muito relevante. A gente não pode, de forma alguma, esquecer todo esse histórico acumulado por essa Comissão nesta Comissão Permanente.

Então, eu quero sugerir que, durante essas discussões, na audiência pública com o Poder Executivo, a gente possa lembrar, resgatar tudo isso e sugerir medidas que possam, efetivamente, Srª Presidenta, dar condições aos Estados e aos Municípios brasileiros de implementarem a Lei Maria da Penha. Só colocando recursos orçamentários da União, só com a criação do Fundo Nacional de Combate à Violência contra a Mulher é que nós vamos poder assegurar recursos para podermos ampliar, aumentar o número de delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de violência. Hoje, nós temos 5.565 Municípios brasileiros, mas temos pouco mais de 400 delegacias especializadas no atendimento. Precisamos investir também na formação e na capacitação dos agentes que trabalham com a violência contra a mulher, com os operadores do direito também.

Então, a nossa responsabilidade aqui é muito grande e eu quero, aqui, neste momento, parabenizar a Senadora Vanessa e dizer que espero realizarmos uma bela audiência com a presença de membros, de Ministros do Poder Executivo.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente, antes de mais nada, eu já tive oportunidade de participar de três comissões parlamentares mistas de inquérito de combate à violência contra a mulher. De lá para cá, nós evoluímos na questão da necessidade orgânica de estarmos presentes. Essas comissões discutiam, colocavam o dedo na ferida falando dos números extremamente dolosos nessa questão da violência. Quanto à instalação das delegacias, como foi colocado pela Senadora, fizemos várias no nosso Estado, depois foram desativadas, mas remontamos, enfrentamos juiz que não queria aplicar a Lei Maria da Penha... Então, os nossos desafios são muito grandes.

Mas eu queria dizer que parabenizo a escolha de seu assento à Presidência desta Comissão, parabenizo por ser filha de quem é, um dos maiores Senadores que esta Casa teve, e digo que o nosso trabalho aqui é uma soma de esforços. Aqui, nós não podemos ter compartimentos, não podemos ter desentendimentos; nós temos que olhar para a frente, somar esforços e pedir, como a Senadora Vanessa está fazendo, para ouvir qualquer ator ou autoridade que concentre decisões governamentais com objetivo de empunhar a bandeiras das políticas públicas para as mulheres, inclusive a questão do combate, e discutir com elas.

Eu quero apoiar o requerimento, mas quero também apresentar um requerimento, posteriormente, logo após essa votação, para fazer outras sugestões que vão somar esse esforço de a gente aprofundar nessa discussão, na discussão e na tomada de decisão, para sairmos desse quadro vergonhoso da violência, que nunca diminuiu os seus dígitos, mas que só aumenta, como acontece no caso do meu Estado, o Espírito Santo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muto obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As. Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora vamos colocar em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também no Senado Federal.

Nós pediremos à assessoria, à equipe que entre em contato com os Ministérios para vermos uma melhor data. Se não for possível uma data em comum, estaremos, claro, deixando os Ministros à vontade, e faremos não uma, mas duas audiências públicas.

Em discussão o Requerimento nº 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 3, DE 2015 - Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), para debater a respeito da saúde da mulher vítima de violência. Nesse sentido, sugere a participação do Ministro de Estado Arthur Chioro – Ministro da Saúde.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Colocamos, neste momento, em discussão o referido requerimento.

Para discutir, Deputada Clarissa Garotinho.

A SRª CLARISSA GAROTINHO (PR - RJ) – Senadora, eu queria aproveitar a vinda do Ministro da Saúde, aprovando o requerimento de V. Exª, para solicitar que, no mesmo dia, seja debatida uma portaria do Ministério da Saúde do final de 2013 – inclusive, apresentei um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados com relação a isso –, porque a nossa legislação permite que, pelo SUS, mulheres entre 40 e 59 anos de idade tenham direito à mamografia pelo SUS. No entanto, essa Portaria do Ministério da Saúde, de 2013, estabeleceu que mulheres entre 40 e 49 anos de idade não teriam direito à mamografia bilateral. Na verdade, é uma redação muito sutil que permite apenas que mulheres entre 50 e 59 anos de idade tenham direito à mamografia bilateral. Ou seja, uma mulher entre 40 e 49 anos, que, pela lei, que era genérica anteriormente, teria direito a essa mamografia, agora só pode fazer o exame em um dos seios, à escolha do médico, o que é um verdadeiro absurdo.

Tentei proteger isso através de Projeto de Lei apresentado na Câmara, mas a gente sabe que a tramitação demora e acho que isso é fundamental, já que vamos debater a questão da saúde da mulher, sabendo também que o câncer de mama é um dos tipos de câncer que mais matam mulheres no Brasil.

Então, eu queria aproveitar e colocar esse ponto na pauta para, quando o Ministro vier falar sobre a saúde da mulher, que ele fale especificamente sobre essa Portaria.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se as Srªs e os Srs. Deputados, antes de discutirem, concordarem, já incluo no requerimento, então, esse adendo da Deputada Clarissa.

O requerimento seria para ouvir o Ministro e, com o adendo, também para que ele já possa vir com uma informação a respeito da Portaria de 2013, cujo número ainda não sabemos, que trata do exame de mamografia.

Então, fica já em discussão não só o requerimento da vinda do Ministro, mas também sua vinda para discutir essa questão.

Continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Srª Presidenta e Deputada Clarissa, isso já foi objeto de discussão da bancada feminina à época. Há um perfil epidemiológico que fez com que houvesse a sugestão desse tipo de regramento das mamografias. Inclusive, há, na Câmara, um projeto de decreto legislativo de autoria da Deputada Carmen Zanotto para sustar a Portaria construído coletivamente na bancada.

Esse projeto... Já há um processo de discussão em curso. Eu sugeriria, Deputada Clarissa, que pudéssemos nos incorporar a esse processo de discussão acerca da reestruturação desta Portaria no que diz respeito às mamografias, porque esse PDC estava em discussão na Câmara, mas foi retirado de pauta em função de um entendimento entre a bancada feminina e o próprio Ministério da Saúde. Mas acho que é importante que possamos aproveitar... Estou de acordo com o que foi proposto aqui.

Entretanto, para além disso, já existe um processo que está em curso e podemos nos incorporar a ele também. Eu gostaria de sugerir que pudéssemos também fazer a discussão sobre as mulheres em restrição de liberdade, ou seja, as mulheres que estão em presídios, e pudéssemos discutir isso com o Ministro da Saúde, até porque iniciamos esse processo de discussão há algum tempo e é preciso que a retomemos. Temos um índice muito grande de mulheres que estão ingerindo drogas lícitas, ou seja, remédios psicotrópicos, em função do abalo na própria saúde mental.

Então, sugiro que possamos também incorporar nessa discussão e já encaminhar, *a priori*, para que possamos ter um rendimento melhor desta conversa com o próprio Ministro.

Então, estou de acordo com a Deputada Clarissa em incorporar essa questão das mamografias, da Portaria, nessa discussão com o Ministro, mas também precisamos ter conhecimento de como está esse processo de negociação para que esta Comissão se incorpore a este procedimento, porque, de toda sorte, se existe restrição no tratamento, há violência... Existem muitas violências invisíveis. A gente acha que as violências são apenas aquelas que deixam marcas na pele, mas há muitas violências invisíveis. E uma das discussões com o Ministro que eu sugeriria, e me calo com isto, é também sobre a violência obstétrica. A violência obstétrica, que já foi objeto de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que precisa ser identificada enquanto violência e que precisa ser discutida para ser desconstruída.

Então, sugeriria, para além da proposta, que nós incorporássemos essa discussão, que já está em curso na Câmara, parece-me, a partir do PDC da Deputada Carmen Zanotto, que incorporássemos a saúde das mulheres em restrição de liberdade às detentas e, por fim, a discussão da violência obstétrica para além dos protocolos que hoje foram assinados. Hoje, foi assinado, de forma interministerial, um procedimento e um protocolo para que, dentro do Programa Mulher, Viver sem Violência, a saúde possa coletar as provas, para que você possa ter essa harmonia nas mulheres vítimas de violência que, em regra, têm na saúde um atendimento que é bem considerado por elas mesmas.

É isto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Erika.

Acho que este é o objetivo mesmo desta Comissão: trazermos sugestões as mais diversas e, com a experiência de cada um, fazermos com que tenhamos uma análise mais completa em relação à questão.

A SRª CLARISSA GAROTINHO (PR - RJ) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, a princípio, o requerimento...

A SRª CLARISSA GAROTINHO (PR - RJ) – É apenas para esclarecimento.

Eu não era Deputada Federal anteriormente, mas, já na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, era membro da Comissão da Mulher e acompanhei isto de perto. Inclusive, foi meu o requerimento, na Assembleia Legislativa do Estado, que resultou numa audiência pública que contou com a participação da Comissão da Mulher daquela Casa. Mas não me senti satisfeita com as respostas do Ministério, inclusive porque me parece que a medida foi tomada apenas por questões econômicas, e uma economia criminosa, porque põe em risco a saúde da mulher, tanto que, se você quiser uma complementação do exame para fazer a mamografia bilateral, a portaria o permite, desde que outro Ente da Federação banque a outra parte. Então, o Governo Federal pelo SUS vai bancar um seio, e a Prefeitura, se quiser, se puder, se tiver orçamento para isso, pode bancar o outro. Então, isso é um absurdo!

Então, eu gostaria muito que debatêssemos esse tema. Respeito o projeto de decreto legislativo para sustar a Portaria, mas nada impede que, mais à frente, uma nova portaria seja feita. A lei é uma garantia muito maior. Inclusive, a Senador Rose de Freitas está me sugerindo que a gente peça urgência nesse projeto na Câmara, na tramitação nas Comissões.

Eu gostaria muito de contar com o apoio da bancada feminina para isso, porque a lei traz uma garantia muito maior para as mulheres, inclusive abrindo e colocando à disposição de todas as Deputadas a coautoria nesse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço, Deputada Clarissa.

Sobre o requerimento, continua em discussão o requerimento de convite do Sr. Ministro do Estado Arthur Chioro. Dentro desse requerimento temos dois adendos: um, para discutir essa portaria de 2013, sobre o exame de mamografia, e um pedindo que ele venha também com alguns dados em relação – e corrijam-me se eu estiver errada – sobre a saúde das mulheres apenadas e a violência obstétrica.

Continua em discussão.

Para discutir, Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Quero parabenizar a Deputada Clarissa Garotinho por essa iniciativa e dizer que sou a autora do PDC e que estou trabalhando intensamente. A minha última tentativa de acordo será agora, às 16h, numa reunião no Ministério da Saúde, porque, a pedido do Governo, o PDC foi retirado da pauta na quarta-feira, fizemos uma reunião na quinta-feira, fizemos duas reuniões ontem, e continuo com a mesma posição.

Quero aproveitar que esta é uma Comissão pertinente e colocar alguns dados. Em 2012, morreram 13.746 mulheres. Destas, exatamente, como a Deputada Clarissa colocou, 2.319 mulheres que morreram de câncer tinham entre 40 e 49 anos. Se pegarmos as mulheres fora da faixa etária prioritária, tivemos, então, 16% que estavam nessa faixa etária de 40 a 49 anos e 29,8% que tinham mais de 69 anos.

Se pegarmos o acesso às mamografias a partir da mudança... E quero aqui, mais uma vez, deixar registrado que nunca disse que a Portaria proibiu a realização de mamografias na faixa etária de 40 a 49 anos, mas, sim, que a mudança da forma de financiamento, saindo do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), que é um recurso extrateto, como eu dizia lá no comecinho de 2014, poderia cercear o acesso ou limitar o acesso, porque o teto financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), que é o dinheiro para o ultrassom e para os outros procedimentos, exames de laboratório, enfim, que são de média complexidade, dentro do Sistema Único de Saúde, já estava estrangulado no conjunto dos Municípios.

Assim, fiz alguns levantamentos que comprovam que nós estávamos certos.

Mamografia bilateral de rastreamento, período de 2013 e 2014, de janeiro a dezembro dos dois períodos: de 40 a 49 anos, tivemos 143.071 mamografias a menos. O ponto positivo é que, das mulheres de 50 a 69 anos, tivemos um acréscimo de 166 mil, mas, acima de 70 anos, menos 7.361.

Aí o Ministério me disse, na reunião de quinta-feira: mas a série histórica do último trimestre pode não estar nos dados do DataSUS.

Então, peguei de janeiro de 2013 a junho e o mesmo período de 2014. Da mesma forma, o primeiro semestre mostra uma redução de 21.986 mamografias, lembrando que a Portaria foi... No período de janeiro, fevereiro e março, foi quando foi publicizada a mudança da forma de financiamento. Então, eu entendia que poderia estar contaminado, porque os Municípios ainda não sabiam que não poderiam mais lançar Faec. Peguei, para termos ideia, de abril a setembro – que é um período completo, e não haveria dados que não estavam ali, nem dados do início da portaria – de abril a setembro de 2013 e de abril a setembro de 2014. Na faixa etária de 40 a 49 anos, 101.591 mamografias deixaram de ser feitas. Nesse mesmo período, 37.153 mamografias foram feitas na faixa etária prioritária, de 50 a 69 anos.

Sociedade Brasileira de Radiologia, Sociedade Brasileira de Mastologia, Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Femama... Tivemos, inclusive, a oportunidade, no período anterior, de fazer uma audiência pública. Não chegamos a um acordo. Eu ainda tenho a esperança de que, hoje, à tarde, consigamos chegar a um acordo, porque esse PDC deve ser votado hoje., porque ele está na pauta e estamos tentando ainda o acordo.

Por que acho importante o acordo? Exatamente... Repito o que a Clarissa colocou aqui. Não sei se ela já foi gestora de saúde, mas a linguagem dela... Mas é que pai e mãe já foram governo, e quem é governo sabe o que é isso: quando falta o dinheiro, o teto está limitado, e é preciso fornecer. E não desprezando, muito pelo contrário.

Alguns estudos estão sendo realizados com relação aos resultados dos exames de mamografia nessa faixa etária de 40 a 49 anos, mas essas evidências precisam ficar mais claras, e nós não podemos depender de estudos europeus. Nós temos que ter estudos de outros países mais próximos à nossa realidade, mais próximos à nossa genética, porque a própria Organização Mundial de Saúde fala, em um de seus textos, exatamente isto: que não podemos nos comparar com aquilo que é e que tem uma condição de vida muito diferente da nossa.

Então, vou retornar agora – por isso, eu estava preocupada com o nosso requerimento – ao Ministério da Saúde, tentando fazer com que o Governo possa atender à demanda, que não é minha mais, mas da bancada feminina. A Deputada Rose estava conosco naquele momento, a Deputada Keiko, em que a bancada feminina abraçou essa matéria. Então, digo que esse projeto, esse PDC, não me pertence, pois pertence ao coletivo de mulheres e homens da nossa Casa, porque há vários homens que também apresentaram seus PDCs, que estão apensados ao nosso.

Mas isso não vai se esgotar por aqui, porque, se existem novas evidências, se, lá na frente, ficar comprovado que a faixa etária não deve ser mais essa, aí nós vamos pedir a alteração da lei, mas baseados em estudos científicos comprovados de que não é mais prioridade a partir dos 40 anos. Enquanto isso, temos que preservar o que está na lei, que é garantir acesso à mamografia a todas as mulheres com mais de 40 anos de idade pelo Sistema Único de Saúde em cada um dos nossos Municípios, porque tenho certeza de que já há mulheres na fila por limitação de recursos.

Então, Deputada Clarissa, peço para V. Exª subscrevê-lo e a parabenizo pela sensibilidade e quero dizer que tomara que tenhamos sucesso tanto no Ministério quanto, hoje, à noite, na plenária da nossa Casa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Carmen.

Esses números realmente são assustadores e elementos muito fortes para que nós possamos, realmente, conseguir derrubar essa Portaria, o que também em nada prejudica realmente a discussão e a sugestão da Deputada Clarissa.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação na Câmara de Deputados.

As Sras Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras que queiram discutir...

Não?

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um requerimento, Requerimento nº 7, da Senadora Rose de Freitas.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 7, DE 2015 - Não terminativo -

Requer, nos termos o art, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência da Mulher, audiência pública com os ministros ou representantes dos ministérios da Saúde, da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres para detalhar as medidas anunciadas esta quarta-feira (25) em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência. As medidas foram definidas em portarias interministeriais.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O requerimento solicita a esta Comissão, nos termos regimentais e constitucionais, audiência pública dos Ministros que já foram aprovados, mas acrescenta a Ministra dos Direitos Humanos, para detalhar as medidas anunciadas nesta quarta-feira dia 25 em favor de mulheres vítimas de violência doméstica, de mulheres com deficiência.

As medidas foram definidas em portarias interministeriais.

A justificação, rapidamente, é que a primeira Portaria define orientações sobre o atendimento integrado às vítimas de violência doméstica. O objetivo é que o Instituto Médico Legal passe a considerar a coleta e os exames clínicos do paciente feitos no hospital para possíveis procedimentos criminais, evitando que a vítima de violência precise de dupla análise.

A segunda medida institui grupo de trabalho de saúde da mulher com deficiência e mobilidade reduzida, que seja responsável por garantir o atendimento que leve em consideração a peculiaridade de cada paciente e a capacitação de profissionais.

Em discussão o referido requerimento.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Presidente.

Eu quero parabenizar a Deputada Rose, porque hoje, pela manhã, houve o lançamento oficial, por parte da Ministra Ideli, por parte do Ministro Arthur Chioro, a Ministra Eleonora, o Ministro de Justiça estava lá representado, mas havia só duas Parlamentares, do conjunto de Senadoras e Deputadas das nos-

sas duas Casas. Estávamos lá eu, que estava lá como Parlamentar, mas que também passei a representar como coordenadora-adjunta das mulheres, e a Deputada Elcione Barbalho, que é Procuradora da Mulher.

Por que é fundamental? Porque a gente ainda não conhece a Portaria. Nós não tivemos acesso a essas portarias que foram anunciadas hoje, mas, pela minha experiência do SUS, a gente já percebe que vai haver um avanço. Nós debatemos muito aqui, na CPI, que, muitas vezes, quando a gente chega a uma unidade de saúde, a gente consegue ver o ferimento, mas a gente não enxerga o que tem por trás daquele ferimento. Aquela vítima está nos olhando e dizendo: “Eu não preciso só de limpeza e sutura. Eu preciso que você me olhe porque eu preciso ter coragem para falar”. E todos os profissionais, absorvidos pelo dia a dia, pela rotina, acabam deixando um pouquinho esse olhar de tentar saber o que é que tem por trás.

Então, pelo menos uma das portarias, parece-me, pelo que ouvimos das exposições, tem este olhar: como é que nós vamos humanizar a assistência, no SUS, no acolhimento das mulheres vítimas de violência? Agora, nada melhor do que esta nossa Comissão Mista.

Então, Senadora – minha ex-colega Deputada, mas sempre colega Parlamentar –, parabéns por essa iniciativa, porque a matéria é pertinente e precisa ser debatida, inclusive até para a gente trocar um pouco de experiências daquilo que esta Comissão pretende fazer e o que ela trouxe de experiência da CPML.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Deputada Carmen.

Continua em discussão.

Para discutir, a autora do requerimento, Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Olha, eu não teria muito a acrescentar ao que foi colocado pela combativa Deputada Carmen Zanotto, que foi quem mobilizou a nossa Casa o tempo todo a respeito de todos os assuntos que envolvem a mulher, na violência, na saúde, junto com a nossa Keiko, mas quero dizer que ela toca profundamente nossos sentimentos quando ela fala que, além da ferida, além da sutura, além do atendimento urgente médico, ali existe uma pessoa, uma mulher, um ser humano igual, ultrajado todos os dias, tendo sua dignidade esfiapada diante de tamanha violência, que, muitas vezes, não é tratado adequadamente.

As iniciativas tomadas pelos Ministros de todas as áreas – da Justiça, da Saúde, dos Direitos Humanos, de Políticas Públicas – tentam alcançar, com suas medidas, essas demandas que estão postas para as mulheres. Mas eu quero dizer que muitas vezes são cometidos erros, falhas. É preciso estar discutindo com as mulheres para que todas... Nós temos uma mulher na Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas temos, nas outras, talvez uma assessora, talvez alguém colhendo dados, informações, tentando até socorrer mulheres com relação a essa situação da violência, do tratamento discriminatório contra a mulher.

Eu queria acrescentar que, sim, nós precisamos conversar com todos eles, que, sim, nós precisamos conhecer o escopo dessas leis. Nós precisamos debatê-las e, se possível, melhorá-las. Contudo, não para aí a nossa via-crúcis. Nós temos que estar colocando isso em todos os lugares da sociedade. Por exemplo, quando a Carmen Zanotto apresentou aquela iniciativa de lei – eu presidia o Congresso –, travamos uma batalha histórica dentro daquela Casa, porque todo o Ministério da Saúde se voltava contra ela.

Segundo, além disso, os nossos pares na Casa, a grande maioria deles, não tinham compreensão da necessidade. Todos os dias há alguém rendendo homenagens às mulheres, principalmente no Outubro Rosa, que, agora, às vezes, chega a me dar fadiga mental. Ou seja, tudo fica rosa – a televisão, a geladeira, a escrivaninha, a cama, os atendentes, os motoristas – e rosas são dadas para nós todos os dias. Nós queremos é a superação de toda essa transgressão do conceito de dignidade dos direitos que as mulheres têm e que não são reconhecidos.

Então, não vamos cuidar das almas, nós vamos cuidar da dignidade da mulher. E, para ter dignidade, é preciso que, ao construir ou tomar qualquer iniciativa, discutam com as mulheres. Isto é porque só nós podemos sentir? Não! Eu vou dizer que nós sentimos mais.

Portanto, eu queria pedir o apoio de vocês, porque eu acho que essa questão dos direitos humanos tem que estar voltada principalmente a nos ajudar a enfrentar essa luta, que, até hoje, está arraigada numa questão cultural que precisa ser superada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito bem colocada a questão, Senadora! Continua em discussão o requerimento da Senadora Rose de Freitas. (Pausa.)

Encerrada a discussão, colocamos em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos mais dois requerimentos apenas: o requerimento da Deputada Carmen Zanotto – fico feliz que ele tenha sido feito em conjunto com o Deputado Geraldo Resende, médico, do meu Estado do Mato Grosso do Sul – para a realização de uma audiência pública para discutir a implantação das Casas da Mulher Brasileira no Território Nacional.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA
DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 1, DE 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a implantação das Casas da Mulher Brasileira no Território Nacional.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Requer, nos termos regimentais e constitucionais, seja realizada essa audiência pública, convidando a Srª Aparecida Gonçalves, que é Secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e o Sr. Thiago Pierobom de Ávila, Coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Ela fala sobre a inovação aqui da Casa da Mulher Brasileira, que faz parte do programa da Mulher, Viver sem Violência, que é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, através de um decreto de 2013, e coloca que, no dia 21 de janeiro de 2015, foi inaugurada a primeira Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, no meu Estado, e que mais 12, conforme informação, estarão prontas até o final de 2015.

Ela destaca números a respeito dessa violência e conclui que, tendo em vista a necessidade urgente da implantação da Casa da Mulher Brasileira por todo o Território Nacional, exceto Recife, que não aderiu ao programa, é importante que os membros da Comissão possam colher informações relativas ao cronograma de implantação das Casas, bem como sobre o trabalho que está sendo realizado em Campo Grande.

Em discussão o referido requerimento.

Para discutir, Deputada Conceição Sampaio.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Obrigada, Srª Presidenta, Senadora Simone, e Deputada Keiko.

Entendo que essa discussão é extremamente importante. Quero aqui me reportar ao Estado do Amazonas. Nós temos, desde 2010, com os movimentos de mulheres, com as Parlamentares do meu Estado, com a própria ajuda da Senadora Vanessa Grazziotin e da Deputada Rebecca, que aqui, nesta Casa, já esteve, lutado muito para que tenhamos uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Nós temos vários serviços oferecidos, e a cidade e Manaus acabou sendo contemplada com essa rede, Deputada Keiko. Só que as mulheres do interior, as mulheres indígenas, as ribeirinhas recebem, de vez em quando, um serviço. E nós entendemos que esse trabalho da Casa da Mulher Brasileira vem contemplar justamente isto: reunir no mesmo espaço todos os serviços oferecidos às mulheres que, infelizmente, sofrem violência em todo o Estado brasileiro.

O problema, Deputada Keiko e Senadora Simone, é que nós já deveríamos ter recebido a Casa no final do ano passado. Houve a eleição e também uma dificuldade por parte do Governo do Estado, o que lamento profundamente, em relação ao terreno.

Então, para esta mesa de discussão, para esta conversa, vejo a necessidade de trazer também os governos, porque lei boa é lei cumprida – não é, Senadora? – e a gente tem boas legislações, como a própria Lei nº 11.340. Mas se a gente não tiver verdadeiramente não o apoio, porque nós mulheres não queremos somente o apoio, mas queremos o comprometimento de quem está gerindo o Estado, de quem está gerindo o Município, para que a gente tenha realmente um trabalho sendo feito em rede.

Eu gostaria de aproveitar esse requerimento para destacar o que está acontecendo no Estado do Amazonas, porque, até hoje, a gente não conseguiu reproduzir aquilo que, de fato, as nossas mulheres merecem – falo pelo meu Estado, mas, certamente, aqui a gente tem esse problema no dia a dia –, ou seja, aquilo que já poderia estar acontecendo para ajudar as mulheres. No meu Estado, nós temos um índice crescente de violência. Muitas mulheres, infelizmente, são mortas diante dos próprios filhos.

Então, eu entendo que criar esse espaço é extremamente importante. E aqui quero reconhecer o trabalho do Governo Federal nesse sentido. Mas é preciso fazer com que, através desse requerimento também, nós tenhamos meios de chamar nossos governadores ou nossas governadoras para esta mesa também de conversa.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço a contribuição.

Antes de passar a palavra à autora do requerimento...

Já entendendo a sua demanda, Deputada Conceição Sampaio, a senhora mesmo pode fazer um requerimento – e esta Comissão tem esse poder – solicitando informações de governos de todos os Estados brasileiros a respeito do cronograma, sobre como está – nós podemos também, depois, passar a informação, após a vinda do Ministro –, em que Estados a pendência se encontra em nível estadual e não federal. Isto porque nós poderemos estar fazendo requerimento formulado por V. Exª, de sua autoria, cobrando, inclusive, rapidez, agilidade nas pendências em nível estadual. De repente, isto após a vinda da Ministra Eleonora, que poderá estar apontando, em cada Estado, quais são as deficiências e o que está atrasando uma obra tão importante quanto esta.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra a autora do requerimento, Deputada Carmen.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, Presidente.

Obrigada, colegas, pela colocação.

Quero só destacar que aqui a gente também vai precisar pontuar... Por exemplo, a capital do meu Estado, Santa Catarina, é uma das menos violentas do País, assim como o Estado. Por outro lado, a minha cidade, uma cidade do interior com 170 mil habitantes, está entre as cem mais violentas do País, ocupando a 17ª posição.

Então, discutir o funcionamento dessas Casas a partir da primeira, que está pronta, é, inclusive, pensar em alternativas, por exemplo, de como um conjunto de Municípios pode formar um consórcio, através das associações dos Municípios, porque um Município sozinho não vai dar conta de bancar os recursos humanos da estrutura dessas Casas, e avançar, mas com um olhar para aqueles Municípios que estão entre os cem mais violentos, para podermos enfrentar com um rigor maior essa situação que ainda é bárbara no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, eu gostaria apenas de dizer, Deputada Carmen e demais colegas, que eu conheço essa realidade de perto porque essa Casa foi instalada primeiramente no nosso Estado.

Eu era Vice-Governadora à época e tive, por um tempo, sob minha responsabilidade, como Secretária de Governo, a Coordenadoria das Políticas Públicas especialmente voltada para a mulher, de cidadania e direitos humanos. E nós realmente tivemos de correr atrás do terreno, da área, tivemos de fazer esforços. O Governo do Estado foi eficiente nesse sentido, porque também havia uma Vice-Governadora e várias mulheres que se comprometeram a avançar nessa questão. E eu quero, inclusive, convidá-las no momento oportuno. Essa Casa fica numa área relativamente central e muito próxima do aeroporto do Estado, dando para descer e voltar em pouco tempo.

É importante para as pessoas que estão nos ouvindo, pois falamos em Casa da Mulher Brasileira e as pessoas se perguntam: “O que é isso? É uma casinha alugada ou reformada?” É uma casa que foi construída, dimensionada para atender toda a demanda da mulher vítima de violência. Ela é a porta de entrada e a porta de saída. A mulher entra cabisbaixa, mas sai com a sua autoestima elevada, porque lá ela tem todo o atendimento: do atendimento inicial, do boletim de ocorrência junto à delegacia especializada da mulher, que funciona 24 horas, até o exame de corpo de delito. Se precisar acompanhar, inclusive, há um pronto-socorro. Ali ela pode pernoitar, pode ficar alguns dias com os seus filhos... Tem brinquedoteca, tem salas individualizadas, tem assistente social, psicólogo, tem todo o atendimento psicossocial. E o mais importante: nós temos, dentro da Casa da Mulher Brasileira – é isso que está estabelecido para os 27 Estados da Federação, quando essas Casas estiverem prontas –, o juizado especial. Então, nós temos Defensoria, Ministério Público e um juiz preparado para as medidas preventivas e para poder resolver, o mais rapidamente possível, essa questão.

Então, eu parableno realmente a Deputada Carmen Zanotto por esse requerimento.

Encerrada a discussão.

Então, coloco em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Há, sobre a mesa, um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que também foi subscrito pela Deputada Carmen, que solicita também, nos termos regimentais e constitucionais, que nós possamos ouvir aqui algumas pessoas convidadas para avançar nessa discussão sobre a aprovação da Lei Maria da Penha e as dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação desse tipo de violência.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA
DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 6, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, 11, da Constituição Federal, e nos arts. 90, 11, e 93, ambos do Regimento Interno, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), com a finalidade de traçar um quadro sobre a situação atual do enfrentamento da violência contra a mulher, discutindo, na ocasião, os avanços obtidos nesse campo desde a aprovação da Lei Maria da Penha e as dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação desse tipo de violência. Nesse sentido, sugere a participação dos convidados abaixo relacionados.

1. Professora Antonia de Jesús Angulo Tuesta - Pesquisadora da relações entre violência de gênero e saúde pública - Universidade de Brasília;
2. Delegada Ana Cristina Melo Santiago - chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) do Distrito Federal; e
3. Sra. Lúcia Rincón - Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres;
4. Aparecida Gonçalves - Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

Autoria: Deputada Carmen Zanotto e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O pedido quanto à quarta convidada já está prejudicado porque nós já aprovamos o requerimento em relação ao convite que faremos a ela.

Então, em discussão o requerimento.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Só para justificar a subscrição, Presidente. A Senadora Vanessa teve de se ausentar. Ela estava aqui conosco, mas há o evento dos 93 anos do PCdoB na Câmara.

Então, é importante que possamos aprová-lo, uma vez que também foi matéria da nossa CPMI a implementação da lei e, mais do que nunca, agora, da nossa Comissão, que é a nossa diretriz, a nossa linha mestra, a Lei Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por favor, Deputada Conceição Sampaio.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – No caso, essa audiência será para debater a lei também? É isso?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Isso. O requerimento é amplo. Eu vou até repeti-lo aqui, porque falei muito rápido.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Não, eu entendi. É implementação. Eu queria só fazer uma sugestão também, mas o farei através de um requerimento...

Vários agentes importantes precisam estar discutindo a implementação da lei, como a Associação dos Municípios, por exemplo, porque alguns Prefeitos, Senadora, acabam não se vendo como parte importante na implementação da lei. Casa Abrigo, por exemplo, é responsabilidade de quem?

Então, precisamos trazer para esta discussão, a meu ver, justamente esses atores que são importantes para que a lei seja cumprida.

Aí eu volto em relação ao meu Estado.

O Amazonas tem uma Casa Abrigo, na capital. Para uma mulher sair de Municípios como Eirunepé, por exemplo, e chegar à capital do nosso Estado, ela levará quase 30 dias dentro de um barco. Aí os prefeitos não se sentem parte importante desta conversa.

Então, eu entendo que a gente também, dentro desse chamamento da Senadora Vanessa e dessa subscrição feita pela Deputada Carmen, deve incluir a associação dos Municípios, porque a associação fala em nome dos prefeitos.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Essa é uma comissão que não tem muita formalidade. Acredito que sejam as duas únicas comissões – a comissão mista para discutir os efeitos climáticos e esta comissão – em que não há coloração partidária. Em função disso, aqui não temos que seguir, rigorosamente, o Regimento se a plenária assim o decidir.

Assim, indago da Deputada Conceição Sampaio, e fica a seu critério, se nós poderíamos estar acrescentando a este requerimento ou, se V. Exª assim entender necessário, podemos estar aguardando o seu requerimento na próxima reunião.

Consulto a plenária se há algum impedimento em relação a isso. Podemos acrescentar?

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Com certeza, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, encerrada a discussão.

Todos concordam. Nós faremos um adendo aqui acrescentando a associação, a Confederação Nacional dos Municípios.

Coloco em votação o requerimento com o adendo da Deputada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento incluindo o adendo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente, eu tenho que me ausentar, mas eu gostaria de fazer um convite a todas as mulheres. Quebrar tabu na vida pública é um negócio danado. Mulher quebrar tabu é triste, porque o desafio parece ser cem vezes maior.

É a primeira vez que uma mulher vai presidir a Comissão de Orçamento desta Casa. Eu tive a honra de ser apoiada por todos os partidos que aqui estão. Hoje às 18h 30min eu gostaria de contar com... Ainda veremos mulher presidindo esta Casa., haveremos de ver a bancada triplicada nesta Casa, mas, por enquanto, estamos pulando a cerca, os obstáculos.

Eu gostaria que vocês estivessem lá. Se vocês puderem ir, às 18h 30min, no corredor das comissões, Sala nº 2, eu gostaria de contar com a força de vocês.

Acredito, sem nenhuma discriminação, que, quando a gente olha uma plateia depois de superar tantos obstáculos e vê uma plateia de mulheres somando forças, a gente se sente mais confortável.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Rose de Freitas, V. Exª nos orgulha. Tenho certeza de que, na Presidência dessa comissão tão importante aqui, no Senado Federal, V. Exª vai estar representando todas nós.

Isso não é só fruto da sua biografia, dos anos que já passou no Parlamento do Congresso Nacional, mas, principalmente, da sua capacidade. Quebrar barreiras exige competência também. Isso V. Exª tem de sobra; senão, não teria tido a unanimidade das lideranças lhe apoiando.

Fico muito orgulhosa de tê-la como companheira no Senado Federal, ainda mais por pertencer ao mesmo partido que V. Exª, que é um espelho, uma referência. Eu, em particular, tenho muito que aprender com V. Exª como tenho que aprender com todas as Deputadas e Senadoras que aqui estão. Mas eu mudei um compromisso para poder estar lá às 18h 30min, por pelo menos meia hora, para também poder fazer uma referência a esse momento que é histórico.

Acredito que, a partir de agora, nós já podemos, aqui, nesta Casa, e acho que não é diferente na Câmara Federal, pleitear qualquer cargo e qualquer posição. *(Palmas.)*

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigada.

Fiquei com um medo danado de ela dizer há quanto tempo eu estou na Casa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª começou muito nova.

Eu queria, só para encerrar o requerimento...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Presidente, para encerrar eu queria fazer uso da palavra para uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, para uma questão de ordem, a Deputada Luizianne Lins.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Senadora Simone, primeiro, eu já a já tinha parabenizado, na reunião anterior, pela eleição, juntamente com a Deputada Keiko Ota. Acho que estamos vivendo um momento virtuoso nessa questão do combate à violência quando a gente vê a Ministra Carmem Lúcia levando esse debate para os Estados. Fiquei muito feliz.

Como já comentei aqui, como prefeita, nós tivemos a oportunidade de fazer um centro de referência da mulher, uma casa abrigo, que só tinha uma, Deputada Conceição, em âmbito estadual. Mesmo não sendo responsabilidade, em tese, do Município, nós fizemos, assim como fizemos um hospital com 80 mil metros quadrados de área construída, que foi o Hospital da Mulher, para cuidar da questão dos direitos reprodutivos.

Temos muita sorte de você nos representar.

Há uma questão que está me incomodando desde a primeira reunião que gostaria de dividir com a maioria das pessoas, em especial com a Presidente.

Fui indicada pelo Partido dos Trabalhadores e, naquele momento, naquela primeira reunião nossa, no dia 10 de março, fui indicada para ser Relatora desta Comissão Permanente. Estive naquela reunião com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, quando foi anunciado que a nossa Presidente seria a Senadora Simone. Conversei com ele por duas vezes que a relatoria deveria ser da Câmara, e foi colocado inclusive que eu deveria ser a Relatora.

Quando estive, na primeira reunião com a Senadora e apresentei o documento, fiquei triste porque a Senadora, naquele momento, não colocou que havia uma indicação, embora houvesse uma, porque tinha prazo, mas é natural, porque sabemos que essa loucura da Câmara faz com que não estejamos muito ligados a isso e não me prendo a regras burocráticas. Porém, foi no período que foi encaminhado e havia prazo para as pessoas serem indicadas. Naquela ocasião sequer foi citado um nome, foi dito que apenas uma Relatora foi indicada. Por acaso, conversei com V. Exª hoje e havia outra indicação e que o Líder do PT teria assinado.

O Líder do PT me ligou e disse que a assinatura não é dele, o que a liderança também reforçou. Houve um equívoco, alguém assinou por ele...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpa. É do Vice-Presidente. Acabaram de me me informar que é do Vice-Líder.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso gerou um mal estar e está tendo uma discussão por conta disso. Como V. Exª foi indicada, normalmente, se formos seguir o trâmite burocrático, a Presidência seria indicada pela Comissão. Tinha que ter as 37 Deputadas e Senadoras e nós iríamos para o processo de votação, por acordo ou por discussão. Enfim, não aconteceu isso e respeitei, até porque achei que V. Exª estava apta, estava profissional e politicamente apta para nos presidir.

No entanto, essa questão está se prorrogando. A Senadora me disse que uma deputada esta sendo indicada também, e eu gostaria de colocar, queria que, formalmente, fizéssemos, já que é uma comissão que não tem as regras definidas... V. Exª, na ocasião, disse que a decisão da Relatora seria pessoal, sua, e até estranhei seu posicionamento naquele momento, porque, em geral, precisamos de tudo, menos de ter uma condução... Não podemos ter a forma masculina de disputar o poder. Acho que temos muito a ensinar ao mundo, mas com as nossas formas peculiares de consenso, de diálogo, esse tipo de coisa.

Eu gostaria só que pudéssemos, já que não conseguimos resolver de forma mais consensual... E hoje a Senadora disse que não iria indicar o Relator, porque a pessoa que estava sendo indicada Relatora, que é uma Deputada do PCdoB, não pôde vir à reunião – e não sei qual vai ser o desdobramento... Mas eu gostaria que a Comissão fizesse, por escrito, a indagação, ao Presidente do Congresso Nacional, sobre como vai ser a composição da Comissão, já que não conseguimos resolver entre nós de forma mais tranquila. Acho que tínhamos que dar uma lição para essa “macharada” de uma outra forma de condução dos nossos próprios processos.

Como não houve, como também a assinatura do meu Líder não é a assinatura do meu Líder, mas outra assinatura, e acabei de ser informada por ele mesmo que não assinou documento algum em relação à indicação de outra pessoa que não eu, então eu gostaria de dividir com as demais companheiras aqui essa situação para que possamos requerer por escrito, infelizmente. Enfim, não se tratou disso. Esta é a segunda reunião, e foi dito que se trataria do assunto nesta reunião. A nossa intenção é de colaborar com a nossa experiência, colaborar mesmo. Acho que, entre nós, um dos principais problemas associados a nós mulheres é as pessoas sempre acharem que estamos disputando entre nós. A outra é sempre uma rival, nunca é uma aliada, nunca é uma companheira, o que os homens não fazem, e talvez seja por isso que eles, às vezes, conseguem galgar espaços entre eles, pela cumplicidade que eles exercem.

Então, em função disso, eu gostaria que encaminhássemos... Primeiro, quero dizer a todas as outras que, desde o dia 10 de março da primeira reunião, havia um prazo delimitado. Eu tenho documentos que havia um prazo delimitado para a indicação não da relatoria, mas das pessoas que compunham a Comissão, para até determinado momento esta Comissão se compor porque o própria Presidente iria ler no Plenário que ia haver a instalação da Comissão. Como isso não houve, eu acho que isso é natural, estou acostumada, fui oito anos parlamentar não federal, mas fui, eu entendo como é que isso acontece e respeito. Tanto é que V. Exª foi acolhida por todas nós como Presidente, fiquei muito feliz com a sua fala na abertura da Comissão, e eu até tive oportunidade de pessoalmente dizer isso a V. Exª.

Eu gostaria que pudéssemos ter uma clareza de como isso vai ser resolvido, porque são 37 membros. Estamos vendo aqui que há, de fato, um esvaziamento no sentido de sermos 37, entre Câmara e Senado. Então, eu acho que temos que começar bem, porque essa é uma luta social muito grande, principalmente os homens que agridem. Acho que em tudo isso precisamos estar muito juntas, muita unidas, e ser muito cúmplices.

Portanto, eu gostaria que fizéssemos uma consulta à Câmara e ao Senado Federal sobre como será a composição, porque não acho justo que resolvamos de qualquer jeito. Já que hoje ia ser definido e, mais uma vez, foi adiado, enfim, e o nome que está aqui não é o do meu Líder, que alguém assinou por ele... Ele acabou de me ligar e confirmar que não foi ele que assinou.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O pessoal deu uma olhada e confirmou que foi a assinatura do seu Vice-Líder. Nós não conhecemos a assinatura de ninguém. Nós temos que receber o documento e recebê-lo como um documento autêntico, e não deixa de ser, pois ele pode ter assinado em nome do Líder, o que é perfeitamente comum, não é?

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu compreendo, mas são mais de 15 Vice-Líderes. Então, de fato...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós não temos como saber.

Eu agradeço, Deputada Luizianne Lins, primeiro, porque eu acho que esta Comissão tem que ser, antes de tudo, uma Comissão democrática. Então, qualquer questionamento em relação ao trabalho da Mesa, eu gostaria que esse questionamento fosse feito de forma aberta, tranquila, como está sendo feito pela Deputada.

Como eu disse, na primeira reunião que tive, eu quero que esta Comissão seja um exemplo de democracia. Tanto foi assim que, e aí já respondendo a algumas questões, quem a presidiu pela primeira vez foi uma Deputada mais antiga, vamos dizer assim, que foi a Deputada Elcione Barbalho, e foi aberta a votação por parte da plenária. Foi, por acordo, feita a votação por aclamação.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas V. Exª já colocou em votação. Eu pedi a gravação daquele momento. A Deputada Alcione chamou V. Exª à Mesa já na condição de Presidente. V. Exª é que colou para os demais no Plenário. Eu estou só querendo confirmar isso com a fita da gravação da TV Câmara, que eu pedi.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estou sendo informada pela minha equipe de que eu vim à plenária depois que a Elcione colocou em votação. Mas eu acho que não é essa a questão. Estão aí as notas taquigráficas. Acho que não é essa a questão, porque também não tenho problema nenhum em estar ou não estar nesta Presidência.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, e nós todas concordamos.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A única questão que eu acho que nós temos que observar, regimentalmente, é: a Presidência, nestes dois primeiros anos, é do Senado Federal e a possível relatoria é da Câmara dos Deputados. Daqui a dois anos, a Presidência seria de uma Deputada, de preferência – é complicado colocar um Deputado; não há nenhum problema, mas acho que não temos que abrir mão desse espaço, desse poder –, e a relatoria passaria ao Senado.

A única informação que eu quero passar é que eu entendi por bem – posso levar isto a Plenário, se V. Exªs não concordarem –, para dividir o trabalho, que não vai ser pouco, fazer como outras comissões fazem. Não há obrigação de a Presidência indicar relatoria – isto está pacificado, pela informação que eu tenho –, mas, como eu achava e acho que tenho que dividir as atribuições da Presidência com a Vice-Presidente e com as demais parlamentares, entendi por bem... Não precisa nem ser a cada dois anos, porque podemos fazer uma rotatividade a cada ano, porque a cada seis meses...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas a lei coloca muito claro que os membros da Comissão têm dois anos de mandato, a lei que foi criada pela CPML.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tudo bem, mas eu acho que nada impede também que a relatoria seja anual. Isso nós podemos conversar, como eu posso também, daqui a um ano, abrir mão da Presidência e sugerir que seja outra Senadora, por um processo democrático. Ouvindo vocês, eu acho que nós podemos chegar a qualquer acordo. A lei é taxativa e não pode ser alterada naquilo que fere direitos, cláusulas pétreas, direitos fundamentais. Naquilo que é para o bom andamento do trabalho – nós estamos falando de um Regimento Interno –, eu acredito que nós podemos chegar até a esse consenso. Por que não um ano, essa não é a questão agora.

Eu quero só esclarecer o seguinte: primeiro, a Comissão tem prazo para iniciar, mas não tinha prazo... Nós não temos condições de obrigar os Líderes a indicar todos os Líderes. Eu aproveito até a questão de ordem da Deputada para fazer uma solicitação. Faltam ainda dois membros para fazerem parte da Comissão. Um é do Bloco do PT, PSDB, PR, PROS, PSD, PR e PCdoB.

Se a Deputada puder falar com o seu Líder e com os demais Líderes, falta apenas um nome para ser indicado, fora as suplências. Seis suplências estão faltando nesse Bloco. E falta ainda mais uma titular ou um titular no Bloco Parlamentar de Oposição PSDB/DEM e que os demais possam cobrar os suplentes.

Então, nós estamos recebendo verbalmente a questão de ordem da Deputada. Vamos fazer essa questão de ordem por escrito, passar para a Deputada, para ver se ela concorda com o que está escrito. Senão, ela pode redigir, que encaminharemos ao Presidente da Casa. A única questão que eu entendo aqui é que nós somos soberanas, porque levar uma questão para o Presidente do Senado...

Mas vamos acatar essa questão de ordem e aguardar o pronunciamento tanto da Câmara quanto do Senado.

Nós vamos colocar...

Com a palavra a Profª Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Bom, Senadora, eu só gostaria de colocar uma situação que nós vivemos recentemente na bancada feminina da Câmara. Para a primeira eleição da Secretaria da Mulher, que foi dividida em dois cargos, procuradoria e coordenadoria, nós também não conseguimos um consenso. Fizemos uma consulta e, depois, não gostamos da resposta e nos incomodamos, porque tirou a autonomia da Comissão.

Então, o que eu gostaria de colocar é que nem tudo... Nós temos autonomia para deliberar. A minha posição é que nós pudéssemos tomar a nossa decisão. Eu não vejo nenhum descabimento no que a Senadora tem colocado na condução e acho que não é necessário, na minha opinião, que nós façamos uma consulta, uma vez que nós somos autônomas e temos condições de deliberar e discutir como é que vamos organizar nossa Comissão. É a minha posição.

Depois da pergunta, como vários Deputados não gostaram da resposta, aí disseram: estão entrando na autonomia da Comissão. Se não era para entrar, para que perguntou?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, vou colocar uma preliminar aqui, para que nós possamos facilitar.

Realmente, não há necessidade de nomearmos um Relator ou uma Relatora. Eu quero é dividir funções, atribuições. Eu acho importante isso, até colocando uma pessoa aqui, da equipe técnica, que possa auxiliar essa Relatora nos trabalhos. Eu sei mais ou menos como funcionam essas comissões, eu também já fui Deputada. Elas começam com muitas atribuições. Nós teremos muitas autoridades vindo aqui, mas haverá uma hora em que o trabalho, a obrigação vai ser nossa. Ouvido os que as autoridades têm a dizer, quais são as lacunas que nós temos que preencher? Nós vamos fazer o diagnóstico junto com essas autoridades. O prognóstico será nosso. E aí nós precisamos da participação de todas.

É importante dizer, primeiro, que a relatoria não é obrigatoriedade. Se quiserem, podemos colocar em plenária para ver a necessidade de relatoria. Eu, particularmente, me sentiria mais confortável porque dividiria o poder com mais pessoas.

A segunda questão que é importante dizer: essa relatora não vai ditar os trabalhos desta Comissão. Ela vai apresentar um cronograma de trabalho. Daremos um prazo, talvez, de 30 dias. Nesse período, todas as Deputadas e Senadoras fariam as sugestões e esse relatório vai também ser colocado para deliberação.

Por fim, quero dizer que, como não há prazo e não há ainda indicação de todos os titulares desta Comissão, continuo recebendo indicações. Não precisa ser nem por Lideranças. Quer dizer, aquela Deputada ou Senadora que entenda que esteja preparada ou que queira ser Relatora neste momento, nesta Comissão, aqui continua em aberto. Não há nenhum dispositivo que proíba que qualquer uma das senhoras possa se apresentar como Relatora.

Nós vamos, portanto, colocar em votação o requerimento verbal da Deputada em relação a este Plenário deliberar ou vamos encaminhar à Presidência? Mas isso não impede – é importante que se diga – que a Deputada Luizianne Lins – é seu direito como Parlamentar – faça o requerimento, na individualidade, ao Presidente da Casa – é importante se dizer isto – e mesmo ao da Câmara Federal.

Então, coloco aqui em...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Srª Presidente, só um instante.

Eu não estou querendo aqui, em nenhum momento... Ao contrário. Sinceramente, depois daquela primeira reunião, eu achei ridículo a gente ter que recorrer a terceiro, fosse quem fosse. Embora a senhora tenha sido indicada por eles, foi dito, na reunião, no almoço com o Senador Renan – eu estava falando sobre isso com o Senador Renan –, que a senhora tinha sido indicada pelo Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, o que foi, posteriormente, cancelado pelo Presidente do Senado, e a gente acatou aqui... Ou seja, embora a senhora tenha sido indicada por eles, eu não achei que fosse necessário. Muito pelo contrário, eu até lhe coloquei que eu vim de coração aberto para colaborar, naquela primeira reunião. Eu me senti extremamente constrangida pela forma como fui tratada naquele dia, porque cheguei com a indicação, poucos haviam sido indicados para membro e ninguém havia sido indicado para a relatoria. E me chocou a forma como fui tratada naquela circunstância, como se não houvesse sido indicada ou coisa parecida em nenhum momento. Aí V. Exª chegou

para mim hoje e disse: há outra Deputada, a Alice Portugal, do PCdoB, que foi indicada, inclusive pelo Líder do seu Partido. Aí eu fiquei meio preocupada. O Líder me ligou e disse: “Eu não assinei nada”. E, de fato, não é a assinatura dele, Presidente.

Então, de fato, eu tenho que manifestar só um estranhamento, porque – vou dizer de novo – a violência contra a mulher não é só simbólica, ela não é só praticada por homens contra as mulheres. Ela tem um aspecto simbólico, ela tem um aspecto institucional, ela tem um aspecto histórico, ela tem outros aspectos, entendeu? A minha intenção é colaborar...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu não tenho dúvida, Deputada.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Então, eu não quero encaminhar um requerimento pessoal...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu até lhe disse, pessoalmente, que eu a admiro por isso, porque não é uma tarefa fácil. A maioria tem suas atribuições, e essa relatoria é muito difícil. Ainda bem que eu tive o cuidado de falar com V. Exª, e V. Exª alertou em relação à assinatura, porque não é da competência desta Mesa questionar um documento que chega a esta Casa, a não ser quando nós percebemos...

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas a senhora reconheceu que não é do meu Líder a assinatura.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, eu não sei.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não sabe?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas como é que eu vou saber, Deputada, se é dele a assinatura? Eu acredito no que a senhora disse: não é a assinatura dele. Depois que a senhora falou, alguém me comentou que parece que são duas assinaturas distintas. Mas acho que essa é uma questão que pode ser discutida dentro da sua liderança, até para não constranger o Vice. Talvez o primeiro Vice-Líder não soubesse que o Líder tinha indicado a senhora como Deputada. Quero crer que foi isso. De qualquer forma, eu gostaria de levar à plenária a primeira questão, até para que possamos ser democráticos.

Concordamos todos quanto à necessidade de uma relatoria, para que nosso trabalho possa caminhar e nós possamos dividir atribuições?

As Sras Senadoras e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, embora, regimentalmente, não haja necessidade, já aqui vou ser serva dessa decisão. Ou seja, tenho que indicar uma relatora para dividir as atribuições.

A segunda questão que coloco é a questão de ordem – e aí fica aberto o encaminhamento da Deputada em relação a deliberarmos com o Plenário sem tirar qualquer direito da Deputada Luizianne, e nós vamos – podemos ir, inclusive pessoalmente – conversar a respeito de podermos nós deliberarmos aqui em conjunto em relação à relatoria.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Senadora, só mais uma...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Na ocasião, conversei com V. Exª e V. Exª chamou um assessor técnico da Casa e perguntou, primeiro, se a relatoria teria que ser da Câmara. O assessor em questão se dirigiu a nós e disse: “Não, em geral, é uma questão que sempre acontece. Quando é uma comissão mista, quando o Senado preside, a Câmara relata”. Portanto, naquele momento, V. Exª perguntou: “Tem que ser uma Deputada a Relatora?” E ele disse: “Não, em geral, é uma questão cultural, política, de acordo com a Câmara”. Portanto, eu achei que aquilo estava resolvido.

Mas o que está me surpreendendo, Senadora Simone – perdoe-me aqui, mais uma vez –, vou dizer de novo, é que os nossos métodos não têm que ser os métodos daqui, porque nós todas, seja de que partido for, sofremos com as cotoveladas... Elas vêm de várias formas. Elas são simbólicas. Elas vêm com a mãozinha na cabeça. Elas vêm de formas extremamente sutis, mas elas são cruéis contra nós. Podem até aprovar a lei da Deputada Erundina, essa coisa toda, mas existe uma violência silenciosa que, se a gente não estiver junta, se a gente não for solidária, se a gente resolver ser rival, é muito grave para todas nós.

Então eu quero só fazer um apelo, porque realmente está me surpreendendo essa dificuldade.

Quando eu conheci V. Exª, lá no almoço do Senador Renan, fiquei muito impressionada positivamente. Achei que daria para fazer um excelente trabalho. Mas, de fato, está me surpreendendo. Nós estamos na segunda reunião e essa coisa está virando um problema que não existiria...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vamos ser mais objetivas então?

Eu vou dar a posição final em relação às informações regimentais e vamos submeter à votação do plenário.

Primeiro, dizia-se que não havia necessidade de relatoria. Agora, esta plenária entendeu a importância de uma Relatora. Então, já pacificamos de forma democrática a importância dessa questão.

Segundo, esta Presidência vai – esta é uma decisão pessoal da Presidência – acatar os costumes desta Casa e não vai indicar uma Senadora, mas uma Deputada. Isso já estava muito claro, até observando o princípio da proporcionalidade. Nós somos aqui 10 Senadoras e 27 Deputadas. Não seria justo uma Senadora ser Presidente e uma Senadora ser relatora.

Então, o que eu estou colocando em plenário é, primeiro, se vamos deliberar para que nós possamos decidir aqui quem vai ser... Se nós vamos decidir que não precisamos de Presidente do Congresso para deliberar sobre esse assunto e que, assim sendo, continuará aberta a inscrição para que qualquer membro da Câmara dos Deputados, para que qualquer Deputada possa apresentar, colocar o seu nome à disposição desta Comissão. Uma vez que esta Comissão não tinha a obrigação de indicar relatoria, consequentemente, não há prazo. Como ainda faltam dois membros para preencher a Comissão e nós temos aqui diversas autoridades que terão que ser ouvidas, até para que o cronograma de trabalho da Relatora seja feito, nós temos também esse prazo para deliberar em relação à relatoria.

Com a palavra a Deputada Moema.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Srª Presidenta, falo com muito orgulho que é bom chamá-la de Presidenta.

Eu queria fazer uma ponderação para a minha companheira, amiga e excelente Deputada, que foi uma magnífica Prefeita, Luizianne para que, refletindo um pouco sobre o momento que nós vivenciamos na Câmara – sei que as Senadoras não têm nada a ver com isso, mas têm muito a ver com as Deputadas que hoje fazem parte da Câmara -, não fizesse essa proposição de que nós fôssemos consultar a Presidência simplesmente pelo fato de que nós fomos prejudicadas na Câmara porque não tivemos a ousadia de termos, nós mesmas, decidido sobre o que nós queríamos fazer, por termos sido submissas, por termos nos submetido a uma decisão que nós tirou a autonomia, na Câmara, de decidir sobre um processo, que já vinha em curso, de construção de um acordo entre as mulheres. Então, para que nós não tenhamos uma incoerência agora... Se a gente não concordou com a Câmara em fazer o pedido de informação à Presidência, mas mesmo assim fizeram e fomos prejudicadas, agora, para essa outra questão, se a gente fizesse, seria uma incoerência.

Eu queria sugerir que V. Exª retirasse essa votação sobre se vai ser por nós ou se vai-se fazer consulta, que não existisse essa questão da consulta, para que nós, aqui, pelo menos, tivéssemos essa autonomia enquanto Comissão mista e decidíssemos.

Eu queria sugerir, na medida em que a senhora abrir para sugestões, o nome de uma das Deputadas, considerando que a senhora está correta do ponto de vista de que, se tem a Presidência do Senado, mesmo não sendo obrigatório ter a relatoria, mas em se tratando de ter uma relatoria, que ela pudesse ser da Câmara. Então, concordando com isso, na medida em que a senhora defina aqui que vai ser designada a relatoria, eu queria sugerir um nome de uma Deputada para ser Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

A questão de que vai haver relatoria já está pacificada, a Plenária já deliberou sobre esse assunto.

Eu consulto as demais Deputadas e Senadoras se concordam. *(Pausa.)*

Antes de citar quais são os nomes que estão colocados à Mesa, eu vou aguardar até a próxima sessão, para que nós possamos ver se há mais nomes sendo apresentados e para que, dentro da forma mais democrática possível, observando currículo, biografia, nós indiquemos, portanto, a relatoria, sem, com isso, prejudicar qualquer sub-relatoria.

Eu acho que esta Comissão vai se surpreender com a quantidade de trabalho que terá e das mais diversas formas. Se nós formos fazer setorialmente... Há a questão dos problemas da mulher, principalmente na questão da violência, nós temos a questão da saúde da mulher, nós temos a questão da violência doméstica, nós temos a questão das lacunas da legislação, nós temos uma série de questões que vão ser tratadas aqui, e, provavelmente, vai ser necessário, durante o ano, que nós tenhamos sub-relatorias para tratar de questões específicas que levem à comoção nacional. Tomara que não aconteça, mas a gente, infelizmente, não pode ficar alheia à triste realidade que é a violência contra a mulher. E nós podemos apresentar, junto com a futura Relatora, indicação de outras Deputadas, e talvez até Senadoras, em relação a essas sub-relatorias.

Se, então, assim for a deliberação da plenária, eu quero só, por fim, se as Deputadas puderem permanecer só mais um minuto, assim como a Deputada Luizianne, dizer que há mais um requerimento só, que interessa principalmente à Câmara dos Deputados.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Em que momento seria designada a Relatora?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como nós não temos ainda o preenchimento total, faltam dois, e como não há nada no Regimento, de forma democrática – a próxima reunião provavelmente vai ser com um ou dois dos Ministros já convidados, dependendo da agenda deles, e o requerimento agora trata disso –, neste momento, nós podemos indicar. Eu só queria realmente ter a oportunidade de receber, de repente, mais manifestações. Pode acontecer de outras Deputadas que não foram indicadas e que serão indicadas por seus Líderes ou mesmo Deputadas que já estão aqui e que podem, de repente, entender que gostariam de fazer parte da relatoria.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Então, eu gostaria de antecipar uma indicação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria de indicar, independente de que vir ou não pelo Líder, porque os nossos Líderes vão mandar o que nós conversarmos com nossos Líderes.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há necessidade de vir pelo Líder, de forma alguma. Não há necessidade.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Porque, na realidade, somos nós que devemos indicar. O Líder é só uma formalidade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Então, eu gostaria de indicar a Deputada Luizianne para ser a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, se pudesse subscrever, endossaria e fortaleceria, inclusive, a indicação da Deputada Luizianne.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Acho que não há problema nenhum de subscrever o próprio requerimento da Deputada. Pode ser do mesmo partido ou de outro partido.

Eu gostaria de colocar em votação um requerimento que eu acho até que é de todas as Deputadas. Acredito que seja da maioria das Deputadas. É o requerimento da nossa Vice-Presidente, Keiko Ota. Ela está alegando que a data, o horário das reuniões aqui da Comissão está prejudicando o trabalho das Deputadas no período da tarde, na Câmara dos Deputados, onde ocorrem, nesse mesmo momento, diversas reuniões em comissões permanentes. Inclusive, a maioria participa como titular. Então, o que ela está solicitando, e eu peço a atenção aqui das colegas, é que as reuniões desta Comissão sejam realizadas preferencialmente às terças-feiras, no período da tarde.

Eu gostaria de colocar esse último requerimento em discussão, se as Srªs Deputadas e Senadoras concordarem com essa mudança de horário das quartas para as terças-feiras à tarde.

Eu faço até um questionamento se seria interessante mantermos às 14 horas ou às 14h 30min. Mas aí, de preferência, pontualmente às 14h 30min, porque às 16h nós temos deliberação. É que agora não começou, estou olhando o relógio, mas quando começa a Ordem do Dia, nós somos obrigadas a encerrar os trabalhos.

Então, eu faço aqui dois questionamentos, fazendo um adendo aqui ao requerimento.

Está em discussão o requerimento da nossa Vice-Presidente para passarmos de quartas para terças-feiras à tarde. E eu faço um adendo se seria às 14h ou às 14h 30min o melhor horário para a Câmara. Uma vez que há Deputadas em maior, eu acho que realmente nós temos que ouvi-las e, se for o caso, acatar a sugestão.

Em discussão. *(Pausa.)*

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO) – Eu quero cumprimentar a Presidente, a Vice-Presidente, e dizer que, muitas vezes, nós chegamos atrasadas às reuniões não porque queremos, não. Eu acabei de vir da Comissão dos Deficientes, vim correndo para cá. Nós queremos participar do início ao fim, mas, muitas vezes, não dá.

Então, Keiko, eu acho que a sua sugestão é muito válida. Acho que às 14h 30min fica excelente, todas nós podemos participar mais e debater mais. Creio que o horário é muito bom para todas nós.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Eu acho que é consenso para nós que quarta-feira é um dia complicadíssimo, temos que virar cinco ou seis, e esta é uma Comissão de que todas nós queremos participar de maneira bastante ativa. Então, eu acho que só nos ajuda na Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas que concordam com o requerimento da Vice-Presidente para a mudança do horário e do dia desta Comissão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Srªs Senadoras que concordam com o dito requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também no Senado Federal.

Então, a partir da próxima reunião, que será daqui a 15 dias, uma vez que nós estaremos aí fazendo os convites para as autoridades e teremos esse tempo para poder convidar... E vou já aqui me antecipar dizendo que vamos dar prioridade aos Ministros de Estado, porque eles têm o plano mais geral a respeito dessa questão, e que convidaremos as demais autoridades para comparecerem posteriormente.

A próxima reunião desta Comissão fica marcada para terça-feira, às 14h 30min, daqui a 15 dias. Isso cai em que dia?

Enquanto nós vamos verificar o dia, antes de encerrar os trabalhos, eu gostaria de propor a aprovação da Ata da presente reunião.

As Sras e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A data da próxima reunião é no dia 7 de abril, terça-feira, às 14h 30min.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)

**ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9,
DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL**

Às catorze horas e trinta e quatro minutos do dia catorze de abril de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra e Regina Souza; e das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Júlia Marinho, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Keiko Ota e Flávia Moraes. Deixam de comparecer os demais membros. A Deputada Carmem Zanotto e o Deputado Jean Wyllys justificam a ausência por estarem em missão oficial. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A Presidência designa a Deputada Luizianne Lins para a relatoria dessa comissão e passa a palavra à Relatora para as suas considerações. É realizada audiência pública com a presença da Ministra Eleonora Menicucci – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Deputada Flávia Moraes, Senadora Fátima Bezerra, Deputada Moema Gramacho, Senadora Regina Souza, Deputada Dulce Miranda, Deputada Alice Portugal, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Marta Suplicy e Deputada Keiko Ota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Simone Tebet**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Esta Presidência, agradecendo aqui a presença da nossa 1ª Vice, Deputado Keiko, e das demais Deputadas e Senadoras, esclarece que há sobre a mesa apenas um ofício de indicação de relatoria.

Dessa forma, esta Presidência designa, como Relatora da Comissão, a Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

Aproveito a oportunidade para convidá-la a compor a mesa. *(Palmas.)*

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra V. Exª.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Srª Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Deputada Luizianne Lins, que está assumindo a relatoria desta importante Comissão, desejando a ela um excelente trabalho, porque sei que esse é um desafio é muito grande.

Ao cumprimentar V. Exª, Srª Presidente, e a nossa querida Vice-Presidente, a Deputada Keiko Ota, queria, aqui, rapidamente, me justificar. Embora eu tenha chegado aqui às 14h, agora, às 14h30min, tenho de participar de uma audiência pública muito importante, que será realizada na Comissão de Seguridade e Família, sobre a questão do parto.

A NR-368, que fala justamente da priorização do parto normal, tem afligido muitas mães, que têm nos procurado. Por isso, nós vamos levar essa discussão hoje.

Como eu devo presidir a audiência, uma vez que sou a autora do requerimento, eu queria deixar aqui e pedir – já conversei com a Presidente, com a Vice-Presidente e com a Relatora – às colegas Deputadas que possam nos ajudar com o seguinte: nós tivemos a notícia, na semana passada, de que a Mara Rúbia, aquela mulher que teve os olhos perfurados pelo algoz – e estivemos acompanhando esse caso na Legislatura passada... Inclusive, ela esteve no plenário da Câmara. Na época, por ter se tornado cega, ela perdeu a guarda do

filho, a par de o marido ter sido enquadrado em crime de menor potencial ofensivo, situação que nós conseguimos reverter, através de uma mobilização muito forte na Câmara, no Congresso e na mídia, reverter a situação. E, embora ele estivesse preso, agora, na semana passada, recebemos a notícia de que ele foi solto. Ela está escondida, ninguém sabe do seu paradeiro, porque ela está com muito medo. Nós acreditamos que ela corre sério risco de vida.

Assim, a gente queria pedir o apoio desta Comissão para que possamos ver o que pode ser feito para, mais uma vez, tentar trazer esse caso, dar visibilidade a esse caso, até para que não deixemos que, com tanta estrutura com que contamos hoje, com tantas mulheres aqui, esse caso chegue a um termo tão triste como a gente prevê que possa acontecer.

Por isso, queria pedir o apoio das colegas.

Peço desculpas à Presidente por interromper com esse assunto, mas nós devemos trazer um requerimento na próxima reunião e vamos, nele, descrever melhor a situação atual do caso. Através disso, eu tenho certeza de que esta Comissão vai ajudar, e muito, para que a gente possa dar um outro rumo neste caso que, infelizmente, está sendo conduzido, mais uma vez, para a impunidade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Flávia. Mais do que justificada a sua ausência neste momento, até porque o que vai fazer, agora, é uma extensão do trabalho desta Comissão. Aguardamos, portanto, o requerimento de V. Exª para que possamos votar em plenário já na próxima reunião daqui a 14 dias.

Com a palavra, para as suas considerações, a Relatora da Comissão Mista Permanente de Violência contra a Mulher.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde, Presidente, Senadora Simone Tebet; boa tarde a todas as Senadoras e às Deputadas presentes, aos assessores e às assessores aqui conosco, e à imprensa.

Eu gostaria de agradecer a confiança de vocês, da nossa companheira, Vice-Presidente, Keiko Ota, Deputada também. Acho que temos um grande trabalho pela frente. Tive, na quinta-feira, a oportunidade de representar... A Frente Nacional de Prefeitos me convidou para fazer parte de uma mesa na qual estava a Senadora, que foi, inclusive, Relatora da CPMI sobre a Violência contra a Mulher, e que indicou que esta Comissão Permanente pudesse acontecer.

Já conversei um pouco com a Senadora Simone e acho que a gente tem um relatório de mais de mil páginas para destrinchar, e nós temos aqui um longo trabalho pela frente. Espero que façamos reuniões práticas, objetivas e que rendam, na vida das mulheres brasileiras, coisas concretas.

A questão do feminicídio não é pontual, mas mundial, na verdade, e nós, no Brasil, temos de construir as nossas condições de superação da forma mais brutal do patriarcado, da sociedade machista, homofobia, da sociedade que, normalmente, a gente quer transplantar para outros valores.

Então, queria só agradecer, dizendo que estou feliz de poder colaborar com esta Comissão. Agradeço aqui à Presidente pela confiança, e vamos trabalhar! Acho que temos muita coisa pela frente para fazer, e as mulheres nos aguardam.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Luizianne.

Aproveitando para solicitar a V. Exª, dentro de um prazo de 30 dias – se for necessário, claro, será prorrogado por mais 30 dias – um plano de trabalho, que seria um plano preliminar, para que nós possamos colocar à disposição das nobres Deputadas e Senadoras para que elas também possam contribuir, depois, com esse plano de trabalho, para que possamos, a partir daí, efetivamente, direcionar o trabalho desta Comissão, sem, com isso, perder o foco.

Lembro que nós faremos reuniões a cada 14 dias. A próxima está marcada para o dia 28 de abril, às 14h30min, impreterivelmente, porque, às 16h, no Senado, tem início a Ordem do Dia e, a partir desse horário, pelo Regimento Interno da Casa, não é possível funcionar nenhuma Comissão.

Contudo, enquanto não temos o plano de trabalho, continuaremos ouvindo Ministros e Ministras, para, daqui a 14 dias, estarmos já convidando os demais ministros que foram solicitados por parte das Deputadas e das Senadoras.

Enquanto nós aguardamos a chegada da Ministra, que já está na portaria do prédio se dirigindo para cá, eu gostaria de aproveitar para agradecer a presença de Anália da Rosa Nasser, Secretária da Mulher do Município de Maringá, no Paraná.

Fico muito feliz... (*Palmas.*)

Fico muito feliz por saber que nós temos, em muitos municípios do Brasil – ainda não todos, mas chegaremos lá um dia –, uma secretaria específica para a mulher. Isso, efetivamente, é um grande avanço; é o que nos move nesta Comissão.

Nós vamos suspender por apenas dois minutos...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não; pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Srª Presidente, eu gostaria de dar o meu boa-tarde a todas as companheiras e a todos os companheiros e, primeiramente, dizer da importância desta Comissão, da retomada...

A Srª Ministra acaba de chegar.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, me permitir, vou fazer os cumprimentos à Srª Ministra Eleonora Menicucci, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, ao mesmo tempo em que aproveito para convidá-la a tomar assento à mesa. (*Palmas.*)

Continua com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois bem; agora saúdo, com muita alegria, a presença da nossa Ministra Eleonora Menicucci.

Srª Presidente, Srª Ministra, eu quero dizer, de forma muito breve, Deputada Luizianne, Deputada Keiko, Senadora Simone, da importância que tem, exatamente, a retomada dos trabalhos desta Comissão. Importância, sim, por tratarmos aqui de um tema que merece, permanentemente, quotidianamente, o nosso olhar de atenção e de preocupação.

Então, como a Deputada Luizianne Lins aqui já mencionou, o trabalho anteriormente realizado foi de muita fundamentação, e, com certeza, a Deputada Luizianne irá buscar já muito dessa contribuição dada pela anterior composição desta Comissão.

Contudo, enfatizo: como esse é um tema que está colocado no cotidiano, permanentemente, o Congresso Nacional, em boa hora, retoma os trabalhos desta Comissão, para que possamos, Ministra Eleonora – Parlamento, sociedade civil, Poder Público, em todas as esferas –, atualizar esse mapa da violência contra a mulher, e, como disse a Deputada Luizianne, à luz de soluções simples, porém concretas e efetivas, trabalhar na direção de avançar no que diz respeito às políticas públicas de proteção e de promoção da defesa dos interesses das mulheres.

Quero já adiantar à Srª Presidente que, na próxima reunião, vou também aqui consignar um requerimento para que, em data a ser combinada, esta Comissão vá ao Rio Grande do Norte.

E quero dizer, ainda, que todas nós estamos muito bem representadas por vocês.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra. Esta Comissão se engrandece com a sua participação como membro, pela sua capacidade e experiência.

Tenho certeza de que começamos bem, Srªs Senadoras, Srª Deputadas, porque tenho aqui, ao meu lado, mais que uma ministra. Não é de praxe, mas eu gostaria... Eu mesma tive o cuidado de preparar uma biografia de S. Exª, que gostaria de expor. E, como nós temos, aqui, a TV Senado transmitindo para todo o Brasil, é importante fazer esse registro, quando nós temos mulheres à frente do seu tempo, mulheres que, realmente, quebraram barreiras e que, hoje, se encontram em um ministério da grandeza que tem a Secretaria de Políticas para as Mulheres. É importante que ressaltemos isso e que fique muito claro.

A Ministra Eleonora Menicucci foi nomeada em fevereiro de 2012 para chefiar a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Era Pró-Reitora de extensão da Universidade Federal de São Paulo antes de assumir a Secretaria. Ela é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, tem mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Na USP ela também obteve o título de Livre Docente em Saúde Pública; fez pós-doutorado em Saúde e Trabalho das Mulheres na Faculdade de Medicina da Universidade de Milão, na Itália – aqui está em italiano e eu estou colocando em português. Na Unifesp, era professora titular em saúde pública e atuou principalmente com os temas de direitos reprodutivos e sexuais, saúde integral da mulher, envelhecimento, violência de gênero, aborto, direitos humanos, autonomia, avaliação qualitativa, políticas públicas de saúde e autodeterminação.

É com grande prazer que começamos esta 3ª Reunião da Comissão ouvindo, neste momento, a Ministra Eleonora Menicucci. (*Palmas.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Pois bem; eu quero agradecer o convite para que pudéssemos participar desta audiência e, sobretudo, sendo a primeira do Governo Federal a estar aqui. Sem dúvida nenhuma, isso é a fotografia da importância que as Srªs Senadoras e Deputadas dão ao tema da mulher.

Eu quero cumprimentar a Senadora Simone Tebet, agradecer, em nome dela, a toda a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, do Senado e da Câmara, cumprimentar a Deputada Keiko, do meu Estado de coração – aliás, eu tenho vários Estados do coração e um biológico. (*Risos.*)

E cumprimentar também a Deputada Luizianne, de Fortaleza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Eu fico em pé; não tem problema.

É para o bem e para o mal ser baixinha; para o bem, as cadeiras; e, para o mal, é que, quando estavam todos os Ministros e Ministras, à época eu e o Ministro Gilberto Carvalho precisávamos de um tabladinho para aparecer além do cabelo; senão, nós não aparecíamos.

Em nome da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, da Presidenta Dilma, quero dizer da importância que nós damos a qualquer convite e a qualquer convocação e a qualquer oportunidade de diálogo com as duas Casas. Isso se reflete na equipe que me acompanha: a Linda Goulart, que é Secretária Executiva; a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência, Aparecida Gonçalves; o Diretor de Administração, o Fernando; o Chefe de Gabinete, Bruno Monteiro; a Regina Dame – eu ia deixar por último – a nossa Assessora Parlamentar; a Rosa Marinho, cerimonialista; e a Assessora de Comunicação, Cléia, com o fotógrafo Léo Rios. *(Palmas.)*

Eu vim aqui plenamente convencida da importância de três aspectos: primeiro, prestar contas. Eu acho que é fundamental que nós, do Executivo, prestemos contas ao Parlamento e à sociedade civil; segundo, ao prestar contas, eu abro para um diálogo a fim de que nossas políticas possam ser cada vez mais aprimoradas; terceiro, convidar a todas as Senadoras e Deputadas a participar efetivamente do nosso Programa Mulher Viver sem Violência, não só nos seus respectivos Estados, mas comparecendo à inauguração da segunda Casa da Mulher, que será aqui em Brasília, até o final do mês de abril. É um convite que eu já fiz. Reitero que, a qualquer dia que as senhoras quiserem conhecer a casa, estarei à disposição para acompanhá-las.

Eu inicio a minha fala com um vídeo da Casa da Mulher de Campo Grande, já em funcionamento, que foi apresentado pela Secretaria Executiva na CSW da ONU Mulher, em Nova York, no mês passado.

Por favor.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas.)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Esse vídeo está à disposição de todas vocês, se quiserem, para copiá-lo e divulgá-lo nos seus Estados.

Como vocês viram, a Casa da Mulher Brasileira faz parte de um programa maior, chamado Mulher: Viver sem Violência, lançado pela Presidenta em 13 de março de 2013. A primeira das casas foi inaugurada em Campo Grande, no dia 3 de fevereiro. Se me perguntarem o porquê, não existe aí uma determinação, não porque Campo Grande é a cidade onde há mais denúncias, onde a violência é maior, senão seria em Vitória, mas é porque a empresa andou mais rápido. A parceria com o governo – na época, a Senadora Simone Tebet era Vice-Governadora – e o Prefeito deram todo o apoio necessário para impulsionar a obra e o andamento da gestão da casa.

Nós tivemos, no primeiro mês de atividades em Campo Grande, 4.280 atendimentos. Isso significa, dentro desses 4 mil, que nós tivemos 1.427 mulheres atendidas, porque esse atendimento vai desde informação, pedido de informação, até o atendimento propriamente dito de mulheres necessitadas; 458 processos de medidas protetivas em um mês de funcionamento da vara, porque a vara fica dentro da casa. Funciona 24 horas, nos finais de semana e feriados. Essa é a exigência para todas as Casas da Mulher Brasileira em todo o Brasil.

As próximas inaugurações serão em Brasília, no final de abril, é no Setor de Grandes Áreas Norte 601, lote J, Asa norte, início da L2. Isso aí já é a Casa de Brasília. Nós temos, como próximas, depois de Brasília, para 2015, já em obras iniciadas ou em andamento: São Luís do Maranhão, Salvador, Curitiba, Fortaleza, Boa Vista e Vitória, que é a reforma de um prédio, em que já se iniciou a reforma, já há dois andares completamente reformados, mas a firma abandonou, e fizemos um laudo estrutural e estamos retomando a obra. Para 2016, nós temos, com projeto executivo em andamento, que é o projeto executivo adaptado ao terreno que nós temos: São Paulo, Belém, Palmas, Rio Branco e Maceió. Terrenos definidos, com projetos básicos em andamento: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Há uma diferença muito grande entre os projetos executivos em andamento e os projetos básicos em andamento: o executivo é que ele já está adaptado ao terreno, nós estamos iniciando agora a licitação da obra, é o processo para iniciar a licitação da obra. Terrenos definidos: João Pessoa e Teresina. Terrenos em negociação: Manaus, Aracaju, Macapá, Goiânia, Porto Velho, Cuiabá, Florianópolis e Natal.

Algumas dessas negociações estão mais avançadas que as outras. O Estado de Pernambuco, quando o então Governador era Eduardo Campos, não aderiu ao programa. Agora, o Governador Paulo Câmara reiniciou a negociação e estamos em fase de retomada dessa negociação para que Pernambuco também possa aderir à Casa da Mulher Brasileira.

Quero destacar aqui que a construção da Casa da Mulher Brasileira não elimina as redes que existem, as redes de serviços de enfrentamento à violência, nem tampouco acaba com as delegacias que já existem.

O Governador define, junto conosco e com o juizado da vara especializada, a abrir uma nova vara ou um posto avançado. Mas posto avançado ou vara nova funciona 24 horas por dia e durante os feriados. Eu tenho sido muito indagada: “Ah, o que eu faço para ter uma Casa dessa no meu Município?”

A primeira fase é apenas nas capitais. A segunda fase é nos Municípios polos dos Estados. Quero aqui dar o exemplo do Governador do Maranhão, Flávio Dino. Ele definiu que, em Imperatriz, no Vale, Tocantins e Maranhão, naquela divisão, como a violência lá é muito grande, que fará uma segunda Casa lá. Ele me pediu o projeto executivo. Eu liberei, e ele está buscando recursos pelo Estado, com várias, diversas fontes internacionais e nacionais, para construir em Imperatriz mais uma Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Como? E esta Casa, pelo impacto que Campo Grande tem demonstrado, ela quebra, rompe com o gargalo da *via crucis* da mulher em busca de um serviço. Então, a mulher dali só sai quando ela está pronta para romper com o ciclo da violência.

Então, existem linhas de microcrédito orientado, existe todo o Sistema S e os serviços de emprego e renda do Estado em parceria, trabalhando lá na Casa, capacitando e sensibilizando as mulheres para abrirem os seus próprios, entre aspas, “negócios” ou continuarem onde estavam.

Amanhã ou depois, eu assinarei com o Banco do Brasil mais uma parceria para que ele fique definitivamente dentro da Casa, além de ser o banco que nós contratamos para fazer a obra, para alavancar o projeto de emprego e renda lá dentro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – É. Exatamente. A segunda ação que nós temos no Programa Mulher: viver sem violência, que é o eixo 3, e é muito importante, é o Ligue 180.

Veja bem... Quero avisar que, nas pastinhas de vocês, que toda a comissão recebeu, existe todo o material. Elas contêm as tabelas, o custo das Casas, o custo de custeio, todo o recurso gasto pelo Governo Federal nas Casas, nos centros de fronteira, no Ligue 180. E o balanço de 2014, que é este aqui, do Ligue 180.

Eu quero destacar aqui duas questões que eu acho importantíssimas.

Vejam: em 2014, pela Central 180, foram realizados 485.000 atendimentos – uma média de 40,4 mil atendimentos mês e 1,4 mil dia. Desde 2005 foram realizados 4,125 milhões de atendimentos.

O que nos chama a atenção em 2014? Primeiro, as ligações são oriundas de Municípios com menos de 100 mil habitantes, ou seja, chegou lá nos Municípios menores. Segundo, por impacto dos ônibus, das unidades móveis – doamos duas para cada Estado para levar esse serviço para as mulheres do campo e da floresta –, nós tivemos em média 17% de ligações oriundas da área rural. Até então não havia nenhuma. Então já é um reflexo, um impacto da chegada dos ônibus.

Outro ponto que quero destacar é que com a mudança do “ligue” para “disque” houve uma transformação radical na solução dos problemas colocados pelas mulheres. No “ligue” havia uma demora, porque a mulher denunciava e nós tínhamos que “linkar” o lugar de origem da mulher, telefonar ou orientar a mulher: procure um CRAS, um CRESS ou uma delegacia. Agora é online. A mulher faz a denúncia, a denúncia é feita, aceita e, com a concordância a mulher, encaminhada ao órgão de segurança pública, onde já se transforma em boletim de ocorrência. Então, a celeridade na resolução da mulher foi 100% a mais.

Convido todas a conhecer nossa central 180 aqui; depois eu passo o endereço. Na inauguração da nova sede, lembro-me que foi a Deputada Erika Kokay, não é Cida?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELEONORA MENICUCCI – É, mas a Deputada Erika Kokay que foi.

Outra novidade é que nós ampliamos o atendimento às mulheres brasileiras que vivem em outros países. Nós atendíamos apenas as que vivem em Espanha, Itália e Portugal; agora nós ampliamos para mais 13 países: França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo.

Nossas atendentes estão absolutamente qualificadas do ponto de vista psicológico, do ponto de vista da violência e do ponto de vista do idioma para atender nossas mulheres brasileiras que sofrem violência em outros países. E aí nós acionamos a Polícia Federal, as embaixadas e, caso seja necessário, na situação de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, nós acionamos a Interpol e resgatamos as mulheres – desbaratamos as quadrilhas e resgatamos as mulheres.

Outro eixo importante são os centros nas regiões de fronteira seca do nosso País, que impedem o tráfico de mulheres para fim de exploração sexual e atendem as chamadas mulheres estradeiras, que moram na beira das estradas. Já os temos funcionando na tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina; em Foz do Iguaçu; em Pacaraima, Roraima; e no Oiapoque. Estamos com as seguintes unidades previstas até 2016: Brasileia, no Acre; Corumbá, em Mato Grosso do Sul; Santana do Livramento e Jaguarão, no Rio Grande do Sul; Bonfim, em Roraima; Ponta Porã, também no Mato Grosso do Sul; e Tabatinga, no Amazonas.

O próximo são os centros de fronteira.

Por favor.

Corumbá e Ponta Porã já estão com projeto executivo em desenvolvimento e até o meio do primeiro semestre de 2016 eles ficarão prontos, esses dois, Ponta Porã e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. E os outros estão em andamento, mas mais atrasados.

Outro eixo do programa são as unidades móveis. Essas unidades móveis foram uma reivindicação da Marcha das Margaridas, em 2011, e a partir de 2013, segundo semestre, iniciamos a adoção de duas unidades para cada Estado. O valor delas é, em média, R\$30 milhões e 549 por unidade.

Eu quero aqui dizer que, em alguns Estados, as unidades não estão funcionando. Faço um apelo às companheiras Deputadas, Senadoras, que pressionem os seus Estados, os seus Governos, porque foi dado para os Governos. Por que não está funcionando? Um exemplo: em Belo Horizonte, na época, o Governador Anastasia preferiu ficar com uma e disse: “A senhora decide para onde dar a outra.” E, nós, em acordo, demos para o Vale Jequitinhonha, que é uma região muito necessitada, e está funcionando muito bem.

Em São Paulo, como é aquele monstro de tamanho, aquela magnitude, o Município ganhou uma, o Estado ganhou outra mas teve dificuldade de colocar em andamento. Entramos em negociação com a delegada Rose e ela foi doada para Ponte Nova, em Minas Gerais, que estava precisando urgentemente. Nós devolveremos uma para São Paulo. Agora, tem Estados em que as unidades estão paradas.

Eu quero chamar a atenção que é dinheiro público envolvido, um recurso pelo qual todas somos responsáveis e sabemos das dificuldades de se angariar esses recursos atualmente. São vidas e vidas de mulheres do campo e da floresta que podem ser perdidas se essas unidades não forem colocadas em andamento.

Com essas unidades, os Governos estaduais assinaram comigo um pacto de colocar em funcionamento, com uma delegada, uma assistente social, uma psicóloga. Há, também, um toldo, que leva a Lei Maria da Penha, onde fazem a discussão, a capacitação. Há de 30 a 50 cadeiras, onde as mulheres sentam. Ou seja, o ônibus é equipadíssimo.

Há também o compromisso de criar, por uma portaria governamental, o fórum de mulheres do campo e da floresta estadual para que essas mulheres ajudassem, colaborassem com os governos na definição do trajeto, na definição do próprio trabalho das unidades.

Eu tenho aqui dois ônibus que foram entregues para aqueles Estados: três unidades para o Paraná, sendo uma para o Município de Curitiba, duas estão com o Estado, Sr^a Vice-Governadora; três unidades para Minas Gerais, uma unidade para São Paulo e uma para Roraima.

As próximas unidades.

A Deputada Jandira Feghali fez uma emenda para uma unidade para Petrópolis. Essa unidade será entregue ainda este semestre. E entregaremos uma para Roraima e outra devolvendo para São Paulo.

Então as Sr^{as} Deputadas e Senadoras que se dispuserem a fazer emendas para ampliar essa política pública – fez para duas –, qualquer emenda será extremamente bem vinda, porque as mulheres do campo e da floresta agradecem muito mais do que eu, muito mais do que nós.

Temos uma parceria com a Caixa Econômica Federal para levar esse serviço, ou o serviço de enfrentamento à violência, de combate à violência contra as mulheres para as mulheres que moram na população ribeirinha.

Já fizemos seis viagens no Arquipélago da Ilha do Marajó, em parceria também com Estado e com o movimento de mulheres daquela região.

Realmente tenho muita honra e muita alegria em dizer que quebramos o pacto de silêncio que existe no Arquipélago do Marajó em relação à violência contra as mulheres. Porque era o pacto do prefeito com os homens, do prefeito com as mulheres, das crianças. As crianças violentamente violentadas pelos balseiros. As famílias levam as crianças, homens ou mulheres, para os balseiros, para viajarem com os balseiros para serem exploradas sexualmente em troca de alimentos. Quando nós fomos lá, nós tomamos conhecimento disso, o que nos chocou, como chocaria qualquer uma de vocês aqui. E houve uma diminuição disso, porque nós não fomos e saímos, nós fomos e ficamos.

E nós estamos também em parceria, há de se dar o crédito, com os barquinhos do MDS, das assistentes sociais, porque há pequenos riachos lá, ou braços de rio, onde não entra o barco da caixa. Então nós estamos navegando naqueles barquinhos para atender aquela população.

Agora, a Miriam Belchior e eu vamos a São Francisco assinar o convênio, que é a segunda meta nossa para levar esses serviços para essa população do São Francisco e depois no Rio Amazonas com o barco Chico Mendes.

Finalmente tem o eixo 6 que é a organização e humanização do atendimento à violência.

O que é isso? As senhoras vão dizer, mas desde que entendo por gente estou capacitando profissionais de saúde, profissionais do direito para melhor atender as mulheres, mas não acontece. Aí nós fizemos a Portaria interministerial nº 288, que foi assinada dia 25 de março passado, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, que estabelece orientações para organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da saúde, quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.

O que é isso? Isso faz uma diferença enorme para a criança ou a mulher que foi violentada sexualmente, estuprada. Ela, além da violência sexual, quando chega ao serviço de saúde ou se ela vai primeiro no IML, por falta de informação ou de orientação, ela é duplamente violentada, porque os profissionais, alguns deles, falam: “Ah, mas na hora que saiu com um vestido curto ou com isso não ligou”.

Então, atendem as mulheres em situações horríveis, medievais, com um espécio só, a maioria dos IMLs. E a mulher deita em posição ginecológica em cima de uma mesa e de porta aberta. Isso era no IML de São Paulo, você imagina no resto do País.

Então, essa portaria e esses três cursos que nós fizemos nos três Ministérios, com a presença de 240 profissionais da saúde e dos IMLs, dos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pará, Piauí, Roraima e Sergipe. Nós ouvimos das mais lamentáveis histórias às melhores histórias de atendimento. E nós investimos recursos para humanizar os IMLs, as salas dos IMLs que atendem as mulheres, e para aumentar, não só em quantidade, hoje são 544 hospitais do SUS, registrados no SUS, que atendem as mulheres vítimas de violência sexual ou crianças, mas para humanizar a sala de atendimento.

E também estamos, agora, em um grupo de trabalho que é para criar o Sistema Nacional de Dados e Informações sobre violência contra as mulheres. Nesse grupo de trabalho participam, coordenado por nós e pela Casa Civil, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e o MDS e, como convidados, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público Federal e o IPEA. O objetivo deste GTI é unificar e sistematizar estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher dos sistemas já existentes.

Nós não estamos inventando a roda. Nós apenas estamos sistematizando os dados que já existem nos diferentes sistemas. Isso será fundamental para subsidiar as nossas políticas públicas, subsidiar as intervenções nos diferentes parlamentos, subsidiar esta Comissão com dados atuais e para cada vez mais nós aprimorarmos a lei Maria da Penha e, agora, a Lei do Feminicídio, que eu quero, mais uma vez, de público, agradecer a todas as Senadoras e as Deputadas pela aprovação da Lei do Feminicídio, que foi um avanço para o nosso País e um avanço na luta contra a violência às mulheres.

E, finalmente, eu quero só dizer que não é só de políticas públicas que nós mudaremos a cultura patriarcal e machista no nosso País. É fundamental uma coisa: as campanhas de conscientização por todos os veículos de comunicação. Nós investimos em 2014, por volta de 25 milhões, e na Compromisso e Atitude, que é em parceria com o CNJ e com o Instituto Patrícia Galvão, 2 milhões com o convênio plurianual e a última campanha “Quem ama abraça”, por volta de 1,4 milhão, em parceria, também, com uma ONG e a última que nós fizemos o ano passado, “Violência contra as mulheres – Eu ligo”, 180. Então, esse foi um *up* muito grande.

Finalmente, agora de verdade, nós temos, em termos de recurso, ali, em 2014, para a construção das casas, já executado, R\$19 milhões; na PLOAS, R\$68 milhões. Para o atendimento de mulheres em situação de violência, R\$40 milhões, arredondando; e, na PLOAS, R\$54 milhões. No Disque 180, R\$11 milhões. Isso perfaz um total de R\$70 milhões em 2014 e R\$133 milhões – estou arredondando – na PLOAS, em 2015, agora.

Nesta minha fala, eu quero dizer que a parceria que nós temos com o Senado, com a Câmara, principalmente com as bancadas femininas de ambas as Casas, é fundamental para que nós avancemos cada vez mais no combate à violência contra as mulheres, porque nenhum poder sozinho consegue mudar a cultura da violência. Nós precisamos respeitar os diferentes poderes, mas atuarmos solidariamente na luta contra essa lamentável violência que se abate ainda contra as mulheres brasileiras.

Eu me coloco à disposição e agradeço mais uma vez a oportunidade de falar tão detalhadamente e trazer o material nosso aqui para colocar à disposição das senhoras. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Ministra Eleonora. A senhora começou falando em prestação de contas, mas nós ficamos muito felizes, porque mais do que isso, o que nós vimos foi uma exposição de trabalho, de trabalho árduo e competente, de 2012 para cá, nós podemos falar aí três anos, de toda uma equipe, que eu gostaria novamente – V. Exª já saudou –, mas eu gostaria de comentar a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em nome da Secretária Executiva, Linda Goulart, a – eu co-

nheço como “Cida” – Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do nosso Estado, o Bruno Monteiro, Chefe de Gabinete da Ministra, Fernando Soares, Diretor de Administração Interna, e Regina Adami, Assessora Parlamentar. Quero dizer que é um prazer recebê-los aqui e ver como é possível se construir, em tão pouco tempo, tanto.

Acredito que alguns marcos na evolução, ainda que a passos lentos, dessa nossa luta pela igualdade de gênero, homens e mulheres, são marcos históricos, como 1932, quando nós tivemos a oportunidade, pela primeira vez, de exercer o direito de voto, e assim sucessivamente, inúmeras conquistas. No futuro muito próximo, eu tenho certeza, quando todas as capitais brasileiras tiverem a Casa da Mulher Brasileira, nós poderemos cravar nos anais da história do nosso País também essa política pública como um grande marco no sentido de avançar para diminuir essa desigualdade, principalmente diminuir a violência imposta contra as mulheres.

Se me permitirem ainda, de uma forma muito carinhosa, deixei por último propositadamente, porque sei, porque já tive essa função, da importância do cargo, embora muitas vezes não conhecida, a presença da nossa Vice-Governadora do Estado do Paraná, Cida Borghetti. (*Palmas.*)

Eu, que também já fui Vice-Governadora do meu Estado, fico muito feliz.

Quando quiser, sinta-se à vontade. Os microfones desta Comissão estarão sempre à disposição de todas as mulheres que ocupam cargos públicos neste País.

Nós temos três oradoras inscritas, Ministra, e eu passo a palavra, neste momento, à primeira oradora, na ordem de inscrição, a Deputada Moema Gramacho.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Srª Presidente, eu gostaria apenas de agradecer a oportunidade de estar, mais uma vez, nesta Comissão, nesta Casa, onde, por quatro anos, eu tive oportunidade de representar o Estado do Paraná, como Deputada Federal. Fiz parte desta Comissão também e acompanhei, aliás desde o início da implantação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

Quero cumprimentar toda a equipe da querida e amiga Ministra Eleonora, uma equipe competente, e mais do que isso, uma Ministra comprometida sempre com a causa em defesa da mulher vítima de agressão, mas com esse cuidado também com a família, com as crianças.

Vejo aqui, Ministra, que a senhora tem esse olhar. E sabemos que as mulheres, realmente, são o pilar da família e da sociedade.

Então, quero, em nome do Governo do Estado do Paraná, cumprimentar a Ministra, toda a sua equipe, cumprimentando também as Senadoras e Deputadas na pessoa da nossa Presidente da Comissão, a Simone.

Quero dizer, Simone, que fico muito honrada em saber que há aqui muitas mulheres realmente comprometidas com a causa em defesa dos direitos das nossas mulheres.

Gostaria também de agradecer a participação da Secretária da Mulher do Município de Maringá, Anália Nasser, que está conosco; da Deputada Estadual pelo Paraná Maria Vitória, a mais jovem Deputada, que também aprovou – aliás, acho que ela pode até falar depois – uma lei importante em defesa das mulheres. Depois, ela pode fazer aqui sua apresentação.

Quero dizer que levo esse trabalho maravilhoso ao Estado do Paraná. Queremos, Ministra, como lhe disse hoje pela manhã, colocar todo esse trabalho, essa política de defesa das mulheres no nosso Estado.

Então, fica aqui, também, o convite para que a senhora esteja lá conosco, com essa equipe maravilhosa que a senhora tem ao seu lado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero agradecer, mas dizer que nós iremos abrir mão da experiência da então Deputada, hoje Vice-Governadora, contribuindo com os trabalhos desta Comissão.

Com a palavra, a Deputada Moema Gramacho.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria começar, cumprimentando e parabenizando a Srª Senadora Simone e as nossas Deputadas Luizianne e Keiko e dizer que nos sentimos muito bem representadas pelas três compondo essa Mesa e o corpo diretivo desta Comissão.

Quero parabenizar a nossa Ministra Eleonora e dizer que é uma honra enorme recebê-la sempre. E mais ainda: é muito bom ouvi-la, quando traz aqui elementos tão importantes, para minimizar a violência e para trabalhar efetivamente com uma política de prevenção à violência.

Eu queria parabenizar toda a equipe da nossa Secretaria, do nosso Ministério e dizer que quero também que transmitam, por favor, à nossa Presidenta da República os nossos cumprimentos e agradecimentos pela sua sensibilidade com a questão da mulher.

Acho que nós, mulheres brasileiras, temos hoje a convicção de que foi preciso um homem que se inspirou na sua mãe – o Presidente Lula, que se inspirou na Lindu, sua mãe – e a nossa Presidenta Dilma, para que

os gritos das Marias da Penha fossem ouvidos. Tantas Marias da Penha gritaram tanto, e nunca tinham sido ouvidas, e, efetivamente, com a Lei Maria da Penha e agora com as políticas, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira, temos a oportunidade de não só ouvir os gritos, mas de tentar fazer com que eles deixem de acontecer, porque vamos trabalhar preventivamente. E que possamos, também, dar assistência àquelas mulheres que foram vítimas dessa violência.

Sei o quanto isso significa, cada uma dessas casas. Fui Prefeita de um Município metropolitano e, desde 2005, num primeiro mandato, ao constituir a Secretaria de Políticas para as Mulheres, também construímos e implantamos o primeiro Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência, Lélia Gonzalez, que fez um papel fundamental para o despertar da questão e também de encaminhamento. E muitas mulheres se apoderaram a partir dali, porque lá também constituímos espaço de creches, espaço de qualificação profissional; tivemos todo o apoio do Governo Federal para ampliar o espaço e é uma referência até hoje. Muitas mulheres acabaram indo para lá sem confiança e, quando chegaram lá, criaram a confiança e puderam se libertar do agressor.

Acho que isso é muito importante. Tenho a convicção do efeito que tivemos numa cidade pequena, mas muito perto da capital e que, portanto, sofria as consequências da capital.

Com a Casa da Mulher Brasileira nas capitais, isso vai ser fantástico do ponto de vista do atendimento e da prevenção a essas mulheres.

Estou ansiosa para que as demais fiquem prontas. Acho que nós, Deputadas e Senadoras, devemos buscar os nossos Governos, os Governos dos nossos Estados, para conversar sobre essa questão, para dar celeridade, verificar qual é o problema de cada lugar, ver por que não está andando em cada lugar e ajudar nesse processo.

Nós precisamos fazer isso. Tem que ser um compromisso assumido por nós, independente da coloração partidária. Na questão das mulheres, na questão dos gêneros, temos que cuidar das nossas mulheres, independente do partido a que pertencemos. Essa é uma meta nossa.

E eu queria também colocar que temos uma experiência na Bahia que foi aplicada agora, que é a Ronda Maria da Penha. Tenho um requerimento – e vou pedir desculpas, Senadora, porque tenho que correr agora para a Comissão da Reforma Política – que, se for colocado em votação, peço que as Deputadas e Senadoras aprovem. Mas, se não for colocado, estarei presente na próxima reunião.

A outra questão, Ministra, e aí é um apelo nosso e também da Comissão, é que precisamos trabalhar muito a questão da comunicação e precisamos, efetivamente, fazer as críticas necessárias em relação a alguns setores da comunicação que deseducam no tocante à questão da violência contra a mulher. É impressionante o estímulo à violência, o estímulo ao aproveitamento da sexualidade feminina. Não aguento ligar a televisão e ver aquilo de “Vai Verão, Vem Verão”. Acho que é um abuso na utilização do corpo da mulher. E penso que a gente precisa começar a criticar. Será que não há equipes publicitárias que tenham mais criatividade para vender seus produtos que não seja vendendo o corpo da mulher, que não seja utilizando a nossa imagem?

Acho que precisamos trabalhar muito esse processo de educação, porque é a partir daí que vamos começando a mudar as culturas e a minimizar e diminuir cada vez mais esse problema que tanto nos aflige, que é a questão da violência moral, física, sexual e da violência que mutila e ceifa a vida de muitas mulheres.

Então, precisamos pensar e planejar como vamos ter um trabalho voltado para comunicação. Já tenho um projeto de lei que dei entrada nesta Casa – já era lei no nosso Município Lauro de Freitas, e o governo do Estado da Bahia também já adotou como lei. Inicialmente era um projeto da Deputado Estadual Luíza Maia, mas já demos entrada aqui na Casa, que visa trabalhar a questão cultural. O projeto se chama Lei Antibaixaria, mas podemos batizar de outro nome. E consiste em que o poder público não pague para veiculação nem construção de músicas que sejam estimulantes da violência contra a mulher ou qualquer outra forma de violência. Já é lei na Bahia, só precisa ser regulamentada.

Acho que podíamos fazer esse apelo para levarmos à votação no Congresso Nacional.

Um grande abraço. Vou pedir desculpas à Ministra e às Deputadas e Senadoras, porque tenho que correr para a Reforma Política, que é outro ponto extremamente importante para nós: os 30% da nossa quota de mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Fique tranquila, Deputada Moema. Quero inclusive aproveitar para informar às demais Deputadas que os três requerimentos que votaríamos nesta semana, estaremos votando na próxima reunião.

E também quero pedir desculpas, pois esta semana estamos ouvindo atentamente as apresentações dos nossos Ministros e Secretários-Executivos em relação às medidas provisórias, inclusive vindo autoridades ligadas a autarquias como o BNDES. Por isso, as Comissões estão um pouco prejudicadas nos seus trabalhos. De qualquer forma, quero agradecer as contribuições sempre muito enfáticas e atuantes da Deputada Moema. Nós colocaremos o seu requerimento na próxima reunião.

Com a palavra agora a Senadora Regina Sousa para as suas considerações.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero parabenizar a Ministra pela apresentação e pelo trabalho. Também quero dizer que tudo é possível a partir dos espaços institucionais criados no Governo Lula, cuja extinção muitos reivindicam hoje. Mas só aqueles que não conhecem realmente o trabalho.

Antes, esse trabalho não era possível porque era diluído e nunca era prioridade. Assim, os que advogam a extinção dessa Secretaria deveriam assistir a esse vídeo e essa apresentação para ver quanta coisa foi possível fazer pela existência dos espaços, não só da mulher, mas também igualdade racial, juventude, direitos humanos, enfim, são Secretarias que jamais poderão ser extintas.

Apesar de todos os avanços, a gente tem uma dificuldade grande que é a questão do andamento dos inquéritos. Não sei se é porque as delegacias são formadas por homens na maioria. Talvez agora melhore, mas o inquérito demora muito. Nós temos situações no Piauí que levam sete anos. Todo mundo sabe quem foi o assassino, mas ele não vai preso. Temos uma dificuldade na questão dos inquéritos, eles demoram muito.

Mas no Piauí temos alguns avanços. Temos casa abrigo; criamos recentemente a primeira delegacia do feminicídio, a ser instalada agora em maio; instalamos um núcleo de combate à violência, envolvendo as secretarias de governo e mais o Ministério Público, que foi instalado na semana passada. Então, há avanços, mas a questão do inquérito é séria.

E há algo que eu gostaria e pedir à senhora que tratasse na Secretaria – talvez um pacto com os governadores –, é a questão dos presídios, a revista vexatória nos presídios. A lei demora, há um projeto tramitando, mas eu acho que fazer um pacto com...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Aqui, já se aprovou, mas até voltar para lá... A revista vexatória eu acho que é uma barbaridade que não pode acontecer. É preciso que os governadores comprem equipamentos de revista para evitar.

Lá no meu Estado isso acontece e eu já briguei, tive uma briga com meu Governador, que é meu companheiro, mas a gente precisa resolver isso, porque é um vexame no Brasil isso ainda acontecer. A mulher ficar despida na frente de uma pessoa e, às vezes, mais de uma. Isso é terrível.

Eu fui visitar um presídio e vi isso e achei algo bárbaro; algo que não é nem do século passado, é de muitos séculos atrás. Então, peço que a senhora tivesse um olhar para os presídios na questão da revista.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra a Deputada Dulce Miranda.

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO) – Boa tarde a todos, boa tarde Ministra, a nossa Presidente, nossas Deputadas Federais.

Ministra, a senhora tem lembrança de quando foi feita a entrega dos ônibus para o Estado do Tocantins?

A SRª ELEONORA MENICUCCI *(Fora do microfone.)* – Em 2013.

A SRª DULCE MIRANDA (PMDB - TO) – Hoje, Ministra, eu sou Deputada Federal e o meu esposo é Governador, e eu não lembro de ter visto esses ônibus dentro do meu Estado, e eu conheço todos os Municípios. Por isso eu estou falando, porque é uma unidade que poderia estar sendo usada não só nos assentamentos, mas nos povoados e também nos bairros mais distantes. Então, eu gostaria de procurar saber porque, na verdade, isso ainda não foi visto em nosso Estado. Mas vamos levantar juntamente com o Governador para saber aonde foram esses ônibus, que são de grande importância para o nosso Estado, lógico.

Quero dizer também, Ministra, que no Estado de Tocantins temos a Casa 8 de Março, para onde as mulheres que são violentadas, muitas vezes pelos maridos, são levadas. Só que há uma grande insegurança, porque, quando elas saem daquela casa, geralmente são violentadas de novo e, muitas vezes, não têm sequer a coragem de fazer novamente a denúncia.

Graças a Deus a nossa Casa da Mulher vai sair em Palmas, já foi autorizada. Tenho certeza de que, como Primeira-Dama e Deputada, darei total apoio, farei o que for preciso. E quero dizer à senhora que como Primeira-Dama, na última gestão do meu marido, nós criamos o Programa Afeto, apoiando e acreditando nas famílias tocaninenses. Nele, fazíamos do lixo o luxo: caixas de tomate, caixas de verduras se transformavam em quadros; pneus velhos se transformavam em sofás; restos de malhas e de tecidos se transformavam em colchas e em tapetes, tirando essas mulheres da depressão e, muitas vezes, de algumas formas em que elas não tinham condições de viver.

Hoje, elas estão vendendo o produto que aprenderam a fazer dentro dessa forma de geração de renda, sendo muito elogiadas e, graças a Deus, tendo uma forma de sobreviver dignamente por meio do dinheiro fruto do que elas vendem. Elas vendem o artesanato que aprenderam conosco.

Então, eu quero agradecer por muito que foi feito, mas ainda há muito por fazer. Quero dizer que, se depender do Estado do Tocantins, do Governador Marcelo Miranda, estaremos de portas abertas para dar total apoio à Casa da Mulher e para os demais segmentos em favor da mulher tocantinense.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Dulce Miranda.

Aproveito para esclarecer a esta Comissão, em especial às Deputadas Federais, a respeito de uma colocação da Senadora Regina Sousa, que nós aprovamos, no Senado, Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, na semana retrasada, a proibição da revista vexatória em projeto, que, agora, está sendo encaminhado para a Câmara dos Deputados. Então, o projeto está nas mãos de V. Ex^{as} e tenho certeza de que nós conseguiremos aprovar essa lei o mais rápido possível, para que possamos proibir essa situação que, a meu ver, é do século XIX, e nós já estamos no século XXI.

Com a palavra, Deputada Alice Portugal.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Boa tarde a todas e todos.

Em primeiro lugar, gostaria de abraçar a Senadora Simone Tebet, que, com certeza, vai fazer desta uma Comissão da mais alta importância no cenário política das duas Casas do Congresso Nacional; e a nossa Ministra Eleonora, que tem honrado a representação feminina no Governo. Pela segunda vez temos uma Presidenta, mas a sua presença é diferenciada na Secretaria de Políticas para as Mulheres. É uma presença que não apenas representa as políticas atuais, mas a historicidade da mulher na luta pela democracia, na batalha pelo fim da ditadura. E é sempre bom lembrar dos nossos ícones que sobreviveram e continuam a lutar. Então, Ministra, quero dizer que, em qualquer lugar, falar da nossa Secretaria de Políticas para as Mulheres – que tem *status* de Ministério – e da sua história é sempre algo que abre portas para a consciência feminina.

É fundamental que esta Comissão, na minha compreensão, absorva os avanços, para que a gente possa partir daqui e não de um patamar inferior, de um patamar anterior, e iniciar o processo de trabalho da nossa Comissão. Porque, de fato, houve avanços importantes, Deputada Luizianne, nesses anos. Houve avanços importantes na legislação. Eu posso até dizer – eu considero, nesses meus quatro mandatos como Deputada Federal –, que o Brasil, comparativamente, é um dos países com um arcabouço legal dos mais avançados do mundo. A Lei Maria da Penha é, sem dúvida, uma das mais importantes leis na defesa da mulher, contra a violência intrafamiliar e a violência em geral.

Nós temos hoje equipamentos públicos importantes, não obstante tenhamos que avançar com a implantação dos equipamentos e, ao mesmo tempo, tenhamos que batalhar para que essa legalidade seja, de fato, cumprida, na medida em que o Poder Judiciário ainda não está equipado suficientemente com varas especiais, e o próprio Poder Executivo, nos Estados, com relação às delegacias.

Tenho dito ao Secretário de Segurança Pública do meu Estado – acho que é uma saída interessante – que, na medida em que não tenhamos condições financeiras de abriremos delegacias, vamos treinar agentes e abrir carteiras nas delegacias de polícia civil com agentes treinadas, como um embrião para uma delegacia especializada. Nós não podemos deixar a mulher desequipada, impossibilitada de fazer a sua queixa, a sua denúncia, ainda envergonhada de fazer a queixa a um policial homem. Então, há mecanismos transitórios que podem ser aplicados como degraus para a construção desses equipamentos.

Portanto, acho que esse conjunto de iniciativas que a Secretaria das Mulheres vem tomando, no Brasil, é composto de iniciativas da maior relevância, da maior relevância. Agora, é claro, em uma crise econômica, falta dinheiro, e aquilo que se refere ao social é que sofre em primeiro lugar. Sofre e sofre muito. É preciso lutar para que as emendas sejam colocadas. Eu própria vou inaugurar uma casa de referência lá em Ilhéus, neste ano, a partir de uma emenda parlamentar. É pouco dinheiro, são emendas pequenas com as quais se podem fazer modificações enormes.

Senadora, creio que é exatamente a partir desse patamar que nós devamos seguir. Os requerimentos serão aprovados na semana que vem, mas, quando a Comissão foi instalada, eu me preocupei: nós vamos partir, de novo, para audiências sobre casos de violência? Vamos ouvir, de novo, mulheres? Nós já temos esse diagnóstico. Essa é uma discussão que precisamos ter, para que não façamos mais do mesmo. Essa preocupação me assola. De onde vamos, de fato, começar?

Acho que, além da busca para que os equipamentos sejam instalados, que o arcabouço legal seja cumprido, nós temos que buscar, a partir do diálogo, nesta Comissão, e criar novas fronteiras, instalar novos momentos e movimentos no Brasil.

Acredito que a Comissão deva se debruçar em questões da maior importância, as que tramitam hoje nas duas Casas.

A Lei do Feminicídio é uma novidade, precisamos que o Estado encare essa lei. Sou autora da Lei da Revista Íntima, humildemente. Veio para o Senado, foi modificada profundamente e voltou à Câmara. Vamos

ter que trabalhar novamente essa discussão sobre a revista íntima. Temos relatos terríveis em fábricas, não somente nos presídios. Nós temos relatos em fábricas de equipamentos eletrônicos, joalherias, ourivesarias, onde as mulheres são intimamente, ginecologicamente examinadas. Um equipamento de raios X resolveria plenamente a dúvida acerca da idoneidade de seus funcionários – o que é um absurdo, diga-se de passagem.

E aquele caso da agente policial, que estava de fato errada, mas não era fazendo um círculo de homens para despi-la que se resolveria a dúvida ou confirmação sobre um ato incorreto por parte da agente policial, mas foi um círculo de homens que a revistou.

Então, é claro que esse debate é atual, é um debate que está na ordem do dia, mas temos que fazer, na minha opinião, uma relação transversal.

Na Câmara reinstalam uma comissão, exatamente neste momento, no mesmo horário da nossa, e faço parte de ambas, sobre o desarmamento, revisão do Estatuto do Desarmamento. Como matam mulheres? Matam com armas. Então, acredito que esta Comissão tenha que fazer uma ação transversal com a Comissão do Desarmamento.

A reforma política é outra discussão transversal. Na medida em que o poder nos é negado, em que palavra nos é tirada, evidentemente a violência aumenta, porque somos invisíveis na sociedade.

Então, parto desse critério para debatermos sobre o que fazer na Comissão e ela não fazer mais do mesmo, porque de fato temos que avançar e avançar cada vez mais.

Parabéns a todas.

Ministra, meus cumprimentos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deputada Alice Portugal, muito obrigada.

Aproveito para me dirigir à Ministra. Está vendo, Ministra, como esta Comissão veio para ficar? Embora permanente, tem um ar de temporariedade e nós queremos que realmente em 12 anos possamos extingui-la, porque aí teremos alcançado o nosso objetivo que é praticamente aniquilar essa violência absurda contra a mulher. É um sonho, é uma utopia, não é Senadora Marta Suplicy?

Como diria, talvez, Eduardo Galeano, que faleceu recentemente, talvez um dos maiores idealistas da América Latina, lembro-me dele respondendo a uma pergunta de um jovem universitário, ele disse que não sabia responder o que era utopia. O jovem perguntou: “O senhor fala tanto de utopia, mas diz que utopia não chega a lugar nenhum, então para que serve a utopia?”. Ele respondeu, olhando para o horizonte, que a utopia era igual ao horizonte, quanto mais nós procuramos nos aproximar dele mais o horizonte se afasta de nós, a cada dez passos que damos adiante, dez passos nos sentimos mais distantes.

Então, para que serve a utopia? Serve exatamente para isso, para caminhar. Fazendo uma homenagem a Eduardo Galeano eu aproveito aqui para enaltecer essas mulheres que, acima de tudo, têm o ideal como meta e bandeira. (*Palmas.*)

Temos mais três oradoras inscritas para encerrar.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

Srª Presidente, eu quero cumprimentar nossa querida Ministra Eleonora e cumprimentar as Deputadas Luizianne e Keiko, nossa Relatora e Vice-Presidente;

Este passo aqui, Ministra, para nós é muito importante. Procuramos nos organizar de forma suprapartidária no Congresso Nacional, Senado e Câmara, e, através dessa nossa organização, encaminhar todos os eixos de luta que busquem o enfrentamento, que busquem a luta contra a discriminação, contra as diferenças que, infelizmente, ainda ocorrem e ocorrem com muita força.

Ouvia com atenção a Deputada Alice falar das nossas muitas atribuições.

Eu e a Senadora Marta acabamos de vir de uma reunião aqui ao lado, que não acabou ainda, em que o Presidente do BNDES está. Estávamos em outro debate discutindo o problema da terceirização. E, mais uma vez, Ministra, a questão da terceirização, são as mulheres aquelas que sofrerão maior impacto, porque a maior parte dos trabalhadores terceirizados no Brasil hoje são mulheres, até por conta de que as funções mais precarizadas são exatamente aquelas reservadas às mulheres. Então, procuramos cuidar dessas questões todas.

Esta Comissão, que é uma Comissão Permanente, uma Comissão Mista, tem um trabalho, uma dinâmica e um objetivo que é substituir uma CPI sem ser CPI. E por que digo isso, Senadora Simone, Deputada Luizianne e Deputada Keiko, Ministra? Porque o bom de uma CPI é que a gente mantém vivo um assunto e o que precisamos fazer é manter muito viva essa questão da violência contra a mulher.

Estamos aqui fazendo homenagem a Galeano, que faleceu não naturalmente, de câncer, mas aos 74 anos. Tenho aqui a foto de uma menina de 17 anos de idade, Amanda Cristina Bezerra de Araújo, neta de uma senhora que trabalha comigo há muito tempo, filha de Cristina, outra amiga da vida inteira, que foi assassina-

da nesse final de semana – estuprada e assassinada –, 17 anos de idade, uma menina com toda uma vida pela frente, toda uma vida. É muito ruim quando conhecemos as pessoas, porque, domingo, no Fantástico, uma matéria assim terrível de crianças que têm suas vidas levadas e, a maior parte, meninas.

É importante, quero aqui concordar, peço desculpas de não ter assistido à sua explanação, Ministra, mas precisamos muito dessa parceria, a parceria da Secretaria de Política para as Mulheres, as secretarias estaduais, municipais, do Parlamento, para que, juntamente com todas as outras bandeiras – a bandeira pela igualdade no mercado de trabalho, a bandeira do empoderamento, da reforma para mais mulheres na política –, a gente segura muito forte a bandeira contra a violência. O feminicídio foi uma vitória muito grande, e não pense que foi fácil, não, é só um conceitinho, mas um conceitinho muito difícil, porque muitos homens não tiveram coragem, mas eram contra, eram contra. Perguntavam por que não existe “homicídio”? Não existe por uma razão: porque nenhum homem morre apenas pelo fato de ser homem. Qual é a notícia que vemos que um homem foi estuprado e morto? Há muitos meninos também, mas são raras essas notícias, muito raras. Então, isso é importante.

Fiquei encantada, a senhora estava lá com a Ministra Carmem Lúcia, quando ela disse que a Justiça, quando tarda, falha; mas, no caso que envolve a violência contra a mulher, a justiça, quando tarde, ela não falha, ela se anula, ela se anula completamente.

Senadora, eu estava olhando aqui os eixos – que eu não teria o que acrescentar –, a única coisa em relação aos eixos que a Secretaria nos apresenta, que a senhora nos traz do Programa Viver sem Violência, que é um programa de enfrentamento à violência, creio que precisamos trabalhar no acompanhamento disso, porque, se fizermos da Casa da Mulher Brasileira uma realidade, é uma grande coisa, é um grande serviço que estamos prestando. Eu acompanho a do meu Estado e está muito atrasada, muito atrasada. Vamos fazer uma matéria toda semana para ver se o Prefeito ou o Governo tomam jeito e coloquem logo isso como prioridade, porque o recurso está na caixa, o recurso está depositado. Aí vêm com a desculpa de que não há terreno, que deu problema lá com a licitação. Não, tenham santa paciência! Eu acho que é isso que precisamos fazer.

Outra questão que acho muito importante são esses centros nas regiões de fronteira. Conversava com a Ministra e seria importante sugerir à Ministra, que aceitou, que fôssemos à Comissão. O Governo Federal está disponibilizando um terreno para fazer um centro, desses centros numa região de fronteira no meu Estado, Amazonas, uma região extremamente violenta. Há três anos, a Força Nacional chegou lá e nunca mais saiu, em Tabatinga. Há mais de três anos, a Força Nacional chegou, um problema grave de droga, porque é na fronteira Brasil-Colômbia-Peru, um problema gravíssimo de droga.

Uma companheira nossa também, que era responsável pela Rádio Nacional, foi assassinada. É gravíssimo o problema. Então, que nós pudéssemos ir lá até mesmo no lançamento, não na inauguração, porque deve demorar uns dois anos, creio, mas já para mostrar que, por conta até da situação de violência, lá é uma cidade muito longe do grande centro brasileiro, mas nós estamos de olho, o Brasil está de olho naquilo.

No mais, quero cumprimentá-la pelo trabalho que tem sido muito importante e dizer que, quem defende a extinção de ministério, tudo bem, que continue, mas que apresente números, que despesa nós damos e qual o benefício que a gente traz nessa luta contra a discriminação no Brasil, porque a gente sabe que, quando defendem o fim do Ministério, não estão mirando os grandes Ministérios, estão mirando exatamente os sociais, aqueles que tratam dos que mais precisam do Poder Público.

Obrigada e parabéns! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Vanessa. Não se preocupe que nós não deixaremos que acabem com a Secretaria de Política das Mulheres de forma alguma.

Com a palavra, a última oradora antes da Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Bem, eu queria parabenizar a eleição da Relatora, Deputada Luizianne Lins, a presença da Ministra Eleonora Menicucci aqui. Eu tenho uma pergunta já que acabei perdendo porque estava na Comissão de Assuntos Econômicos e eu ouvi o finzinho da fala da Deputada Dulce sobre a questão dos ônibus. E vi que estão sendo distribuídos ônibus para atender nos casos de violência e achei muito bom. Acho que várias ações que foram implementadas pela Ministra Eleonora são excelentes e estão dando uma dinâmica na área das mulheres. Faz diferença, essa é que é a questão, ter um Ministério para as mulheres. E essa gestão está indo muito bem sob a direção da Ministra Eleonora, como sempre foi bem. Eu acho que todas as antecessoras também, com as suas diferenças, implementaram coisas importantes.

Eu fiquei curiosa porque assisti, outro dia, a um Vereador em São Paulo falar de um projeto de lei dele que teve um sucesso muito grande. Acho que não dá para fazer lei sobre isso, mas já mandei averiguar. A Guarda Municipal, por exemplo, na cidade de São Paulo, está fazendo ronda nas casas das mulheres que fizeram denúncias relacionadas à Lei Maria da Penha. E a diminuição de incidência foi extraordinária. Só de saber que, nessas casas em que houve denúncia, o lar passa a ficar mais tranquilo, porque a ronda está ali perto. Não sei detalhes

de como isso foi feito. É lei. Foi uma lei proposta por um vereador, mas isso eu acho que ajudaria muito. Sei que não podemos legislar sobre o que prefeituras podem fazer, mas talvez possamos pensar algum tipo de ação, de estímulo, de alguma coisa que, no fim, não deve ser tão complicado para um Estado ou para uma prefeitura ter uma ação desse tipo que, só de saber que existe, eu tenho impressão também que já tem um bom impacto.

A outra questão – não sei se ainda está aberto para perguntas – é o que que a Secretaria das Mulheres vai fazer, está planejando, qual a postura em relação aos 30% daqui e também das Senadoras? Eu acho que nós vamos batalhar muito nos dois para aprovar. Nós sabemos como é e como tem sido a reação dos colegas aqui, mas eu não acho que é totalmente impossível. Acho que há possibilidades, mas nós temos de ter uma estratégia, e ainda não vi ser pensada uma estratégia. Sem estratégia, nós não vamos aprovar nada.

Não sei se, nesta Comissão, que é dedicada à violência, isso passa, é transversal. Foi muito bem colocado aqui, quando se levantou o tema – acho que foi a Alice que colocou – da transversalidade. Nós temos vários temas de mulher que perpassam várias Comissões, mas essa questão dos 30% faz muita diferença. Por exemplo: se nós não tivéssemos mulheres, não teríamos uma Comissão deste tipo aqui. Não há um homem nunca! Eu acho que eles ficam até assustados em vir. São bem-vindos, mas não vêm. E, quando chega a hora em que algum homem faz um projeto sobre alguma questão social que precise de uma sensibilidade social – e eles fazem – sempre percebo que eles buscam uma relatora mulher.

Porque eles sabem que a relatora mulher vai ter sensibilidade para aquela questão e vai entender o problema de alguma forma, como ele mesmo entendeu e foi capaz de fazer. Isso é interessante.

A questão dos 30% passa por interesses outros, pessoais, partidários, complicados. Se nós não nos mexermos, e muito bem, e não for muito bem arrumada essa estratégia, nós não vamos conseguir fazer. Então, eu gostaria de ouvir a opinião da Ministra que tem... Não é uma responsabilidade, mas tem uma força para poder fazer isto: caminhar. Aqui é um pouco menos, porque é transversal do transversal. Mas aqui nós temos um número de mulheres inscritas que podem se organizar e ver como levar isso adiante. E temos a Procuradoria, a Vanessa. Na Câmara também temos Procuradoria, temos Secretaria. Eu acho que tem que haver uma reunião para concatenar esses esforços.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A Ministra anotou todas as considerações e perguntas. Só faltam duas oradoras. Em seguida, a Ministra fecha, respondendo às sugestões das colegas.

Para usar da palavra agora, Relatora Luizianne Lins. *(Pausa.)*

Fazendo a inversão, a nossa Deputada, Vice-Presidente da Comissão, Keiko Ota.

A SRª KEIKO OTA (PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero parabenizar a Deputada Luizianne por ser a nossa Relatora nesse trabalho muito importante nesta Comissão; a nossa Presidenta Simone; a nossa Ministra Eleonora Menicucci; Senadoras e Deputadas; e a equipe da Ministra.

Fiquei muito feliz hoje quando a Ministra disse que investiu um dinheiro nos IMLs, que era de extrema importância. Eu fiz parte da Comissão anterior, como Vice-Presidente, e nós visitamos vários IMLs. Precários! Era triste. Eles recebiam aquelas meninas que sofriam violência sexual naquele ambiente tão pesado, de um lado os cadáveres em deterioração. Então, eu fiquei muito feliz..

Nós começamos juntas, eu Deputada e a senhora Ministra, e houve um grande avanço, principalmente nos serviços públicos, humanizados. Não é à toa que, hoje, segundo o Ipea, diminui a violência contra a mulher em 10%.

Eu quero parabenizar. É um trabalho de todo mundo. Esta Comissão não poderia, realmente, estagnar, tem que ir para frente.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada a nossa Vice-Presidente.

E com a palavra a nossa Relatora, Luizianne Lins.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Srª Presidente, Srªs Senadoras e Deputadas, nossa Ministra, que nos orgulha. Temos orgulho de ter uma mulher de fibra. Eu faço minhas as palavras da Deputada Alice Portugal, porque acho que você tem toda razão porque a gente não quer mais ficar falando da mesma coisa. A gente precisa, agora, avançar em questões concretas.

Eu costumo dizer que nessa questão a gente tem que inventar a roda. A gente tem que botar para rodar. Isso aqui é uma preciosidade, porque esse trabalho já foi feito, não precisa ser refeito, o que precisa é estarmos sempre atualizando à luz do dia, da legislação. Aí concordo plenamente que nós temos que trabalhar com questões concretas.

Conversava hoje com a Presidente exatamente sobre isso: ano a ano o que a gente pode ter de questões concretas em relação a essa questão. Focar na questão da violência, porque temos uma série de problemas

que dizem respeito à questão da sociedade patriarcal. A violência talvez seja a face mais brutal dela. Portanto, esta Comissão se dedica à violência para sairmos com ganhos concretos.

Tenho começado a ler, peguei em formato eletrônico com a própria Senadora Ana Rita, e estamos tentando ver no que nós podemos trabalhar nessa questão da violência. Eu acho que a Ministra nos deu muita luz com esses programas concretos.

Tem que haver dinheiro para resolver determinados problemas. São coisas que, de fato, precisam do braço do Executivo. Eu fui Prefeita por oito anos e sei que há hora em que precisa do braço do Executivo dizendo que tem fazer e que custa tanto. E nós temos que ter esse dinheiro para resolver, uma vez que está em jogo a questão da vida de mulheres.

E aí, Ministra, parabéns pela concretude da política, porque isso é fundamental.

Nós criamos um centro de referência lá, logo que iniciamos o Governo, criamos a Secretaria de Mulheres e tudo. Mas nada como o Governo Federal estar dizendo: “Olha, nós queremos que cada capital tenha uma Casa da Mulher Brasileira”. Isso é muito concreto e acho que a gente vai ter que trabalhar, sim, porque existem experiências da mais improvisadas e que deram certo.

Eu já fui Relatora de CPI de violência em âmbito municipal, quando Deputada Estadual, estou no meu primeiro mandato como Deputado Federal. Eu estive recentemente em uma mesa de debate... O Governo de Pernambuco, por exemplo, tem uma questão interessante e em cuja fonte a gente pode beber, que é a pulseirinha na perna de quem está condenado para detectar, de uma sala de monitoramentos, que o agressor está a tantos metros próximo. Há também a experiência de vitória, que é a questão que a mulher recebe o que se chama botão do pânico – o nome é meio esquisito. O botão do pânico já é outra coisa. Eles distribuíram às mulheres que já foram lá e denunciaram um dispositivo que fica o tempo todo dialogando com as mulheres, inclusive dizendo que a bateria está acabando e que elas têm que recarregar, que a sua audiência do processo vai ser dia tal. Há o visor, uma imagem e que, na hora em que aperta o botão, imediatamente a viatura... A média de duração, segundo ele, o máximo de tempo que demorou para chegar até lá, é de nove minutos. Na hora em que ela aperta o botão do pânico porque se sente ameaçada.

Eu também tive a oportunidade de ouvir mulheres de uma comunidade – a gente sabe que nas comunidades mais pobres todo mundo sabe do ato de violência, é diferente da violência silenciosa na classe média, na classe alta em que normalmente... Digo muito que hoje a nossa principal tarefa é fazer com que a primeira denúncia seja feita. E nessa comunidade o que as mulheres fizeram? Combinaram entre si – e achei isso fantástico e usei isso num relatório municipal –, distribuíram apitos de plástico e, na hora em que uma se via vítima de violência, todas saíam apitando na comunidade. Então, isso inibiu o agressor. A comunidade passou a querer se defender e tome apito. A noite toda, apito, apito, apito, até que a polícia vinha, até que alguém chegava junto e o agressor se inibia. Eu acho que agora está na hora, ainda mais com a força que a Eleonora traz na política do Executivo, de a gente aproveitar esse momento.

E, finalizo dizendo o seguinte: eu tenho um sentimento e, como Relatora, vou tentar ver todas as colaborações colocadas aqui, muito importantes, que mostram a qualificação muito forte das nossas mulheres aqui. Mas uma coisa que eu acho que a gente precisa – eu já vou me colocar de antemão, como estava comentando aqui com a Presidente – e a gente está pensando em como vamos acompanhar, Eleonora, a implantação e o andamento pedindo informações concretas para os Estados e os Municípios sobre duas questões: a Casa da Mulher Brasileira e essas unidades móveis que a Deputada Dulce falou, para que, pelo menos, saberem que estamos acompanhando em nível nacional junto ao Ministério, fiscalizando, que é a nossa tarefa central. Fiscalizar para saber porque que não andou, o que não está dando certo e deixando o governo, no mínimo, com vergonha de não estar atendendo, ou pelo menos a velocidade não estar sendo a contento da Comissão.

De antemão, quero dizer que eu penso ser esse o caminho, concordo totalmente com a Deputada Alice Portugal e acho que estamos aqui para somar e que vai ser muito bom o trabalho desta Comissão sendo reavaliado permanentemente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Luizianne.

Agora com a palavra, para suas considerações, a nossa querida Ministra Eleonora.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Eu quero agradecer todas as colaborações, todas as intervenções, todas as falas que foram importantíssimas e principalmente para quem está no Executivo e que precisa executar.

A execução se dá de forma mais efetiva quando existe um monitoramento das Parlamentares, dos Parlamentares e dos movimentos sociais. Se não houver isso, fica fácil a execução ou a não execução. Então, o controle social, para mim, é fundamental.

Eu quero começar pela questão dos processos. A Senadora Regina levantou isso. Na semana do 8 de março, eu participei ativamente com a Ministra Carmem Lúcia, do STF, do mutirão da Paz em Casa.

Nós viajamos a quase todas as capitais e fechamos em Belo Horizonte. Só em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, havia 70 mil processos de agressores contra as mulheres sem julgamento. Esse número não foi diferente em todos os Estados.

A Ministra Carmen Lúcia me apresentará os resultados e também à Presidenta e, logo que ela o fizer, nós daremos publicidade disso para vocês verem o quanto foi julgado e o quanto ainda resta. Isso serviu para mobilizar os 27 juízes de varas especializadas do País. A Senadora Vanessa estava lá em Belo Horizonte e viu a presença e todos e todas lá. Foi impressionante! Foi a primeira vez que se reuniu dessa maneira.

A questão dos presídios. Fico muito contente com a aprovação da PEC que visa acabar com o vexame das visitas íntimas. Eu fui presa política, sei o quanto é traumático, o quanto minha filha sofre até hoje, com 45 anos de idade – ela tinha um ano e dez meses – por causa das vexaminosas visitas íntimas, naquela época nas carceragens, por que ela tinha que passar me visitar. De um ano e dez meses a cinco anos de idade, ela sofreu isso. Imaginem as adultas que me iam visitar. Isso se repete por causa da impunidade.

Nós temos o PNAME, Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, em que podemos centrar força, Ministério da Justiça e nós com vocês, das duas Casas aqui. Privação de Liberdade é sinônimo de mulheres presas. Nós temos um grupo de trabalho que está desenvolvendo uma proposta de políticas efetivas para a situação das mulheres presas ou egressas.

Uma questão que quero ponderar: é fundamental para que as políticas andem e se desenvolvam em cada Estado a existência de organismos de política para as mulheres, Secretarias, Conselhos, Superintendências, Subsecretarias, porque a gestão das casas será feita por essas representantes de organismos de política para as mulheres.

Então, uma coisa que as Deputadas e Senadoras podem fazer com seus governadores é não deixar acabar com as Secretarias e empoderá-las porque, senão, não conseguirão fazer o acompanhamento e a gestão das casas.

Sobre os ônibus, nós temos detalhamento de onde estão, como estão. Na minha fala eu disse. Tocantins fez parte de alguns dos Estados cujo termo de adesão ao programa antes de haver o terreno eu me recusei a assinar. Agora há o terreno para a construção. Nós estamos organizando com o Governador e com o Prefeito um grande evento de adesão e início da obra. Nós trabalharemos juntas para saber onde os ônibus estão, em que garagem estão ou que desvio foi dado a esses ônibus, que eles não estão tendo a função que deveriam ter.

Os recursos da Casa e dos Centros de Fronteira estão no PAC. Então, são intocáveis e não entrarão em contingenciamento. É uma questão que nós garante tranquilidade. E, como é um programa prioritário da Presidenta Dilma, não se mexe nos recursos dele. Eu acho importantíssima, Senadora Simone, esta Comissão Permanente.

Agora, se me permite, eu sugiro rever o resultado, o relatório da CPMI da violência, passada, porque, de lá, saíram propostas de projetos de lei importantíssimos, e muitos não foram à votação ainda. Então, por exemplo, o projeto do Fundo da Violência não foi. E eu gostaria, se me permitem, de propor que nós concentrássemos esforços para aprovação desses projetos que saíram da CPMI passada, que dizem respeito à melhoria dos serviços para atender às mulheres em situação de violência. E quanto a esse dos fundos, nós negociamos muito – Executivo e Parlamento, vocês se lembram – para ver de onde saíam os fundos, da loteria. Nós capitaneáramos recursos de outras fontes para ele, não saíam diretamente da fonte do Tesouro.

Essa questão que a Deputada Alice coloca da transversalidade é muito importante, mas eu tenho um certo receio. Você transversaliza, transversaliza, e não foca. Então, acaba, na transversalidade, a questão da mulher e a questão de gênero. Eu sei que a sua fala não é por aí. Eu me somo a ela quanto ao desarmamento e à reforma política. Eu acho que são dois temas que são fundamentais. Sobre reforma política, eu já respondo à Senadora Marta Suplicy, mas ela não está aqui, eu deixo para ver se ela vai voltar, porque ela volta, a bolsa está aí.

O monitoramento da Casa da Mulher Brasileira terá que ser feito pelas Senadoras, pelas Deputadas e pelo movimento de mulher. Qualquer pressão para desenvolver, para adiantar, para avançar, também terá que partir. Eu tenho certeza de que, só com a inauguração de Campo Grande, nós já resolvemos terreno em três Estados. Eram três vice-governadoras: a da Paraíba, a do Paraná – que já tem o terreno, está em obra já – e a do Piauí, que era um prédio, e ela disse: “Nem morta, nem morta!” Então, já está quase pronto um terreno. Então, isso é fundamental.

A questão da guarda municipal também vou responder quando a Senadora voltar, mas ela existe. É um projeto de lei de um vereador. A Prefeitura incorporou, a Secretaria da Mulher do Município incorporou, e tem tido resultados extraordinários. Nós temos similares: a Patrulha Maria da Penha, que infelizmente acabou, no Rio Grande do Sul; a Guarda Maria da Penha, em Campo Grande; há outras similares também em Curitiba, que fazem isto: o monitoramento das mulheres que estão com medidas protetivas ou aquelas que fizeram a denúncia, e está em processo. Então, a guarda municipal existe mesmo em São Paulo, Senadora Marta, e está sob a coordenação da Denise Dau, Secretária de Mulheres, e tem tido resultados muito importantes.

Em relação à reforma política, a secretaria, agora que está assumindo protagonismo, porque, com o falecimento da Rosângela Rigo, era ela quem estava na frente, a nossa Secretaria de Articulação de Áreas Temáticas estava sem titular, agora é a Rosali Scalabrin, que assumiu e vai coordenar a reforma política.

Nós fechamos com os 30%, com a vista paritária – homens, mulheres –, e achamos que, com todas as questões que as Senadoras e as Deputadas já divulgaram do que querem na reforma política, como reforma inclusiva na perspectiva de gênero, nós assinamos embaixo. Estamos e estaremos juntas nesse movimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Posso colocar uma questão? É uma questão para trocar ideias. Em relação ao Senado, eu acho que aqui nós não tivemos nenhuma divergência, passou muito claro, porque já existe uma lista de mulher e outra de homem. Na de mulher, não existe inovação nenhuma. Das mulheres, eu acho que depende um pouco vemos o que vai ser aprovado. É aí que nós temos de ter várias alternativas.

Por exemplo, se for aprovado o distritão, nós vamos fazer uma de homem e uma de mulher? O que vai ser aprovado?

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Eu não sei.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pois é. Mas nós já mais ou menos temos ideia do que vai ser. Se for aprovado o distrital misto, como é que nós vamos propor? Nisso não há consenso. Inclusive, temos discutido isso. Mas, às vezes, alguém diz: “Não, se inventar que vai haver uma de homem e uma de mulher, vai ficar pior. Se fizer, deixa até 70% para homem e 30% para mulher.” Mas por que os últimos? Quer dizer, pode ser sempre lá em cima.

Então, não está claro. Acho que nós temos discussão acumulada sobre isso. Para isso que é importante nos reunirmos, pensemos junto...

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Sem dúvida.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Para ter alguma... Mesmo que não cheguemos a um consenso, tenhamos um aprofundamento da questão.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Não há dúvida. Eu também concordo com isso. E acho que existe uma questão que tenho discutido muito, que é anterior à eleição: como é que os Partidos decidem as listas? Como é que decidem a locação dos recursos, dos 5% e dos 30%? Eu acho que isso tem de mudar também na reforma política. Tem de se mexer nisso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ministra, primeiro temos de ganhar.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – É claro!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Depois de ganhar é que vamos discutir como vamos fazer.

E tem toda a razão V. Exª de dizer que nós temos de saber....Temos de ter inclusive o plano B.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Sim, é claro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas sabendo que nós vamos ter 30%, aí é mais fácil decidirmos como vai ser, como esses 30% vão entrar.

Eu acho que se começarmos a dizer que queremos aumento do fundo partidário e tal, eu acho que não dá. Eu acho que temos de focar nos 30% e, no Senado, a cada oito anos, ter dois.

Aí eu acho que temos mais chance de não esfarelar as nossas demandas.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Sim, porque é antes da eleição, depois da eleição; é o assento nas mesas. Entra tudo. São vários itens aí.

Para terminar, eu quero dizer que as experiências de torçozeleira eletrônica, de botão do pânico, o Clica Iphone, aquilo que as mulheres dispõem, elas estão pipocando pelos Estados.

No Espírito Santo, em Vitória, foi uma decisão do Tribunal de Justiça, do Desembargador Pedro Valls, que era o Presidente à época. O Executivo nacional não tem poder sobre isso, mas ele tem o poder de apoiar, é claro. Então, ele apoia todas as experiências, desde torçozeleira ao botão do pânico, como o Clica Iphone, que é um dispositivo que já existe nos telefones para clicar para a polícia, quando a mulher está se sentindo em risco. E isso tem dado muito resultado.

O Rio tem experiência, assim como vários Estados. E nós, na SPM, temos o resultado de todas essas experiências, que colocamos à disposição. A Aparecida Gonçalves, que está ali, coloca a Secretaria dela à disposição para colaborar aqui.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer, Senadora, Deputada Keiko, Senadora Simone Tebet, Deputada Luizianne, e todas as Senadoras e Deputadas, que nós estamos à disposição.

A existência desta Comissão Permanente tem um diferencial: é uma discussão permanente. Quando se fala em violência, como foi dito aqui, ela é a face mais cruel do patriarcado, do machismo, da discriminação, do preconceito. Mas nós temos outras como, por exemplo, um projeto aqui que é inadmissível que ainda não tenha sido votado, sobre trabalho igual, salário igual. Isso é uma das maiores violências no mundo do trabalho. Imagina a regulamentação das domésticas que até hoje não foi... E aí vai.

Há alguns projetos em que a gente precisa focar a partir da violência, da CPMI, e outros de outras áreas, mas que são conexas e afins com a violência contra as mulheres.

Tenho certeza de que esta Comissão tem um presente e um futuro brilhantes. Nós nos colocamos, e eu pessoalmente, inteiramente à disposição.

Muito obrigada por esta excelente oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos, Ministra Eleonora, imensamente, de uma forma muito carinhosa, a sua presença e a presença de toda a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Tudo o que foi feito aqui já foi anotado, não só pela Presidente, mas pela Vice-Presidente e pela Relatora. Mas, de tudo o que foi colocado aqui, uma coisa me chamou a atenção: apesar de termos que ter foco – e vamos ter foco, este é o objetivo da Comissão, sob pena de não avançarmos como gostaríamos, e nós vamos avançar, acima de tudo pela competência e pela capacidade das Senadoras e Deputadas que se encontram aqui –, nós não podemos realmente deixar de dar um olhar para a esquerda e para a direita, para as questões transversais que acontecem tanto na Câmara quanto no Senado.

Acredito que a questão que tem maior peso neste momento e importância – quero me somar ao posicionamento da Senadora Marta Suplicy – é em relação à cota para as mulheres de 30% das vagas, das cadeiras de Deputadas Federais e Senadoras no Congresso Nacional para as próximas eleições. Aí quem sabe, Senadora Marta, aqui no Senado, já que não pode ser dentro desta Comissão, capitaneadas por V. Exª, nós Senadoras, que somos 12, faríamos uma discussão paralela – volto a repetir, tendo como protagonista V. Exª. Talvez na Câmara dos Deputados uma Deputada seria eleita para tomar a frente nessa questão para, no momento certo, nos somarmos.

Quero encerrar os trabalhos agradecendo mais uma vez a exposição feita, as contribuições apresentadas a esta Comissão e, se permitirem, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres não ficar ofendida, eu gostaria de terminar rendendo uma homenagem pessoal à Ministra.

Quero dizer, Ministra, que quando olho para V. Exª me vem a imagem, acima de tudo, não apenas da coragem e da mulher que abriu caminhos e enfrentou obstáculos, me vem simplesmente a imagem do ideal e da fé. A luta por um ideal, seja ele qual for, é um ato de fé. Parabéns pela luta, mas principalmente parabéns pela fé!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

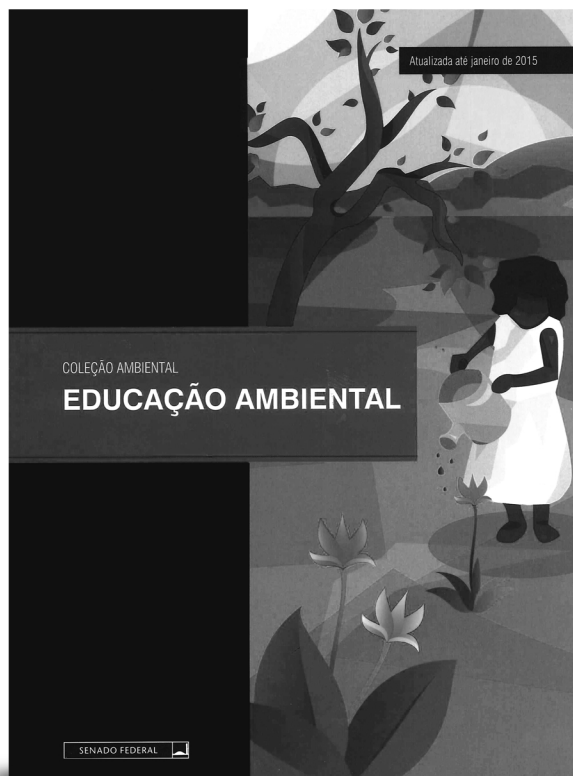
Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Educação ambiental - 2015



Atualizado até janeiro de 2015, este é um dos volumes que compõem a “Coleção ambiental” produzida pela Coedit. Além dos dispositivos constitucionais pertinentes ao tema, este volume oferece ao leitor, entre outros, os textos integrais de dois atos internacionais decisivos para a afirmação da necessidade de aprimorar a educação ambiental no Brasil.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 56 páginas
(O.S. 11880/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

